

Memórias Biográficas de Almeida Garrett

ORAÇÃO FÚNEBRE
DE
MANUEL FERNANDES TOMÁS
PELO SÓCIO
J. BAPTISTA DA SILVA LEITÃO D'ALMEIDA GARRETT
LIDA A 27 DE NOVEMBRO DE 1822 EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
«SOCIEDADE LITERÁRIA PATRIÓTICA»

Senhores: Venho hoje pronunciar um grande nome; mas tão grande como ele, será a dor de proferi-lo: maior nome, não, não o pronunciou boca de homem; maior mágoa não a sentiu coração vivente. Manuel Fernando Tomás... morreu. Quereis maior nome que este? Quereis maior dor que a nossa? Não, Senhores, não há aí português honrado que não clame afoito: não; e, se algum há, português não é esse.

Se medisse o meu dever pela bitola de minhas forças; se regulasse o desempenho das funções deste lugar pelas qualidades dos que me ouvem: não restaria (pronunciado tal nome) ao complemento do meu ofício senão derramar lágrimas, e prantear convosco: mas urge o dever forçoso; e conquanto se acanhe o orador na mesquinhez das suas forças, sobeja a vastidão do assunto para dar largas ao mais limitado espírito, e desenvolver o mais curto engenho. Penso no meu objecto, e em vez de me apoucar à face de sua grandeza, sinto elevar-me até ele; vejo que me espraio pela imensidão do seu infinito.

Mas não penseis que vou enfeitar-me de flores oratórias; não julgueis que vou servir-me dos atavios emprestados da Arte: são posições esses enfeites; são estranhos esses atavios; são as brilhantes roupas com que a mão da eloquência servil adorna o esqueleto da ambição, e lhe encobre o asqueroso dos vermes com a túnica da pompa; mas vem a mão dos séculos (e essa, não a compra o ouro, nem a desvairam honras), rasga-lhe as roupas mal seguras e então aparece o honor do sepulcro, e o nada de uma cinza mesquinha, que não legou uma página à história das idades, nem deixou uma letra no pequeno livro dos homens de bem.

Não, senhores, a eloquência do homem livre é a linguagem do coração: desconhece ornatos, ignora enfeites; é simples como a natureza; singela como a sua simplicidade.

Vede esses edifícios, que nos deixaram avoengos servis: olhai essas grimpas erguidas por mãos de escravos; examinai os recortados florões dessa arquitectura chamada gótica: vedes curtas linhas; observais acanhados traços; tudo respira a mesquinhez de engenho encoberta com os enfeites da Arte. Voltai agora para os grandes monumentos dos povos livres: que diferença! Deparais com altivas colunas, com esbeltos pórticos, com donairosos remates: mas tudo simples, tudo singelo. Que altiva que é a liberdade, senhores! Não desce a pequenas coisas; firma o compasso no ponto da grandeza, e descreve o círculo da eternidade em derredor das suas obras.

Não são as pompas do discurso, não são os atavios do ornato fúnebre os que honram a memória dos desaparecidos da Terra. Breve murcham as flores que espargiu sobre a campa a escassa mão de uma dor fingida – sem enfeites, e sem arte, corram singelas as lágrimas do amigo; rebentem verdadeiros os soluços de um coração magoado, e então dizei afoitos que a morte desse homem foi sentida.

Deixai que assalariadas dextas levantem mausoléus; deixai-as que ergam obeliscos; que amontoem pirâmides: a solidez desses túmulos, o gigantesco desses colossos não servem senão para encher o vazio imenso, que deixara o coração do homem entre a dor e a verdade. Essas massas enormes, que topetam com as nuvens, e que levam da Terra aos astros, o sentimento penoso da aniquilação, são o acoito de fingidas penas; são a exageração do orgulho encobrendo mentirosas mágoas.

Tal é, senhores, a vaidade do mundo, tal é a mentira dos homens; tal é a sorte do infeliz, que no fim do penoso caminho da existência não viu os olhos do seu amigo fitá-lo na extremidade da vida: chegou às bordas do sepulcro, e não sentiu uma lágrima que lhe amolgasse a dureza da campa: entrou no jazigo e não escutou um suspiro que lhe quebrasse o silêncio eterno da morada dos mortos; o pai, o filho, o esposo, estas classes privilegiadas pela natureza e pelo sentimento, lá viram um vislumbre de mágoa; mas foi ela sincera? Homens que conheceis os homens, ousai asseverar-mo.

Vinde povos da Terra, acudi nações do mundo: quereis conhecer a dor, quereis ver o sentimento nu como a verdade, sincero como a natureza? Voltai os olhos sobre os poucos portugueses; fitai-os nestes ainda mais poucos, que o amor da Pátria e das letras reuniu neste lugar.

Entre mal compostas paredes, escassas alfaias, não muitos homens; mas vede-lhe o semblante, mas lede-lhe o coração – imóveis como um sepulcro, o silêncio nos lábios e a dor no seio, só vêm alguns suspiros cortar-lhe a mudez do luto, só o correr das lágrimas altera a imobilidade do seu abatimento: aí tendes o que é mágoa, vede aí o que é sentir irreparáveis perdas.

E quem choramos nós: quem lamentam os Portugueses? Um cidadão extremado; um homem único; um benemérito da Pátria, um libertador dum povo escravo: Manuel Fernandes Tomás. Que nome, senhores, que nome nos fastos da liberdade! Que pregão às idades futuras! Que brado às gerações que hão-de vir! Este nome será só por si a história de muitos séculos, este nome encerra em compêndio milhões de males arredados de um grande povo: bens incontáveis acarretados sobre ele.

Ah!, senhores, extasio-me, e perco o fio de um discurso, que quisera regularizar, mas que o excesso do entusiasmo me não deixa seguir senão em desalinho: estas vozes rompem do coração, e por mais que se esforça o espírito pelas ordenar, mal podem forças do entendimento onde o peito se expande sem regra: porei ânimo todavia em ser mais metódico nos louvores do grande homem, a quem por ventura minha me cabe hoje elogiar, e que por desventura nossa também nos cabe chorar hoje.

Dois são os elementos do homem de bem: a natureza, e a sociedade; por aquela é homem; por esta é cidadão: em ambos eles o hei-de considerar; e em ambos vereis quanto merece os nossos elogios e as nossas lágrimas.

Nascido com medíocre fortuna, de honestos mas não abastados pais, Fernandes Tomás viu a luz do dia em 30 de Julho de 1771 na vila da Figueira. Educado na moral e na virtude, seus princípios foram os do homem honrado, e a sua infância e puberdade os anúncios dum grande génio: no decurso da idade todas as virtudes naturais e domésticas o adornaram: bom filho, bom esposo, bom pai e bom amigo tal o viram sempre; tal se conservou inalterável: modesto consigo, desinteressado e franco, assim viveu e assim é morto: girai no círculo de suas relações e apontai-me uma voz que não bendiga a sua memória; mostrai-me olhos que o vissem, e dizei-me se a aridez da indiferença nos deixou secos.

Argumento único da existência de um Deus, virtudes do coração humano – solitário presente dos Céus à Terra amargurada – qual de vós não excitou, não dirigiu os movimentos todos daquele peito? Compêndio de todas elas – carácter e humanidade – vosso trono inabalável não o assentou a constância, não o conservou sempre dentro de

tão grande alma?

Como homem, honrou a natureza: como cidadão, a Pátria que o diga: eu falarei por ela. Entrado, depois de distintos estudos, na carreira da magistratura, desempenhados (admirável e quase incrível feito!) seus difíceis encargos com a pontualidade dum juiz-cidadão, o patriotismo de Fernandes Tomás não estava satisfeito ainda com a simples prática das virtudes cívicas passivas: cabia maior esforço em coração tamanho, e maior tarefa era dada a braço tão valente: olhou para a sua Pátria e gemeu sobre ela: a sua alma era livre, mas os seus pulsos tinham ferros; e esses ferros eram um pequeno elo do grilhão imenso que pesava sobre a Pátria.

Não foi só dado à Grécia ter Brutos e Trasibulos, produzir Codro e Fábios; o pequeno Portugal também tem quem o liberte; também sabe gerar quem se vote pela sua salvação – Fernandes Tomás concebeu o grande projecto: concebeu-o e começou a executá-lo. Ei-lo que ajunta fiéis amigos e vai em silêncio, tecendo o fio luminoso que o há-de guiar no labirinto difícil duma revolução tão necessária, quanto arriscada. Vós sabeis quanto fez, para que é repeti-lo? Foi aqui, nesta mesma cidade, que, para sentar as bases duma acção tão arrojada, veio ele

mesmo pôr-se às bordas do precipício para lhe medir toda a profundidade: nem com maior perigo, nem com mais ânimo examinava Plínio a torrente do Vesúvio que o consumiu. O Filósofo português ia a ser vítima do seu amor da Pátria, como o fora o romano do amor da ciência: a amizade o salvou e os Céus o guardaram para nossa ventura.

Raiou o grande dia 24 de Agosto, o primeiro da liberdade portuguesa; infatigável, não descansou desde então: havia entrado na arena, não voltava sem ter prostrado o grande inimigo com quem travara: este inimigo vós o conheceis, e bem mal que todos os conhecemos! – era o despotismo: aterrou-o, venceu-o. Portugal tornou a ver as suas cortes, e a nação teve quem a representasse: toda a Europa admirou com respeito um congresso ilustrado, e no meio dele o campeão da liberdade, o patriarca da regeneração portuguesa; vede-o como alça denodado o trovão da sua voz enérgica para fulminar antigos abusos, e destruir arraigados vícios: a sua eloquência despida de pompas não respira senão verdade: severa, e descarnada só põe mira na utilidade comum, e no bem da Pátria: vem-lhe do coração franco aos lábios sinceros, por natural impulso de indefeso zelo: no estirado curso de comprida legislatura sempre o mesmo, sempre incansável, debalde a moléstia lhe abate as forças; o ânimo é sempre igual; nem há poder que o mingúe, nem doença que o desfalque.

Já com passos arrastados na derradeira das sessões legislativas, ainda vai animá-la com a sua presença, e pelejar ainda na extremidade do circo: a causa da liberdade está-lhe sobre o coração; e aquele coração é todo dela; com a morte vizinha ainda ergue o canto do cisne, ainda perora pelos interesses da sua Pátria: esta Pátria que lhe tem custado tanto, esta Pátria que é todo o seu desvelo, ele há-de deixá-la em breve... Ah!... pouco restava aos Portugueses, da carreira de uma existência tão preciosa e tão necessária! A máxima coluna de seu edifício social vacilava em sua base, mas valente ainda em sua ruína, ela o sustentava com forças de Atlante.

Guiei-vos, senhores, com prazer pela vida do nosso libertador; satisfeito retilhei convosco as suas pisadas pelo caminho de sua existência; não encontramos vestígios de seus pés senão na vereda da virtude, nem sinal da sua passagem senão na estrada da justiça; não vimos acções suas senão na carreira da glória: por tão consolador assunto a minha alma se esprou de gosto; velozes me corriam as palavras depós o coração que as ditava; nem havia mister estudá-las, quando espontâneas me vinham aos lábios: mais difícil começa agora o meu empenho, mais amargo o meu ofício; vou renovar cruéis memórias, abrir chagas que ainda sangram; vou cravar ferros novos em peitos

apunhalados de fresco.

Sobre o leito da morte..., perdoai-me estas lágrimas... perdoai-mas!... não; engrossai-as com as vossas; sobre o leito da morte, coberto de angústias, retalhado de dores, o coração eivado de amargura, eis aí onde vamos conhecê-lo, eis aí onde veremos o homem, o cidadão e o justo.

Corria já longo o azado período de assustadora moléstia: aos amigos que o cercavam havia desaparecido a esperança, e quase se escondia já os olhos enturvados do enfermo: a sua constância é inabalável; a sua intrepidez a da ousadia honrada, dissei-vós, homens sensíveis, que lhe assististes em seus últimos momentos, vós, a quem honra e louvor pelo desempenho fiel dos santos deveres de homem e de amigo, vós o dissei: vistes acaso que o mais ligeiro movimento do desespero lhe enrugasse a frente; lhe desvairasse os olhos, quando fugida a esperança, quando perdido o futuro, medindo o curto espaço, que lhe restava de uma triste vida, viu a morte... e só ela? Não por certo: pálidos sustos, negros horrores, espinhosos remorsos, herança do ímpio e do vicioso, cercai-o enquanto braceja com a morte, fazei-lhe ala no momento da despedida. O justo não vos teme; recorda sem vergonha, lembra-se sem medo das acções da sua vida; a consciência da virtude, não receia que a sua memória seja praguejada, nem maldito o seu nome: os amigos e a Pátria..., que dolorosa saudade! Mas somente saudade: e este sentimento, penoso sim, mas não amargo, é o único do homem de bem nos derradeiros instantes da existência.

A sua memória e o seu nome... Oh!, que memória e que nome! Gerações que heis-de vir depós nós, a história vo-lo não há-de levar com manchas de ambição, nem com as nódoas de pessoal interesse: Fernandes Tomás morreu pobre: morreu pobre... Que exemplo de glória a muitos! Que exemplo de vergonha a tantos! Oh!, seja emulação a todos: morreu pobre!, pela terceira vez o repito; e os filhos do varão ilustre teriam de esmolar às portas, se homens que desempenham este nome, não previssem seu estabelecimento: Portugal todo terá a satisfação de sustentar os filhos do seu libertador, e de pagar à viúva e órfãs escassos juros de uma dívida incalculável.

Alfim chegou a hora: os séculos que a ouviram soar, marcaram este ponto no circulo das idades: Manuel Fernandes Tomás expira: seu cadáver ungido e embalsamado será conservado como relíquia preciosa de liberdade e de glória, e a voracidade do sepulcro respeitará aqueles ossos honrados. Notai, senhores, de passagem um contraste bem digno de reparo: ungem-se os déspotas ao subir a erguidos tronos de oiro; unge-se o homem livre ao descer ao humilde cofre de chumbo: mas a unção daquele é veneno de morte que se espargirá sobre um povo desgraçado; mas a unção deste é cheiro suave de virtude que se exalará por compridas gerações, e lhes recordará insolúveis benefícios: o perfume do déspota morre com ele, e se converte em cheiro de podridão; o do libertador respira de seu túmulo com aromas de salutar fragrância.

Aqui fenece o meu discurso; eu o remato como hei começado: Manuel Fernandes Tomás morreu: derramemos lágrimas de gratidão e de saudade: este é o verdadeiro elogio fúnebre dos grandes homens; estas lágrimas são as honras do seu funeral, são as pompas do seu enterramento: elas terão lugar na história, elas serão o epitáfio eloquente que mostrará aos vindouros o jazigo das suas cinzas gloriosas: molhai com essas lágrimas a pena da verdade, e escrevei-lhe sobre a lápide sepulcral *Aqui jazo libertador dos Portugueses: salvou a Pátria, e morreu pobre.*

ELOGIO FÚNEBRE DE

CARLOS INFANTE DE LACERDA, BARÃO DE SABROSO

Carlos Infante de Lacerda, primeiro barão de Sabroso, nasceu em Lisboa aos 18 de Dezembro de 1795; foram seus pais João Infante de Lacerda e D. Felícia de Sousa Tavares, ambos de conhecida e distinta linhagem. Apenas saído da infância, determinou seguir a nobre carreira das armas para a qual lhe dava então glorioso campo a guerra da Península, em que o valor da mocidade portuguesa triunfou dos mais aguerridos exércitos que ainda vira o mundo. No ano de 1810, e contando só quinze de idade, sentou praça no Regimento de Cavalaria nº 4, e nele serviu durante o resto da guerra, estimado de superiores e inferiores por seu valor na peleja, sua regularidade na disciplina, e pela urbanidade e elegância de seus costumes, benquistado de todos.

Gloriosamente terminada a guerra da Península e a da independência da Europa, voltou à Pátria; mas não lhe sofria o ânimo impaciente de fama, e devorado de nobre ambição, o sossego e tranquilidade da paz. Não tardou a oferecer-se nova ocasião de adquirir glória a quem tanto a desejava. A corte do Rio de Janeiro, por motivos que não é para aqui examinar, assentou de fazer guerra às sublevadas colónias espanholas que entestavam com os limites do Sul do Brasil. Formou-se em Lisboa uma divisão escolhida de todas as armas para esse fim, na qual se alistaram a flor dos jovens oficiais portugueses. Com estes foi Carlos Infante de Lacerda, já então capitão. Começou a guerra de Buenos Aires, em que a bravura e disciplina das tropas portuguesas mais teve que lutar com a aspereza do clima e rudeza do terreno, do que com inimigos que fossem dignos da espada que vencera as legiões de Bonaparte. Quase toda esta guerra constou de escaramuças com guerrilhas: Uma acção considerável apareceu porém, em que o valor e disciplina europeia se mostraram o que eram e valiam. Esta foi a chamada da *Índia morta*; e aqui mostrou também o nosso oficial a bravura e talento militar que o distinguiram. Aí foi promovido no campo de batalha ao posto de major. Os extraordinários sucessos que restituíram D. João VI à sua antiga corte da Europa, o trouxeram também à Pátria, depois de quase sete anos de ausência. Envolvido no troyel das revoluções, que desde então têm agitado a nossa infeliz Pátria, conhecido por seus leais, moderados, mas firmes princípios, ele mereceu enfim a li. Miguel as honras da proscricção, com a qual no memorável dia 30 de Abril de 1824 lhe deu um título de glória. Seu honrado proceder nesta ocasião, não só dos naturais mas também dos estrangeiros, foi apreciado: a corte de França o distinguiu com a cruz da Legião de Honra.

Sempre fiel a seus princípios, não hesitou em se declarar pela causa legítima de el-rei D. Pedro IV, e da Carta Constitucional, que do coração abraçou e com sua espada defendeu, e pela qual em voluntário exílio tinha de dar vida, longe dos seus, em terra estranha, e só consolado daquela nobre consolação das almas grandes – *a consciência da própria virtude!*

Já tocado da fatal moléstia que tão precoce o levou, o barão de Sabroso foi, apesar disso, um dos primeiros a correr às armas contra os rebeldes que no Alentejo e Algarve alevantaram nos fins de 1826 o grito da rebelião contra o soberano e contra as instituições da sua Pátria. Nesta primeira marcha e sob o general conde de Saldanha, comandou uma brigada de cavalaria (composta dos regimentos nº 1, 4 e 7). Seus padecimentos aumentaram; mas também aumentaram as forças daquela alma que nenhuma agonia do corpo jamais pôde subjugar. Marchou o general conde de Vila Flor contra os rebeldes que de novo agitavam o país; e com ele marchou o barão de Sabroso

comandando a brigada de cavalaria composta dos regimentos nº 1 e 4, cujos serviços, para glória dos leais e castigo dos rebeldes, assaz conhecidos são de todos.

Estava a Pátria livre de seus inimigos; e quando todo o sossego de espírito lhe era necessário para restaurar sua combalida saúde, eis aí o indigno príncipe com que a Providência nos castigou em sua ira, que tudo vem destruir e subverter em Portugal. Não houve seduções nem promessas que o partido rebelde, agora completamente senhor do governo, não empregasse para chamar às suas fileiras o barão de Sabroso, cuja capacidade, valor e talentos militares todos sabiam avaliar, e muitos à sua custa tinham conhecido. Mas quanto se enganavam! Nem as lisonjeiras promessas do Poder, nem sua decadente saúde, nem os doces vínculos da Pátria o fizeram hesitar um momento na escolha. Preferiu o exílio e as privações, e a quase certa morte que a inclemência das regiões do Norte e as aflições morais do seu espírito não podiam deixar de lhe pintar em mui próximo futuro.

Breve, porém, lhe exigiu a lealdade e o patriotismo novos sacrifícios. Preparou-se em Plimude a infeliz expedição que a 6 de Janeiro de 1829 dali foi demandar a ilha Terceira. Apesar dos rogos e conselhos dos amigos e parentes, o barão de Sabroso obedeceu resignado à voz que o mandava embarcar; nem pensou quanto encurtava os seus dias, uma vez que esses dias fossem consagrados ao serviço do rei e da Pátria.

Escapou com a vida ao canhão dos *nossos aliados*; mas se o não feriu a metralha inglesa, moralmente o feriram os incômodos do mar e as angústias de espírito, com que sua existência começou a tornar-se visivelmente precária. Todavia chegado a Brest lhe foi incumbido o comando de um dos depósitos portugueses que em França se formaram (o de Laval), onde o trabalho a que era obrigado em desempenho do seu cargo, e a aspreza do Inverno daquele ano, e em tão frígido país, acabaram de lhe arruinar a saúde.

Assim continuou empiorando a mais e mais até que, dissolvido o depósito de Laval, lhe foi permitido transportar-se a Paris, a ver se a mudança de ar e clima, ou a superioridade da arte podiam ainda atalhar os progressos do mal. Mas já era tarde! Empenhou-se a medicina com seus mais delicados esmeros, a amizade com seus mais estremecidos cuidados, o amor fraterno com tudo quanto a mais solícita vigilância, os mais generosos sacrifícios podiam fazer; mas estava na mão da morte, e nada o podia salvar.

Seus dignos irmãos Simão Infante de Lacerda, e Francisco Infante de Lacerda, um vigiando ao pé do seu leito de dores, outro trabalhando dia e noite por lhe procurar os meios necessários para seu dispendioso tratamento, e sacrificando-se ambos a todas as privações para que nada faltasse a seu querido irmão deram um exemplo insigne e memorável de piedade fraterna que nestes nossos dias de imoralidade e egoísmo, mereceu a admiração de quantos os conhecem, e aumentou a estima e respeito dos que se desvanecem com o título de seus amigos. Entre estes é digno de que publicamente se louve e faça conhecida a generosa e officiosa amizade de S. Ex.a o Sr. D. Tomás de Mascarenhas, camarista de S. M. F., a cujos esforços, quase únicos, deveram os aflitos irmãos os meios necessários para acudir a seu infeliz doente. A Regência houve por bem aprovar tudo quanto o Sr. D. Tomás de Mascarenhas fez a este respeito.

Não estava porém, repito, em nenhum esforço humano o obstar à inexorável enfermidade que o consumia. A caprichosa fortuna, como que para insultar o seu mísero estado, quis que então comesçassem a raiar mais distintas as esperanças de voltar à Pátria, e de a ver salva, quando as da vida se encobriam mais e quase desapareciam diante dos olhos do enfermo. Os hinos da vitória de Paris foram já nos seus ouvidos como um eco de sepulcro, que mal se ouve e longe dura!... Enfim o instante fatal aproxima. Já do coração dos amigos, do inconsolável irmão, fugia e derradeira luz de esperança. E preciso anunciar-lhe a vizinhança da morte. O enfermo ouve tranquilo a

sentença; e voltando-se todo para a última e só consolação de todos os humanos padecimentos, invocou a religião do seu Deus, e se acostou resignado no seio de todas as misericórdias e de todas as esperanças. Satisfeitos com piedade todos os deveres de cristão, cumpridas com escrupuloso cuidado todas as obrigações de homem de bem, recomendando e especificando seus menores credores, esperou sossegado a morte com a mesma serenidade com que tantas vezes a desafiara no campo.

Rodeado de seus aflitos amigos, mais aflitos que ele, deu enfim o último suspiro no dia 22 de Setembro do corrente ano de 1830.

Seu funeral foi honrado com a presença dos mais ilustres compatriotas que em Paris se achavam, de muitos distintos franceses, e com as lágrimas de quase todos. Foi sepultado no cemitério do Père-Lachaise. Assistiram à dolorosa cerimónia, entre outros, o marquês de Loulé, os condes de Vila Real, de Saldanha, de Calhariz, e o coronel Pizarro, que sobre sua sepultura pronunciou (conforme o uso de França) um discurso em português, e Mr. Breton, secretário do almirante Roussin, outro em francês.

Assim desapareceu de entre os seus compatriotas um dos mais ilustres emigrados que se votaram pela causa sagrada da Rainha e da Carta. O Exército português perdeu um dos seus mais hábeis oficiais, o Estado um dos seus melhores súbditos, a Nação um de seus mais nobres filhos – mas quem avaliará, quem dirá a perda de seus aflitos pais, de seus inconsoláveis irmãos! J. B. S. L. A. G.

NECROLÓGIO DO CONSELHEIRO TRIGOSO

Ontem faleceu de um ataque de apoplexia o conselheiro Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato. Em todo o país, em todo o tempo a perda de um homem tão sábio e tão virtuoso seria de lamentar: para nós, hoje, é calamidade pública, é motivo de luto nacional. Vão caindo, uma a uma, as poucas folhas morredouras que ainda mal se tinham nessa árvore decrépita, já tão estéril em frutos de ciência, de flores de literatura! Pobres de nós! Em poucos anos, se nos perguntarem pelos nossos escritores, pelos nossos sábios – teremos de mostrar as mascavadas folhas de um ou dois jornais e responder: «Aí estão, nessas rapsódias mal copiadas de outros *scriblers* estrangeiros – nessas regateirices originais (e que decerto não têm modelo nem na literatura da Cafraria) – tudo quanto hoje *sabemos* fazer e podemos ler.»

Indústria – não a há hoje sem auxílio das ciências – civilização sem letras – liberdade sem ambas. – Que importa! O progresso há-de caminhar. – Como; com que pés?

O conselheiro Trigoso, segundo filhó de uma casa distinta da Estremadura, dedicou-se às letras. Educado na severa disciplina de seu tio, o ilustre vice-reitor da Universidade de Coimbra, recebeu ali o grau de doutor em Cânones, e já conhecido por suas memórias literárias, pela curadíssima edição das obras de Dinis, era um dos mais notáveis membros da Academia das Ciências de Lisboa quando foi chamado a ler na cadeira de Direito Eclesiástico (segundo ano de Direito) na mesma Universidade de Coimbra.

O método, a facilidade e felicidade da expressão, os vastos e não sofisticados conhecimentos da história pátria e do direito especial da Igreja portuguesa., distinguiram logo o seu magistério, que tão curto foi quanto será lembrado por todos os alunos daquela Academia.

Apenas (em 1821) foi consultado o voto dos Portugueses sobre a escolha de seus mandatários, o conselheiro Trigoso obteve, entre os primeiros, o sufrágio popular. E todavia seus conhecidos, e nunca traídos, princípios não eram dos que se pregoam mais populares. Inteiro e severo e português dos da têmpera velha, Francisco Manuel Trigoso não lisonjeou nunca nem no paço nem na praça. Não escondeu nem sofisticou nunca as suas opiniões religiosas: e teve a *coragem* de ser cristão e católico quando a moda lançava o ridículo, e os desvarios políticos o anátema sobre todos os que não bradavam com o *insipiente: non est Deus!*

Caluniado de pouco liberal, porque não era irreligioso, a contra-revolução de 1823 achou todavia o nobre Trigoso no seu posto inalterável, sem mudar nem fingir. Ousou ser cidadão, agora que todos queriam ou se suscitavam a ser vassallos. Na célebre Junta para a formação da Carta prometida em Vila Franca, ele só – e outro não menos virtuoso nem menos caluniado cidadão – sustentou a *obrigação* em que el-rei estava de dar a Carta, apesar de todas as razões de conveniência e necessidade política que se opuseram.

Talentos armados desta inteireza, se eram já pouco aceitos à oligarquia tribunícia, como o seriam ao despotismo? Nem ele servia a tal governo, nem tal governo lhe servia. Viveu retirado e com os seus amigos todo aquele interregno até à gloriosa e memorável época de 1826, em que a liberdade renascida pela Carta o chamou em seu auxílio. Ministro sob o regímen da senhora infanta D. Isabel, e deputado às Cortes, trabalhou, como então trabalharam, poucos, em segurar e regular o precioso dom que outorgara o senhor D. Pedro IV.

Como todos os homens de verdadeiros e sincero amor da liberdade (que é a

justiça, a razão e a sabedoria), o Sr. Trigoso temia os excessos dos que a fazem degenerar no absolutismo de muitos, não menos que as usurpações de um só ou de alguns. Acaso a severidade de seu carácter levou por vezes o escrúpulo além das raias da prudência – e se acanhou por tímido e cauteloso em excesso onde era mister dar mais largas à expansão do entusiasmo – deixar antes *delirar* do *que parecer...* Mas se, conforme nosso modo de ver e pensar, podemos fazer essa censura ao seu ministério, toda ela recai sobre o espírito não sobre o coração do ministro patriota. Podia enganar-se, trair nunca.

Retirado, e sofrido por velho e doente no canto de sua casa, pelo governo da usurpação, nunca dobrou o joelho ao tirano. A restauração o viu ao pé do trono da rainha, com a mesma independência, com a mesma abnegação – algum censor menos indulgente dirá talvez com o mesmo cortejo do ciúme e de inveja com que nesta malfadada terra foram sempre vistos os homens superiores pela vulgaridade presumida e ciosa e que entre nós pisa com pé igual (como a morte de Horácio) *pauperum tabernas, regumque turrets*.

Um tamborete no Conselho de Estado e a vice-presidência na Câmara dos Pares – era faltar a todas as conveniências e decências públicas, duvidar um momento de os dar a Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato. Mas nenhuma distinção portuguesa cobriu nunca o seu peito, nem o honrado nome de seus pais se trocou por título vão e sem história. Honra grande se os recusou – honra maior se, por esquecido, não precisou recusá-los.

Até à Revolução de 1836 esteve sempre na oposição; retirou-se dos negócios depois; e quando chamado outra vez às Cortes, pelo voto popular nas eleições deste ano, já não sentiu forças para aceitar a missão. No dia seguinte à recusa, tinha deixado de viver um dos *derradeiros* portugueses que tão depressa vão acabando. – A rainha perdeu nele um homem de conselho e firmeza, o senado um orador sem rival, a academia um de seus últimos ornamentos, a universidade um protector zeloso, a liberdade um campeão moderado mas firme, a religião um defensor ilustrado e sincero.

Escrevem-se estas linhas no primeiro abalo do sentimento e da saudade. Não faltará quem melhor faça o elogio de um de nossos melhores e mais distintos cidadãos. – *Almeida Garrett*.

NECROLOGIA
DO
SR. FRANCISCO KRUS

Outubro de 1839

Sábado vinte e sete de Outubro saiu, pela última vez, da sua elegante residência, no Pátio do Duque, o honrado cavaleiro e distinto negociante desta praça Francisco Krus, patriarcalmente levado nos braços dos numerosos dependentes do seu vasto estabelecimento comercial, que assim testemunharam publicamente o seu respeito e afeição por ele. Acompanhavam-no também alguns de seus mais íntimos amigos. Na véspera, rodeado de sua numerosa descendência, parentes e amigos que o choravam, falecera tranquilamente da morte dos justos. No dia seguinte, as pessoas mais notáveis de todas as classes assistiam ao officio de corpo presente, que se celebrava na Igreja Paroquial do Sacramento, e acompanhavam depois ao seu jazigo no Cemitério do Alto de S. João.

De muitos se diz, mas de poucos é verdade, que a sua morte foi geralmente sentida. Neste caso é bem exacta a asserção; porque é uma e unânime voz pública sobre a austera probidade, a larga intelligência e a pouco vulgar instrução do falecido.

Nascido em Altona, junto a Hamburgo, e alemão de origem, mas súbdito dinamarquês, deram-lhe seus pais aquella educação vasta e profunda que ali faz tão respeitável e preponderante a sua classe. Nem lhe faltou o que vulgarmente se chama de ornamento e agrado, porque não era hóspede nas amenidades da literatura, nem estranho à cultura das artes. Cabeça fortemente organizada, vasada no molde severo de que se fazem os matemáticos e os filósofos, no coração vibravam contudo harmonicamente as cordas que precisa a alma do artista e do poeta. Ninguém resolvia melhor um problema financeiro, nem avaliava melhor um produto da arte ou do génio, nem sentia mais vivamente as grandes belezas da Natureza, que Deus dá a admirar a todos, mas a sentir a mui poucos.

Assim dotado pela Natureza e instituído pela educação, se entregou à profissão de seus pais, e começou de mui tenra idade a estudar profundamente, não as vulgares rotinas e costumeiras do comércio, mas o que ele tem de vasto e superior, e que demanda conhecimentos e instrução não comum.

Em breve se adquiriu a reputação que merecia; e viajando por Holanda, Inglaterra e Espanha, cujas línguas falava como muitas outras, praticamente se aperfeiçoou no conhecimento da sua profissão, por tal modo que tendo vinte e tantos anos foi associado a uma respeitável casa de Londres, e nessa qualidade foi residir na cidade do Porto. Ali viveu alguns anos, e dali passou a vir fundar em Lisboa igual estabelecimento. Algum tempo depois casou com D. Josefa Pacheco Monteiro, de uma distinta família de Mérida, da província da Estremadura. Começava a sorrir-lhe a fortuna, e a produzir o devido fruto a assiduidade e intelligência dos seus trabalhos em Lisboa, quando a casa de Londres, menos feliz ou menos bem dirigida, suspendeu repentinamente os seus pagamentos. Avisado com tempo, pelo feliz acidente da demora de um paquete, pôde, à força de trabalhos, occorrer àquella grande crise, ajudado por seu crédito e reputação, já então imensa. Era tal que um grande número de capitalistas se lhe ofereceu logo para o sustentar, pondo à sua disposição somas consideráveis.

Por esta ocasião, para satisfazer escrupulosamente à sua honra e dar crédito a seu nome, perdeu metade de seus cabedais, que já eram consideráveis.

Mas não há dúvida que, ainda quando a probidade e a honra não fossem tamanhas

virtudes como são, ainda assim se deviam cultivar e adorar por mero interesse; máxima verdadeira para todos, duas vezes verdadeira para o negociante. Desde então não fez senão prosperar o seu crédito e proveitos; e em breve se estendeu o giro de suas transacções a toda a Europa. Nenhuma firma mais acreditava e nenhum homem mais respeitado havia em Lisboa. E Lisboa era também para ele a terra da sua predilecção, a sua segunda pátria. Aqui encontrara valiosos amigos; aqui a estima e a consideração geral o acompanhavam. Este céu, este clima, esta serena tranquilidade da povoação, que nos enfastia a nós de génio mais buliçoso, a ele o encantavam. Falava e escrevia, como sua, a nossa língua, com exacção rigorosa e sem o mais leve acento, do mesmo modo que falava castelhano, o italiano, o inglês, o francês e o holandês, passando de uma a outra com admirável perfeição e sem equívoco de ortografia ou de pronúncia.

Em tudo assim era, de uma pontualidade extrema. As horas do trabalho, da refeição e do passeio todas tinha contadas.

Tão estimado porém, como foi entre nós, não o era menos nos países estrangeiros, e com especialidades no do seu nascimento. O Governo da Dinamarca o quis, por vezes, nomear seu côsul-geral aqui; e sempre recusou, porque modesto em exageração, todo o cargo e função pública lhe repugnava. O mesmo lhe sucedeu com a cidade de Hamburgo e mais cidades hanseáticas, às quais teve por fim de ceder, aceitando a nomeação, à força de insistências a que já não era possível resistir.

Aos sessenta e sete anos de sua idade, cheio de saúde, e em todo o vigor do seu espírito, o acometeu repentinamente uma congestão cerebral, com cuja violência lutaram embalde os melhores facultativos e a incansável assistência de seus filhos, de sua mulher, de seus parentes e amigos mais íntimos, que rivalizavam de assiduidade e carinho. Foi tremenda a luta, durou quarenta e oito dias: tanto se empenhara a arte, e tanto resistia uma constituição poderosa, conservada por longos hábitos de regularidade e moderação.

Durante o seu longo padecimento não desamparavam a porta as contínuas visitas das mais distintas pessoas desta terra. Sua Majestade El-Rei, que o honrava com especial distinção, lhe fez esta última de passar a informar-se pessoalmente do estado da sua saúde.

Enfim, depois de um verdadeiro martírio, sofrido em resignação de santo, a fortaleza de filósofo, faleceu na madrugada do dia 27, com todas as demonstrações de fé e piedade cristã, que o estado dos seus órgãos lhe permitia dar.

A dor sincera e profunda dos seus, não é das que se descrevem nem se podem consolar. A herança de um milhão de cruzados que lhes deixa, adquirida com a mais exemplar honestidade, é um motivo mais de sentimento e de pena; porque não terão um momento na vida em que se possam esquecer de que devem quanto são e gozam, a um pai e a um marido que não teve outros pensamentos e cuidados senão o bem de sua família.

A classe dos negociantes, que em nossos tempos é chamada a maiores destinos e à mais alta importância na sociedade, que nunca teve, deve tomar por modelo e por exemplar este homem que morreu milionário sem faltar a um dever nem transigir com um escrúpulo; que afrontou com intrepidez a sorte adversa, e se moderou com modéstia na prosperidade.

Que esta opinião tão justa, tão merecida e tão geral seja a melhor herança de seus filhos; que se orne com ela a sua viúva como do mais brilhante diadema; que seja – e é – um distinto brasão de nobreza para seus netos; e que a saudade de todos os seus seja a maior consolação por tamanha perda.

Por minha parte, faço timbre em manifestar aqui publicamente quanto me honrei sempre com a sua amizade e com as distinções de obséquio e de afecto que lhe devi.

Descanse em paz, viva dom Deus a sua boa alma; e na lembrança dos homens a sua honrada memória.

ELOGIO HISTÓRICO
DO
BARÃO DA RIBEIRA DE SABROSA
RECITADO EM SESSÃO DO CONSERVATÓRIO REAL DE LISBOA

Lisboa – 1843

Os Cipiões ajudavam a fazer as comédias de Terêncio. Aqueles grandes capitães, que mereceram ser chamados os raios do Império, não temeram deslustrar a sua glória com o trato familiar das musas dramáticas; aqueles patrícios tão ilustres, ao pé de cuja frondosa árvore de geração são planta rasteira e humilde as nossas mais antigas linhagens históricas, não tinham por quebra em sua nobreza sentar-se à bancada do pobre liberto e compor com ele aquelas cenas tão cheias de fino sal, de urbana e lépida zombada que fizeram as delícias do povo romano e ainda hoje fazem a admiração do mundo. Triunfava no Capitólio o destruidor de Cartago; e vinha triunfar no teatro o compositor de *Ândria* e d'*Os Adelfos*.

E mais, as preocupações aristocráticas da sociedade romana não honrava a arte cénica como o fazia a democrática Atenas, onde um soldado de Salamina vinha receber, na coroa teatral, maior aplauso que o seu general Temístocles.

O maior capitão desde século e o maior príncipe de há muitos séculos, o imperador Napoleão, as tragédias de Arnault, e jurava que, a alcançá-lo em seu tempo, teria feito Corneille seu primeiro-ministro.

Por estranhas que estas coisas nos pareçam hoje, não o pareceriam decerto a nossos avós, àqueles nobres corações de Portugal antigo, àqueles grandes generais, àqueles grandes homens de Estado com o reflexo de cuja glória ainda se doira este ocaso da nossa grandeza. Vede-me o Condestável estudando nos romances da *Távola Redonda*, como Alexandre estudava na *Ilíada*, os modelos de virtude e de honra; vede-me o bom rei trovador D. Dinis, lede o santo rei poeta D. Duarte. E se desprezais, por singela e inculta, a sinceridade desses tempos de inocência primitiva, aí tendes todo o fasto oriental, tal a pompa bizantina de el-rei D. Manuel, e achareis o senhor absoluto de meio mundo conhecido, em trato e convivência familiar com o nosso Scribe do século XV, antes, para melhor rigor da expressão, o chocarreiro Plauto das Espanhas.

A ciência, a arte de governar, que hoje chamamos política, teve sempre por aliadas íntimas e indispensáveis as letras e as artes: é impotente sem elas, são repugnantes e odiosos os seus esforços quando os não acompanham e suavizam aquelas. É preciso emendar os homens, alterar as suas instituições, corrigir os seus erros, devassar de suas malfeitorias, torcer suas propensões viciosas?... Deixai a política só, a executar, por seus únicos meios, esta grande tarefa, e vereis os crimes, as atrocidades que é forçada a cometer, as resistências que acha, as dificuldades que duramente corta e tenazmente lhe renascem, os ódios que suscita, e a cansada desanimação com que por fim, gasta em suas próprias fadigas, cai desalentada e convencida de sua impotência nas primeiras jornadas do caminho que encetou com tão nobres tenções, mas em que não podia caminhar só.

De sua natureza é dura e áspera a máquina da governação, e tanto maiores são as resistências que encontra quanto é mais recto o seu trabalhar: tende e caminha à civilização, mas não civiliza ela. A política exige perfeição nos homens, mas não os sabe aperfeiçoar; demanda virtudes no coração, entusiasmo no sangue, clareza no cérebro, esforço no braço, e nenhum destes predicados pode dar a sua acção directa; precisa-os, gasta-os, consome-os; devora, como o Minotauro, estas belezas da perfeição

humana, e não as pode gerar nem cultivar ela. O seu alimento é mister que lho produzam, que lho ministrem outros. É a abelha-mestra do enxame; não vive sem mel, não governa, não reina sem mel, e não pode ir buscá-lo às flores do prado, e não o sabe fabricar ainda que lho tragam.

Daqui a necessária, a indissolúvel aliança de toda a política com a literatura e com as artes, sem a qual a civilização é impossível, o progresso falso e os fins da sociedade humana frustrados.

Daqui vem que nenhum princípio ainda foi grande e glorioso, nenhuma república feliz, nenhum povo livre deveras se esta aliança não foi perfeita – e decaíram os maiores Estados, e vieram à servidão as mais livres nações onde quer que o poder, de aliado se fez tirano, e oprimiu, ou – o que ainda é pior – desprezou as suas auxiliares.

Daqui, no modo de ser das nações actuais, a formação das academias e sociedades literárias e artísticas que todos os governos ilustrados – e ainda os que só fingem sê-lo – têm sempre fomentado, protegido e honrado.

O espírito de associação, característico da sociedade moderna desde que começou a reagir do feudalismo para o governo da igualdade, logo juntou na hansa da república das letras todos os elementos, todos os meios, todos os poderes civilizadores que, mais dispersos e mais raros ao começar, por essa mesma junção que lhes dobrou a força, se dilataram e aumentaram ao ponto que hoje vemos por toda a superfície do globo civilizado, em cujos limites nos queremos e havemos de estar legitimamente – tenho confiança em Deus! –, apesar dos estorvos e dificuldades que por toda a parte encontramos.

E não quebra esta aliança na independência da república literária, antes a fortifica fertilizando-a. Como as grandes associações de riqueza material, cujos montes de ouro seriam fracamente produtivos se não negociassem com o Governo, porque só o grande consumo do Estado pode dar emprego a tamanhos cabedais, assim são as academias: bancos de riqueza intelectual, cujos vastos depósitos precisam ser explorados e negociados em grande para darem cento por um, como o talento da parábola.

Triste e mesquinha arrogância de bárbaros a daqueles governos, a daqueles pretendidos homens de Estado que desprezaram a ajuda das artes, e quiseram construir os mouros de Tebas sem o auxilio da lira de Anfião! Triste e mesquinho ciúme de falsos literatos os que recusaram associar-se com os ministros da potência civil, e desprezaram o auxílio do homem de Estado, do homem de espada, do homem da indústria na edificação do grande templo, em que tanto é preciso o trabalho do escritor como o do artista e do estadista, como o do general e do industrial.

O poder é nulo sem a inteligência; a inteligência é fraca sem o poder. Reunidos, a sociedade progride; isolados, é a revolução.

E mister, pois, que nestas associações se reúnam todas as capacidades de todo o género; que Richelieu não julgue descer, quando se assenta ao pé de Corneille, que Béranger não julgue subir quando vai sentar-se ao pé de Guizot.

Nenhum grande cidadão pois, nenhum príncipe da república, por mais alto, deixou ainda de ocupar com satisfação o tamborete académico; nenhuma academia, que merecesse nome no mundo, fechou ainda os seus conselhos a qualquer ilustração social, posto que não professasse especialmente nenhum dos ramos da ciência ou da arte. Compor livros ou ganhar batalhas, fazer descobertas nas ciências, agitar e dirigir grandes massas de meios industriais, ou administrar dignamente o Estado, cantar epodos ou epopeias ou dar matéria e elas, triunfar na tribuna ou no teatro, no púlpito ou no foro, dominar nos espíritos com o pincel ou com a pena, com o cinzel ou com a língua, com as harmonias inarticuladas da música ou com os sons determinados da palavra, tudo são títulos académicos, porque tudo habilita esse instrumento escolhido de Deus para o

progresso da civilização da espécie.

Guiado de tantos ilustres exemplos, forte em suas convicções esta nossa começada academia, nascida nos braços da liberdade, protegida pela ilustrada benevolência do Soberano, abjurou desde logo o exclusivo pedantesco da vaidade literária; e todas as ilustrações, todas as capacidades, as mesmas esperanças delas procurou reunir em torno do altar da civilização, sem poder achar altura social que lhe fosse desmedida quando o príncipe dava o generoso exemplo de se pôr à sua frente, sem descobrir inferioridades aonde viu mérito de qualquer género, esperança de qualquer proveito.

Nenhuma vaidade, nenhum orgulho ficou satisfeito; é mister ser exclusivo para lhes agradar: tal é a miserável natureza humana! A razão sim, o interesse da arte sim, porque há lucro certo para a comunidade aonde o individualismo se agrava ou se descontenta.

Entre os muitos distintos caracteres públicos que vieram gostosos associar o seu nome à nossa instituição nascente, foi o ilustre sócio de cuja herança intelectual hoje aqui fazemos inventário, chorando o que perdemos e contando o que ganhámos, como por morte de um irmão querido choram, mas contam, os que deixou ricos de suas indústrias e trabalhos.

Nem outra pode ser neste lugar e em tal ocasião a missão do orador senão a de inventariar perante vós esta deixa que não tem partilhas, porque indivisa e precípua vai juntar-se à grande massa dos haveres nacionais – que são bens e propriedades de um povo todos os feitos, todas as memórias de seus cidadãos distintos: propriedade que ouso não gasta, que o tempo não altera, e que, uma vez registada na história, nem rescritos de príncipes, nem plebiscitos de povos a podem destruir. A própria agiotagem da malevolência ou da inveja dos partidos cessa as suas operações, desde que a história escreveu com pena de ferro na loisa do jazigo o padrão de juro intelectual, que as nações depois averbam no grande livro de sua dívida pública.

O Sr. Barão da Ribeira de Sabrosa, Rodrigo Pinto Pizarro Pimentel de Almeida Carvalhais, nasceu a 30 de Março desse memorável ano de 1788; ano climatérico na vida da sociedade europeia, ponto em que se separou o passado do presente, hora fatal e tremenda na vida das nações modernas, em que a erupção desse grande vulcão subterrâneo que há tanto fervia debaixo da Europa, se anunciou na votada terra de França com os primeiros turbilhões de fumo, com os primeiros rugidos da ebulição, pressagos dessa espantosa torrente de lava que tem devastado o mundo purificando-o, que o assolou mas há-de regenerá-lo.

Lutavam as teorias cruas dos filósofos com as práticas corruptas do mundo; nem é fácil dizer qual destas acções imperfeitas teve maior parte no amontoar desse caos, no revolver dessa mole indigesta e rude em que por largos anos ficou a Europa.

Tarde e quebrada nos chegou a percussão do grande impulso eléctrico que abalara o mundo. Menos ilustrados, sem dúvida, mas muito menos avexados, estas duas forças negativas nos tiveram mais tempo isolados do choque. A revolução era já uma coisa de ordem, a espada do general tinha já cortado as fascas consulares e se convertera em ceptro imperial, quando as armas francesas apareceram em nossas fronteiras, ocuparam a nossa terra, expulsavam os nossos reis, ameaçaram a nossa religião, prometendo-nos tão boas reformas e melhoramentos que sem dúvida precisávamos e queríamos – queríamos decerto, mas não os queríamos assim.

A filosofia moderna tinha poucos adeptos em Portugal, é verdade; mas o sistema dos abusos ainda tinha menos fautores. Não foi a corrupção velha que triunfou das inovações filosóficas; foi o ciúme da independência nacional que se levantou em peso, que levantou unidos e conformes todos os partidos e todas as opiniões na grande reacção nacional que nos deixou mais pobres, mais servos, mais corruptos, mais

obscurecidos que nunca, mas deixou-nos portugueses. E enquanto não fizemos bem a conta ao preço que nos custara, demos tudo por bem mercado, e ficámos satisfeitos e gloriosos.

O espírito guerreiro da nação tinha acordado: despovoavam-se as academias e os claustros, e a mocidade corria às fileiras do exército. Que ânimo generoso não queria ser contado entre os vencedores de Bonaparte, cujos exércitos na nossa Península tinham vindo perder o nome de invencíveis?

O ardente engenho do nosso sócio, que no claustro, a que seus nobres pais o destinavam, tinha rapidamente completado a educação clássica daquele tempo, não pôde resistir ao impulso geral; e, abandonada a roupeta, correu a tomar parte nas que já então eram últimas tarefas da Guerra da Independência.

Concluiu-se ela com o triunfo dos reis aliados e em nome da nacionalidade dos povos.

Mas a nacionalidade portuguesa assegurada pelo triunfo, garantida pelo interesse geral da Europa, ficou todavia como uma coisa de lei que se quer guardar, mas que se não entende ainda bem, nem está regulamentada para saber como se há-de guardar.

A monarquia portuguesa era, de facto, uma pequena orelha na Europa, um imenso espaço na América; e, de direito, uma extensão desmedida na África, ainda considerável na Ásia.

O espiritualismo das recordações e do sentimento dos povos, a poesia da política, senhores, ou antes a poesia nacional, poderosa auxiliar da sua política, tinha feito um grande, desmesurado esforço para vencer os poderes materiais na Guerra da Independência; ficou cansada e gasta; os interesses materiais reagiram. Vão dissolver-se por eles os vínculos da antiga monarquia portuguesa, porque numa parte importante dela está a crescer e a formar-se a vida, para viver independentemente.

A sede do Governo é na antiga colónia. Mudou-se Roma para Bizâncio, com os antigos nomes das magistraturas, das dignidades do Império, com o antigo nome da nação que se quer conservar, por uma espécie de saudade sentimental, por um anacronismo de coração que a força das coisas vai desmentir já. Mas Constantinopla chama-se a cabeça do Império Romano e não o é, nem pode ser senão do novo Império Grego. Roma também já não pode ser senão um exarcado enquanto estiver dependente, ou há-de ser outra coisa nova que se não pareça com o que foi, nem é possível adivinhar o que será.

Assim Lisboa e o Rio de Janeiro.

Meio por instinto, meio por cálculo, o Governo busca atrair para a nova metrópole todas as forças, todos os valores da velha. A flor da mocidade do exército é chamada para o Brasil. Vai com eles o Sr. Rodrigo Pinto Pizarro, e serve com distinção nessas guerras tão pequenas pelo número dos combatentes, tamanhas pela imensidão do campo de batalha.

No entanto, o progresso das coisas anda; o novo espírito brasileiro aparece em 1817 em Pernambuco, e o novo espírito português nesse mesmo ano em Lisboa, depois e mais fortemente no de 1820 no Porto.

A antiga monarquia portuguesa estava acabada; ninguém o dizia, todos o receavam, poucos o queriam; mas era inevitável. Ficam-lhe dois herdeiros; e não restava senão fazer partilhas: o maior esforço da política seria fazê-las bem... A história julgará como ele se houve.

Ainda acordou outra vez a velha nacionalidade portuguesa, ainda se acendeu em muitos corações aquele antigo e santo fogo do amor pela terra de nossos pais, que tanto custou sempre a abafar, que nunca se apagará nestes peitos. Nobreza, magistratura, oficialidade, velhos e moços, ricos e pobres, milhares de portugueses, que puderam ter

ficado e ser hoje dos principais do Novo Império vieram após o seu rei para este velho canto da Europa a viver de saudades e recordações, entre as ruínas da antiga pátria, sem confiança no presente, sem esperanças no futuro. Voltou neste número e já adiantado na carreira militar o nosso sócio, o Sr. Rodrigo Pinto.

Teorias mal sabidas e não experimentadas tinham, no entretanto, acelerado a crise por que necessariamente havia de passar, mais tarde ou mais cedo, o ancião e agora despido tronco da grande árvore portuguesa. Fortes eram ainda as suas raízes; hoje se vê: que, depois de tanto revolver de terra e ventos, não descravaram nem apodreceram ainda. Mas o decote fora grande, e o tratamento impróprio; a seiva não baixou nem subiu a tempo, e os novos rebentos que se esperavam não vieram com folha nem flores! Viram os olhos perspicazes do nosso sócio o estado das coisas; conhecia que era infalível a morte da liberdade; doía-lhe o coração de a ver morrer; cegou-o o desejo de a salvar pelo único modo que então fora possível certamente, se outras cegueiras maiores, menos desculpáveis e mais pertinazes, lhe não obstassem.

Já vedes, senhores, que aludo a uma famosa proclamação que achou eco em todas as convicções portuguesas, e que também só à História compete avaliar um dia sem paixão o porque não foi cumprida. Aludo a essa nomeada proclamação, que nunca foi segredo, por quem fora inspirada ou ditada. Dou esta interpretação generosa e justiceira a um passo arriscado e difícil na vida de um homem público; dou-lha eu, que então fui consumir no exílio e na pobreza a flor da minha mocidade, porque não me sofreram os impulsos do coração acomodar o espírito às necessidades da razão e da conveniência.

Porque não faremos, sempre todos, e para todos a mesma justiça!...

Mas não se cumpriu a palavra real; e forçoso foi esperar em contínua ansiedade pela inevitável resolução de uma crise que assim ficou prolongada, nem sequer diferida, e por nenhum modo evitada.

Com efeito, e apesar de todos os remédios empíricos que as necessidades do momento forçaram a tomar, Portugal ficou, pela chorada morte do Senhor D. João VI, quase no mesmo estado em que ficara pela do Santo Cardeal-Rei: as mesmas incertezas, quase as mesmas dúvidas, as mesmas facções depois.

Quanto sangue aí vai correr! Quantas desgraças, quanta miséria se estava preparando para vir sobre nós!

Dividiu-se a nação em dois bandos: qualifique-os onde quiser a política; a nós só nos toca mencionar aqui o facto sem o avaliar.

Fiel aos seus princípios, fiel ao Soberano que jurara, o Sr. Rodrigo Pinto fez então valiosos serviços à causa que seguira, trabalhando no Ministério da Guerra, assídua e imperterritamente, na organização daquele exército que teria salvado a metade da nação de emigrar e perecer, a outra metade de se despenhar num abismo de impossíveis morais e políticos, se a *má* diplomacia estrangeira, *errada pelo menos*, o não tivesse impedido, para nos deixar degladiar como os filhos de Cadmo, durante seis longos anos de calamidades, que não pagou decerto a triste glória dessas batalhas sem conquista, dessas vitórias sem triunfo; porque na guerra civil não há vencedor nem vencido... Senão só os princípios: e os princípios podiam ter triunfado em menos cruenta, menos cara e mais geralmente aplaudida vitória.

Triste glória disse; digo. Tristes loiros os que regou o sangue civil! Perguntai a esses braços poderosos, que mais ceifaram na cruenta messe, quantas vezes lhe doeram e tremeram!

Emigrou o nosso ilustre sócio entre os primeiros: veio ao Porto e tomou parte nessa tão bem agourada e tão mal sucedida reacção, que apenas serviu de protesto ao partido por então subjogado e que pareceu perdido para sempre.

Voltou a Inglaterra, visitou a França e os Países Baixos; e na língua, na literatura,

nas instituições civis e políticas destes povos fez estudo profundo. Aí tomou o gosto a esta liberdade que nós não conhecíamos, e não sei se conhecemos ainda, senão por esse primeiro tão difícil e tão aborrecido balbuciar de sua infância raquítica. Aí, com a leitura e com a observação, o seu génio ardente, ambicioso de glória, tenaz de propósito, insofrido de oposição, esteve entesourando, no forçado ócio de sete anos, aquelas iras patrióticas que lhe romperam depois na tribuna, com força e valentia sempre, embora lhe faltasse alguma vez aquela suavidade no modo que os preceitos da arte recomendam, e que julgam tanto mais necessária quanto maior seja a força do pensamento que expresse.

As horas do desterro são longas; todos nos impacientámos com elas. Nas calamidades gerais é triste e sabido desafogo dos companheiros de desgraça o atribuírem-se mutuamente uns aos outros a culpa dela; que ordinariamente é de todos ou não é de ninguém, que tanto vale. Soçobrada a nau, e escapas na incerta jangada as relíquias da tripulação, cada qual dos infelizes que tem a vida por um fio, cuida que é ele o que só pode dirigir aquelas mal cosidas pranchas a porto e salvamento. Maior é a energia de coração – maior é a impaciência do que sofre, mais amargas são as suas queixas, mais violentas as acusações que faz.

Assim nos sucedeu longe da pátria e no querer voltar para ela. Todos se queixavam, uns dos outros, com mais azedume os que mais desejavam e menos esperavam.

Confessarei, senhores, que o meu natural indulgente, incapaz de longos ódios, a minha crença na superioridade das forças morais em matérias políticas, me inclinou sempre a pensar que todas estas e semelhantes desavenças deviam ser afogadas pela generosidade e apagadas pelo silêncio e pelo esquecimento de quem mais razão tivesse ou mais razão julgasse ter. Não sei se me enganei – não sei se me engano, pois que ainda persisto na mesma teoria; mas se assim é, hei-de morrer enganado, porque até ao último instante da minha vida hei-de crer na generosidade e na indulgência, hei-de reputar cobardia as vinganças políticas.

O facto é que houve queixosos; e que o nosso illustre sócio se houve por tal, e que se queixou com amargor. Saiu-lhe excessiva ao lábios essa amargura profunda? Seria excessivo o seu amargor? Desvairá-lo-ia alguma vez a paixão por exagerado ou suposto agravo? Nem eu aqui venho ser relator, nem vós juizes das faltas de ninguém. E quanto o fôssemos, onde está a mão que há-de levantar a pedra? Ele não pôde obter lugar, entre os seus camaradas e amigos, nas fileiras desse heróico exército que veio restituir a liberdade ao reino, o trono à Rainha.

A sorte da guerra foi por nós; a face do país é já mudada, caíram enfim todas e de todo as instituições da velha monarquia. Estava a nova fundada? Tinha sólidas bases, rectamente se equilibrava sobre elas, era justo em suas proporções o novo edifício social? Posso e preciso eu perguntá-lo aqui, porque foi este em resumo o teor das dúvidas e das questões com que, por espaço de cinco anos, a veemente eloquência do nosso sócio fez retinir a tribuna dos dois cornos legislativos do Estado.

Não posso, nem preciso responder-lhe agora, porque nenhuma tese, por mais geral que seja, apenas mostra a mais leve ponta de pendão político e de partido, deve entrar em um recinto académico, muito menos em tal ocasião e em tal presença.

Uma coisa posso e devo dizer que todos folgareis de ouvir, que todos aplaudireis, senhores; e é que a palavra sempre forte, sempre enérgica, às vezes dura, e raro indulgente, do nosso sócio tinha a eloquência da convicção, inflamava-a o amor da sua terra, animou-a sempre a lealdade à sua Soberana, a devoção pela liberdade pública e a consciência de uma honestidade ascética e quase rude.

Sei que vos não fatigava, senhores, se repetisse aqui, em abono do que digo,

algumas dessas frases mais seladas do cunho da originalidade, alguns desses trechos mais poderosos pelo vigor de sua masculina eloquência, em que abundam os discursos parlamentares do nosso ilustre sócio, os quais são o seu mais honroso título acadêmico, e no-lo qualificam de literato, de orador e de homem de Estado. Mas obriga-me a escassez do tempo e o tarde da hora a apelar para vossa memória, e referir-me às impressões ainda tão recentes que vossos ânimos receberam, quando as ouvistes animadas de um tom que eu não saberia reproduzir nem imitar.

Duas vezes foi eleito deputado, em 1835 e 1836; três vezes senador, em 1838, 1839 e 1840.

Chamado aos Conselhos de Sua Majestade em princípios de 1839, e chefe dessa administração, foi encarregado dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros.

A pessoas respeitáveis de todos os partidos ouvi sempre que o Exército fora administrado superiormente no seu ministério, que se prepararam muitas reformas, que se tendia a úteis melhoramentos, que lhe não torceu a justiça nenhum espírito de facção, que não abusou, nem sequer usou, do poder para satisfazer a nenhum ressentimento pessoal ou malquerença partidária. Mas os grandes trabalhos, mas as grandes dificuldades que demandavam toda a grande energia da sua alma, que deviam experimentar toda a férrea tenacidade de seu carácter, foram os do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Não sei se os contemporâneos as julgaram já, ou se ainda vão apeladas para a suprema instância da posteridade, as grandes e graves questões de direito internacional, que muito antes começadas, vieram a rijo debate na sua administração.

Que a dignidade do nome português, que o decoro da Casa Real, não sofreram quebra em suas mãos, é inquestionável; nenhum partido lho disputou, nenhum contrário, nenhum inimigo o acusou de tal. E se alguém pensar que a ductilidade e sinuosidade das formas e combinações diplomáticas pode ser mais eficaz nas negociações difíceis do que a expressão rasgada e régia de uma vontade que antes é de quebrar que torcer; ninguém poderá nunca julgar nem dizer que, mais ou menos severamente moldadas, outras expressões podia haver mais portuguesas ou mais leais do que essas, que em seus discursos e em seus diplomas escreveu o ministro da Rainha de Portugal, pronunciou o senador de Portugal.

Este mérito é grande, grande politicamente, e literária e artisticamente grande; porque a poesia do patriotismo é a poesia das artes; e o belo, o ideal (ou como quer que lhe chame a escola antiga ou a escola moderna) é o mesmo para todas as concepções do espírito. Que o pintem, que o escrevam, que o falem, que o cantem os diversos, mas sempre semelhantes, ministros da arte a quem Deus pós no coração o sentimento, na cabeça a inteligência e nos órgãos o poder de manifestar a sua glória por qualquer dessas brilhantes expressões da suprema eterna beleza, de que só as almas escolhidas podem reverberar algum reflexo na Terra para ilustrar e honrar a espécie humana.

O Sr. Barão da Ribeira de Sabrosa entregou a administração dos Negócios Públicos em Novembro de 1839, e continuou no corpo legislativo a sustentar os princípios que o tinham impedido de continuar nela.

Desassossegado de espírito, mas quieto de coração, foi procurar saúde e recobro de tantas fadigas à casa paterna na Primavera de 1841. E a morte, que raras vezes deixa deduzir longo fio às vidas agitadas pelas vicissitudes e paixões políticas, ali o surpreendeu em breve.

Seja leve a terra da pátria a todos os corações que a amaram!

Disse.

MEMÓRIA HISTÓRICA
DO CONSELHEIRO
ANTÓNIO MANUEL VIEIRA DE CASTRO

Lisboa – 1843

NECROLÓGIO

Faleceu hoje (20 de Setembro), em Campolide, às oito horas da manhã, o Sr. António Manuel Lopes Vieira de Castro.

Uma moléstia, que a princípio não parecia grave, mas que tomou logo um carácter maligno, privou a Coroa de um leal conselheiro, muitos portugueses de um bom e fiel amigo, o Partido Setembrista de um dos seus mais distintos e virtuosos caracteres, e a nação toda de um cidadão honesto, a quem adornavam as mais relevantes qualidades, a quem incendiava o mais ardente amor pela prosperidade da sua Pátria.

O Sr. Vieira de Castro tinha adversários, cujas opiniões respeitava, mas não reconhecia inimigos. Sua alma grande e generosa nunca soçobrou no meio dos perigos. Igual em todas as situações da vida na desgraça é quando brilhava mais a sua inimitável constância.

O nome do Sr. Vieira de Castro será recordado entre nós por muito tempo como símbolo da mais escrupulosa probidade: a delicadeza de suas maneiras, que tão agradável tomava a sua companhia, não o abandonou entre os sofrimentos de uma dolorosa moléstia, e a coragem que mostrou em todas as situações da vida acompanhou-o até os últimos momentos dela.

O Sr. Vieira de Castro recebeu no longo período da sua moléstia mostras da estima e consideração em que era tido por todas as classes da sociedade desta capital, que manifestaram o maior interesse por uma vida que todos julgavam útil. Muitos dos que maiores receios mostraram desta perda, podiam considerar-se como adversários políticos do ilustre finado.

Amanhã (21) pelas onze horas da manhã terá lugar na Igreja de São Sebastião da Pedreira o ofício fúnebre, e a sepultura será no Cemitério dos Prazeres.

Os amigos, que na ausência da família se encarregaram do tratamento da moléstia, e dos deveres que se seguem ao termo fatal, dirigem convite a todas as pessoas, cujos nomes lhes puderam ocorrer; mas forçoso será que muitos lhes tenham esquecido, e pedindo desculpa, rogam por este meio a assistência de todos aqueles que desejam honrar a memória do falecido.

*

Hoje foram sepultados no Cemitério dos Prazeres os restos mortais do Ex.^{mo} Sr. António Manuel Lopes Viera de Castro. O seu cadáver estava depositado na Igreja de São Sebastião da Pedreira, aonde lhe fizeram as honras fúnebres. O templo estava sumptuosamente adornado. O concurso foi numerosíssimo, contando-se entre eles cidadãos de todas as classes da sociedade, que pagaram com suas lágrimas o tributo de amizade e respeito pela memória daquele que em vida a todos amara e respeitara. Dos ministros de Estado efectivos, apenas lá esteve um.

Às duas horas saiu o cortejo, e no alto de Campolide passou por ele Sua Majestade El-Rei, que teve ocasião de presenciar o como são honrados na morte aqueles que na vida têm sabido cumprir os deveres para com o seu rei, e para com os seus concidadãos. Todos os partidos abaixaram as suas bandeiras para deixar passar o que a

nenhum deles era capaz de desonrar.

À Boa Morte o cadáver do ilustre finado foi tirado do coche da Casa Real, que o conduzia, e levado nos braços dos seus amigos até ao cemitério, sendo revezados por causa da distância.

Foi acompanhado desde a igreja por um destacamento de lanceiros, e nos Prazeres estava uma brigada de infantaria, composta dos regimentos 7 e 16, e uma bateria de quatro peças de artilharia, que deram as descargas o estilo. Às quatro horas menos um quarto foi dado à sepultura.

A terra lhe seja leve.

MEMÓRIA HISTÓRICA

Não descrevo as simples recordações de um amigo, história de afeições e sentimentos, lembrança de saudade e reconhecimento, que é o derradeiro ofício da amizade pelos que vão adiante de nós.

Não componho um panegírico de ostentação para adormecer em suas cadeiras os graves areopagitas de uma academia. Também não quero fazer um arrazoado – ou desarrazoado – de partido, inchado de frases banais, afinado pelo tom das violentas declamações que se aplaudem sem se entenderem, que já se tomam por ofensa antes de ouvidas.

A vida dos homens públicos é parte da história do seu país. Um capítulo dessa história é que eu escrevo, com verdade, sem paixão, e não menos para honrar a memória de um homem de bem, do que para restituir alguns factos da crónica contemporânea, que, por muito que lhe pertencessem a ele, hoje são legado da posteridade que os reclama.

António Manuel Lopes Vieira de Castro, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, abade de São Clemente de Basto, do Conselho da Rainha a Senhora D. Maria II, deputado da Nação portuguesa, ministro de Estado e guarda-mor da Torre do Tombo, nasceu a quinze de Julho de 1796 na Quinta do Ermo; antiga residência e propriedade de seus antepassados, no lugar de São Vicente de Passos, comarca de Guimarães. Foram seus pais José Luís Lopes de Castro, capitão de Malta, proprietário independente e abastado, e D. Maria Vieira, ambos de boas e respeitáveis famílias, e exemplares por seu procedimento e pela boa e liberal educação que deram a seus filhos.

Tendo estudado com proveito todos os elementos de literatura e das ciências que se exigem como preparatórios para as aulas maiores, foi o moço António Manuel, no ano de 1814 e aos dezassete para dezoito anos de sua idade, matricular-se na Universidade de Coimbra para seguir o curso jurídico.

Já então, na primeira verdura da mocidade, na solta liberdade de estudante, e na largueza de meios com que seus pais lhe acudiam, sobressaía a natural gravidade, o carácter sério e reflectido que depois o distinguiu tanto. Assíduo nos estudos, pontual nas horas, regular no proceder, adquiriu logo a estima dos professores; a franqueza e lealdade de seu natural lhe fez amigos de toda a mocidade com quem vivia.

Destinavam-no seus pais ao estado eclesiástico, para o qual sentia invencível repugnância pela mesma seriedade de seu carácter, que lhe não deixava tomar de leve resoluções graves e importantes com que, por indiscretos, tantos moços naquelas idades levianamente se ligam, para infelicidade sua, desconsolo de seus parentes e prejuízo comum de todos. Mas os caracteres mais firmes, os «de antes quebrar que torcer» – e ninguém tratou Vieira de Castro que tal carácter lhe não conhecesse –, os que nenhuma força dobra, os que mais duros são quanto mais dura é a violência com que os

pretendem domar – são todavia aqueles que mais cedem à brandura dos rogos, ao perdoável temor de desgostar os seus, de afligir aos que sabem que os amam.

Viera de Castro cortou por si, por suas inclinações e vontade imolou-se à de seu pai. Formado em Cânones em dez de Julho de 1819, foi ordenar-se sacerdote e tomar posse da rica abadia de São Clemente de Basto, benefício que seu pai lhe havia procurado.

Era São Clemente uma daquelas pingues abadias do Norte de Portugal que, na grossura da renda e na dignidade do cargo, pareciam pequenos bispados e quase davam honras prelaciais; tinha três anexas para que nomeava vigários seus, e recebia em dízimos de oito para dez mil cruzados.

Não havia muito que o novo abade de São Clemente gozava de sua dignidade, quando a Revolução de 1820 veio desenvolver e dar rebote nos ânimos da mocidade portuguesa aos princípios de liberdade e às ideias de reforma que muitos cultivavam já em segredo, que todos os de ânimo generoso pressentiam. Entre eles se distinguiu logo o jovem abade, a quem as considerações do mundo, o natural receio das reformas, tudo quanto em nossa natureza é terreno e baixo – e todavia prepondera mais – não puderam desviar do caminho que seus princípios liberais e a nobreza de seu carácter lhe ditavam.

Adoptou do coração a causa da liberdade, seguiu-a a todos os riscos; e quando pela desgraçada reacção de 1823, veio o estúpido triunfo do absolutismo, deveu ao amor e respeito de seus paroquianos, não menos que às incertezas em que andou vacilando o precário Governo de El-Rei – e que explicam em grande parte a gabada tolerância daquela, assim como de outras reacções –, deveu, digo, o não quinhoar na perseguição e maus tratos que outros menos conspícuos e menos distintos liberais por esse reino padeceram.

Restituída a liberdade pelo Senhor D. Pedro IV em 1826, e conseguindo o Partido Liberal obrigar a má vontade da regência provisória a publicar e proclamar a Carta, logo por toda a parte se começaram a estreimar os dois partidos até ali menos claramente divididos; e começou também a memorável luta de dois anos que – digamos por culpa da sorte, para não dizer de quem mais – tinha de terminar tão vergonhosamente na evacuação do Porto pelas forças liberais.

Mas aquela malfadada resistência, principiada e acabada no Porto em 1828, fora aplaudida e ajudada por todos os liberais das províncias do Norte. Com eles fizera Vieira de Castro notáveis serviços à causa da liberdade e da Soberana; por onde logo foi perseguido e obrigado a emigrar para Inglaterra.

No entanto esses emigrados – hoje tão desprezados e malvistas se o nascimento, a riqueza bem ou mal adquirida, ou a deserção da liberdade por que padeceram (e pela qual também não poucos ganharam não pouco) lhes não fazem perdoar o pecado daquela importuna *hégira* – esses emigrados apelavam da fraudulenta sentença do Porto, e não pediam senão campo livre e melhores mantenedores para mais leal combate.

Dois cavaleiros da Terceira com o bravo batalhão cinco de caçadores, cometeram então, fins do ano de 28, a arrojada e quase louca empresa de resistir sós com aquela ilha a todo o poderio da usurpação. A seus instantes rogos acudiram alguns oficiais emigrados, logo outros, algumas praças dos cornos de voluntários e do exército que tinham escapado; e finalmente ali se conservou e desenvolveu depois o germen desse exército libertador que veio immortalizar-se no cerco do Porto em 1832.

Aos tão mal reparados, quanto bem defendidos muros daquela cidade acudiu também Vieira de Castro; e aí prestou importantes serviços, não só nas comissões delicadas de que foi encarregado e que desempenhou com zelo, inteireza e prudência, virtudes habituais suas, mas dando, de palavra e obra, o exemplo da paciência e

perseverança com que só se podiam sofrer, que só podiam vencer, como por fim venceram, as incríveis dificuldades daquela situação.

Ali, onde todos eram soldados, era ele soldado também; e foi visto sempre com a sua espingarda ao ombro apresentar-se ao primeiro sinal de fogo, pronto a quinhoar nos perigos e nos trabalhos comuns.

A generosidade com que, nos fastios e privações do exílio repartira sempre quanto tinha com os mais necessitados, aqui acabou agora de exaurir todos os seus meios. O fim da campanha, que deixou tanta gente rica, deixou-o a ele pobre e de pendente dos seus – dos seus, porque de ninguém mais o foi nunca.

As leis de reforma publicadas nos Açores e no Porto tinham – com boa ou má política, em justiça ou sem justiça – esbulhado uns para enriquecer a outros. Vieira de Castro foi dos que tudo perderam e nada ganharam: fora-se com os dízimos a grossa renda de sua abadia, não houve outro nenhum lugar ou emprego, não recebeu indemnização, não colheu, como tantos nos despojos dos vencidos, o torne quinhão da partilha que assim desonrou a causa liberal.

Restaurado, em meios do ano de 1833, o Governo da Rainha na capital, e liberta, no ano seguinte, a totalidade do reino, foi, entre outras, julgada vaga ou *impedita*, a Sé de Viseu, pela fuga de seu bispo. Encarregaram a Vieira de Castro a direcção daquela diocese. E com tal decência, com tanta prudência e bondade, com tanto juízo se houve no exercício difícil de sua autoridade, já disputada por uns, já pouco respeitada por outros, que de todos se fez amar e reverenciar, e se levantou com o coração dos povos.

Não confundia ele, em seus rectos, embora largos, princípios de liberdade, o direito público nacional de que era zeloso defensor, com o da Igreja de que era ministro, esclarecido sim, mas não apóstata. Reconhecia como a pastor legítimo do rebanho que ia governar ao fugitivo bispo; e sabendo que ele deixara sua autoridade apostólica a um sacerdote do bispado, a esse chamou logo para ao pé de si; e por ele fez expedir todas as providências propriamente eclesiásticas que era mister darem-se, conciliando assim o respeito e autoridade da sua pessoa, como delegado do Governo, com a manutenção do princípio canónico que não queria nem podia violar. Foi este um documento de sabedoria que para amigos e contrários acreditou Vieira de Castro como homem verdadeiramente próprio para as mais altas funções nos difíceis tempos em que vivemos.

Nesse mesmo ano de 1834 se procedeu a eleições gerais para deputados. Eram as primeiras depois da Restauração; já as disputava com o Governo a opposição, recrescente pelo que eram ou se reputavam abusos da longa e larga autoridade que ele se costumara a exercer em tempo de guerra, e que não queria ou não sabia limitar depois da paz. A opposição era então porém mais um descontentamento, uma separação quanto a modos, quanto a ideias de pessoas e a formas de coisas, do que a hostilidade de princípios, aberta e despregada, que depois veio a constituir-se: a opposição era quase todo o Partido Liberal menos os ministros, seus immediatos apaniguados, e poucas pessoas mais que, por timoratas ou demasiado prudentes, não diziam o que sentiam ou não obravam como diziam.

Estas primeiras eleições e estes primeiros eleitos foram, pois, menos guerreados entre Governo e opposição, porque nem um nem outro sabiam bem com certeza para que lado da Câmara iria sentar-se a maior parte dos novos deputados.

Vieira de Castro foi eleito pela província da Beira Alta, a muito aprazimento da opposição e sem forte repugnância do Governo. Com grande energia de sentimentos e princípios, mas prudente e moderado na expressão deles, seguiu na Câmara a causa da opposição, mas sem ofender os ministros ou sem ousarem eles mostrar que se ofendiam; até que, já no ano de 1835, a susceptibilidade cada vez mais doentia destes tomou em

grave injúria a sua livre votação em um daqueles pontos verdadeiramente constitucionais em que nenhuns respeitos humanos podem fazer mudar um homem de bem. Por inútil e inconsiderado despique, foi privado do cargo que exercia no bispado de Viseu.

Todas as simpatias foram por ele; e a disputa das eleições gerais, a que, pela dissolução da Câmara, se procedeu logo, esteve para ensanguntar a capital da Beira Alta pela insistência com que os povos, gratos à memória do seu governador do bispado, o defendiam na urna, a ele e aos seus amigos, contra a violenta perseguição do ministério.

Nesta eleição geral de 1836 foi Vieira de Castro outra vez eleito deputado pela mesma província, e concorria à abertura das Cortes em Setembro desse ano, quando, no dia 9, ao desembarcar em Lisboa a deputação do Norte do reino, pela maior parte oposicionistas, se manifestaram no povo aqueles primeiros sintomas da revolução que nessa noite rebentou e não pôde ser contida.

Não é ainda tempo de julgar um facto de tanta magnitude como foi esse de Setembro de 1836. Nem é indispensável fazê-lo agora. Vieira de Castro não teve nem podia ter parte nele: assim o declarou em público e solenemente, ninguém ousou desmenti-lo.

A consideração porém de que gozava no Partido Liberal, a inteireza de seu carácter e princípios, acompanhada de não vulgar moderação e prudência, o fizeram chamar ao ministério que tomou o difícil encargo de dirigir a revolução. No Gabinete de 10 de Setembro ocupou a pasta dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça.

O mais perigoso e assustador sintoma daquela crise era a desconfiança que, por malévolos e interesseiros enredos, se tinha insinuado entre a Coroa e o povo. Entre a corte e o partido popular decerto houve sempre, por certo há-de sempre haver desconfiança; mas entre o príncipe e a nação, raro é que a haja, se os cortesãos para mais valerem, não caluniam o povo para com o príncipe; se os demagogos, para poderem, não caluniam o príncipe para com o povo. No governo representativo porém, é mais fácil caluniar o povo que o Rei, e é tão fácil ao Rei ganhar as afeições do povo e fazer impossíveis os tribunos! Basta querer, quase que não é preciso saber.

Ministro da Rainha, elevado pela confiança nacional, e fiel a ambos, Vieira de Castro pôs todo o seu generoso peito em desfazer estes enredos, em restabelecer a confiança pela lisura e pela verdade. Nos Conselhos da Rainha nunca se esqueceu de que tinha saído das fileiras populares; nas assembleias da nação nunca se esqueceu de que era conselheiro da Coroa. Na corte, onde a sua presença foi sempre aceita à Soberana, as suas palavras prudentes e medidas, o seu porte modesto sem acanhamento, livre sem demasias, lhe conciliaram em breve o respeito, quando não a afeição, de todos. No Conselho, o seu voto foi sempre dado com inteireza, sem lisonja, mas com brandura. No gabinete de seu despacho a imparcialidade, a justiça e o espírito de conciliação presidiram constantemente.

Muitos dos homens que até então haviam estado à frente dos negócios, tinham, com razão ou sem ela, incorrido no ódio do povo: o novo ministério não tratou senão de moderar e apaziguar estas más vontades. Muitos desses homens entenderam que deviam combater a causa popular, que eles só reputavam causa da revolução, demitindo-se dos empregos que ocupavam, e até de seus lugares na ordem judicial. E o nobre ministro da Justiça, sem nenhum receio por essa causa, em cuja razão e justiça firmemente cria, e de cujo triunfo permanente, ele estava, e devia estar certo, quando a não desvairassem e enfraquecessem – como depois fizeram criminosas ambições de algum falso demagogo –, sentia contudo vivamente em seu generoso ânimo os males que tão inconsiderada resolução ia trazer aos que a tomavam, acreditava na boa-fé de alguns, condoía-se ainda

dos que bem sabia não a terem. A muitos procurou convencer do erro, de muitos guardou longo tempo em sua gaveta os requerimentos em que se demitiam, para lhes dar tempo de reflectir: a alguns salvou por estes meios, a todos penhorou pelo modo com que a respeito de todos se houve.

No entanto, e simultaneamente com esses actos de abjuração política, se preparava a infrutuosa tentativa de Belém, que a população da capital então pôde repelir tão facilmente, porque tinha os meios que, depois, em mais necessária conjuntura, lhe faltaram: castigo das faltas de uns, consequência de erros de outros, resultado da perfídia também de outros.

Rebentar a contra-revolução de Belém, ser demitido o ministério popular, substituir-se-lhe outro de favor áulico ou estrangeiro, proclamar-se a restauração da Carta, alçar-se, como um só homem, toda a tremenda massa da povoação da capital, e desaparecer diante dela toda essa obra de capricho e cegueira, como um sonho de que nem os próprios que o sonharam conservam distintas as imagens fugitivas, tudo isto foi obra de vinte e quatro horas. O ministério de 10 de Setembro reassumiu o governo; Vieira de Castro conservou a pasta de Justiça e ficou interinamente encarregado da de Marinha e Ultramar.

Mas, se pelo lado da corte a administração se via menos embaraçada e constrangida, maiores dificuldades lhe recresciam pelas, agora justas, desconfianças do Partido Popular, a quem seus adversários tinham provocado à peleja que ele não desafiara, para lhe entregar uma vitória tão completa, que o não abusar espontaneamente dela é daqueles prodígios que tanto exaltam o carácter do povo português, e que tanta honra fazem também à generosidade do ânimo e à sinceridade dos princípios do ministério.

Não menores dificuldades lhe vinham por outro caminho. As formas acidentais da Constituição estavam alteradas, mas não era definido como; algumas das consagradas no Código de 1822 ficaram incompatíveis com as reformas de 1832 e 34; outras da Carta de 26 ofendiam os princípios de economia que tão justa e necessariamente se requeriam por todos os partidos: de outro lado, essas mesmas reformas da chamada primeira ditadura tinham deixado tanta ruína de instituições antigas a obstruir o país de infelizes e descontentes, e a pesar no orçamento com inútil dispêndio, tinham de tal modo dissolvido, até à anarquia, os vínculos sociais, pela desconexão dos novos institutos; e era tão urgente acudir de pronto a tudo isto que os ministros, como bons cidadãos, como zelosos da honra do seu próprio partido e sobretudo como leais servidores da Rainha, não podiam deixar de lhe aconselhar que tomasse ela extraordinariamente em sua mão o poder público que jazia na rua, exposto a quella lançasse o primeiro ocupante; e que antes o chefe do Estado excedesse os seus poderes constitucionais ordinários, promulgando provisionalmente algumas leis, que o corno legislativo reconsideraria depois, do que deixasse ir assim o Estado a ponto de não haver nenhuma que o pudesse reger e manter.

Eis aqui a origem da que se chamou segunda ditadura, de que Vieira de Castro e seus colegas usaram com a moderação, acerto e prudência que, disputada então pelo austero escrúpulo de alguns de boa-fé, caluniada pela suspeitosa severidade de outros, hoje é reconhecida, louvada e abençoada por todos os que não desejam ver esta pobre terra lançada para um dos dois extremos em que sempre a têm jogado – *anarquia de leis sem poder, ou oligarquia de poder sem leis*,

Foram obrigados os ministros, foram violentados por seus adversários políticos a fazer grandes mudanças no pessoal do serviço; não despacharam um parente ou aderente seu. Fizeram tantas leis, nenhuma que lhes aproveitasse a si ou aos seus. Foram forçados a consentir em largas operações de fazenda; e saíram todos do ministério mais

pobres do que tinham entrado. Mandaram proceder a uma eleição geral do reino; não demitiram um só empregado por não votar em sua parcialidade, conservaram, melhoraram muitos que abertamente lhes professavam inimizade política.

A eleição para as Cortes Constituintes em 1837 deu a Vieira de Castro entrada na Câmara pelos círculos eleitorais de Guimarães, Penafiel, Porto e Viseu; tomou assento pelo de Guimarães, sua naturalidade.

Aberto o congresso em 18 de Janeiro, os ministros se apresentaram com a ingénua e simples narração do que tinha acontecido, e do que eles tinham feito, e se entregaram ao juízo dos representantes do povo.

Muita boa-fé, muito sincero zelo, com uma insigne experiência de negócios, eram os caracteres distintivos da grande maioria daquela assembleia. E sobre estas qualidades e defeitos especularam logo os intrigantes – cujo pensamento hoje está descoberto e fora de toda a dúvida – para suscitarem uma opposição imprudente e impolítica, e quase ingrata, que magoava e ofendia os ministros patriotas, e os fez desde logo protestar pelo imediato abandono do seu cargo. A esta resolução se opuseram muitas vezes os seus amigos verdadeiros, que também o eram da justa causa que eles defendiam, a qual só podia perder este carácter santo e augusto quando deixasse de ser a causa nacional, para se amesquinhar de um partido, para se prostituir a ser causa de pessoas. Obstaram-lhe outras vezes rogos superiores; e não poucas, o bom senso da mesma Câmara que resistiu longo tempo às sugestões da parcialidade, conservando-lhes a maioria em todas as questões importantes.

Mas os ministros sentiam-se ofendidos e desgostosos; nem a gloriola das pastas, nem interesse algum pessoal os prendia; e apenas uma votação insignificante lhes deu plausível pretexto constitucional, retiraram-se do poder, contando como triunfo a derrota, e resistindo às muitas e reiteradas instâncias que de toda a parte lhes foram feitas para se conservarem na autoridade. Vieira de Castro largou o ministério no dia 27 de Maio, ainda antes da dissolução do Gabinete que foi no 1.º de Junho de 1837.

A revolução tinha-se nacionalizado no seu ministério, tinha-se defendido e tinha triunfado de seus inimigos, tinha-se ilustrado pelo fomento dado às ciências, às artes, à indústria, tinha cometido menos excessos, tinha sido mais generosa do que nenhuma revolução de que haja memória. A causa do povo, que eles tinham recebido desamparada e ameaçada, entregaram-na agora aos representantes do povo, não ganha ainda por certo, não livre de inimigos, mas com outro poder e outra força, com uma clientela imensa, com muitos interesses para a defenderem, com muitas instituições para a radicarem. Deviam sair contentes; saíram: a calúnia desarmou-se, a inveja quebrou, e a justiça recobrou o seu lugar na opinião.

Vindo com os outros dois ex-ministros ocupar a sua cadeira de simples deputado no congresso, Vieira de Castro manteve, a par deles, a sua posição com a circumspecta dignidade que lhe cumpria. Não combateu as administrações subsequentes, votou sem espírito de partido em todas as questões constitucionais, e auxiliou franca e lealmente o Governo no grande esforço de resistência que foi necessário fazer para obstar à poderosa reacção que pouco depois rebentou nesse mesmo ano de 1837.

Serviu ela principalmente de mostrar ao partido oposto quanto era a força do popular; devia também desenganar a muitos cegos desta mesma parcialidade que nenhum partido morre por mais derrotado que seja, que se purifica na opressão, revive com mais energia quanto mais o julgam aniquilado.

O desengano porém, que a alguns efectivamente chegara, durou pouco; o pasmoso triunfo de Ruivães tornou a cegá-los, ou antes a desafrontar do medo a póstuma coragem de algum desses falsos campeões populares que tão exaltados e valentes se mostram combatendo nos clubes nocturnos, quando são reflectidos e prudentes a fugir

do campo de batalha. Daqui a fatal crise de 13 de Março de 1838. O povo queria obstará traição, mas não conhecia o traidor; deixava-se instigar por ele, e ia combater não sabia o quê... achou-se vendido, já deve saber por quem...

Vieira de Castro fez todos os esforços para pacificar e conciliar os ânimos, para evitar o golpe duro e terrível que a autoridade pública se viu obrigada a descarregar nos próprios defensores da causa que ela sinceramente defendia e mantinha, mas que decerto se não podia manter assim.

A breve mas fecunda história do Arsenal está resumida nos dois tão sabidos versos de Horácio. Pecou-se dentro e fora daqueles fatais muros; mas segundo o antigo uso e vezo, o povo foi quem pagou os delírios dos seus mandões.

Acabada e jurada enfim a Constituição, procedeu-se a novas eleições no fim desse ano de 38; e o antigo partido da direita da Câmara de 1835, intitulado-se agora Partido Cartista, voltou à arena eleitoral ajudado das simpatias que o nome de D. Pedro e as recordações da família liberal davam, sem escrúpulo nem exame, a quem tão segura e exclusivamente as invocava, que pareciam suas só, suas próprias, suas e de mais ninguém.

Temeu Vieira de Castro, e com razão, o sofisma de ideias que este abuso de palavras estava criando; e viu com mágoa separarem-se politicamente alguns de seus mais fiéis e antigos amigos a quem não pareceu tanto de reear aquele sofisma e suas futuras contingências, quanto julgavam para temer as ameaças da anarquia popular que tão audaz se tinha manifestado. Entendiam eles que o mais avisado e o mais necessário era formar um terceiro partido que mantivesse o equilíbrio entre os dois litigantes, e que, opondo-se aos excessos populares, repelisse igualmente as pretensões retrógradas que naquele vago sofisma se denunciavam, mas que, no estado de nulidade a que fora reduzida a aristocracia, e não apoiadas, como sinceramente acreditavam que o não eram pela corte, parecia não poderem achar eco nem auxílio no país.

Quase todos esses homens têm hoje asselada a sinceridade de suas intenções. Então não o estava, nem podia estar, e alguns caracteres conspícuos do Partido Popular duvidaram dela: muitos reputaram inexequível o arbítrio, outros inútil, prejudicial alguns. Por ora os factos somente provaram que se abusou dele com insigne má-fé e vergonhosa perfídia. O que seria aquele sistema, se lealmente, honestamente se persistisse nele, não se pode ainda saber. Talvez seja impossível com os elementos que forçosamente têm de entrar em todas as nossas combinações políticas. Não me atrevo a negá-lo hoje: desejar que assim não fosse, ainda o desejo de todo o meu coração.

Vieira de Castro era dos que sentiam a beleza, mas lamentavam a impossibilidade do sistema que andou alcunhado de *Ordeiro*, e que não foi nem pretendeu nunca ser mais do que a aplicação a Portugal do que hoje prevalece em todo o mundo civilizado. Entendia ele que o Partido Popular, por quem fora elevado, Unha direitos imprescritíveis à sua fidelidade, ainda reprovando, como reprovava, e talvez por isso mesmo que reprovava – os excessos que em seu nome se haviam cometido.

Persistiu nessa opinião que podia ser errada, mas nunca deixar de ser nobre; e, levado pelo círculo eleitoral de Guimarães à Câmara de 1839, aí fez urbana mas decidida oposição ao Governo, todo composto de amigos seus particulares, e doo qual, sem o desejar nem solicitar, e durante a sua ausência no Porto, recebera o pouco substancial mas honroso cargo de guarda-mor da Torre do Tombo.

Nesta mesma legislatura de 1838 a 39 sobressaiu, entre a firmeza de seus princípios, o ânimo conciliador que sempre o distinguira: foi um dos que propôs, e mais generosamente sustentou a *memorável lei* para remover a inabilidade dos que, no princípio da revolução, se tinham demitido de seus lugares inamovíveis, e que em regra ordinária teriam de subir de novo a escala de serviço para poder voltar a eles.

Esta lei, documento insigne da generosidade de um partido, e que ficará eterno monumento de vergonha para outros, foi proposta pela esquerda e centro-esquerda da Câmara.

Dissolvidas as Cortes em 25 de Fevereiro de 1840, a ascendente preponderância da direita da Câmara, auxiliada dos meios do Governo, excluiu da eleição quase toda a esquerda, e quase anulou portanto, virtualmente, o centro. Pela primeira vez, desde a Restauração, Vieira de Castro deixou de entrar no Parlamento; e viveu retirado de todos os negócios públicos, estimado e frequentado de seus numerosos amigos em todos os partidos, até que os espantosos, mas muito esperados, sucessos de Janeiro de 1842 vieram suscitar todas as energias e violentá-lo – muito violentado, porque o único desejo e ambição da sua alma era o repouso da vida privada –, violentá-lo, repito, a acudir pelo que entendeu ser obrigação de sua honra, tomando parte activa nas coisas públicas.

A questão da Carta não era, nem fora nunca para ele, nem para nenhum dos seus amigos políticos, uma questão vital de princípios. Pela Revolução de 1820 a nação Unha readquirido a sua antiga liberdade: e o não ficar esta perfeitamente formulada na Constituição de 1822, não absolveu – nem desculpou sequer – os erros e crimes cometidos pela reacção de 1823, que a justiça divina tão severamente visitou sobre os desgraçados príncipes que nela se deixavam envolver. Dias, e muito poucos dias, antes de sua inesperada morte, o Senhor D. João VI estava resolvido a emendar o erro (nos crimes não tivera parte, e mais que ninguém padeceu por eles!), quando o surpreendeu a misteriosa enfermidade que desde logo o privou de toda a participação dos negócios. A restituição do roubo que se fizera ao seu povo, não pôde ser obra dele; veio a sê-lo da generosa e avisada política de seu primogénito que, por ela, segurou a duvidosa e disputada sucessão de sua augusta filha, firmando-a nos interesses de um partido que decerto contava a grande maioria das inteligências e das energias morais da nação. Este partido, o Partido Liberal, o que aceitou, o que defendeu e restituiu a Rainha, nunca recebeu pois a Carta como outorga ou dádiva, senão como restituição da liberdade. Nestes últimos anos, e depois da Revolução de 1836, apareceram teorias póstumas inventadas para fixar a divisão do Partido Liberal em Cartista e não-Cartista: mas a genuína, a óbvia e natural inteligência nacional foi sempre aquela..

Assim, quando a Revolução de 9 de Setembro – que também não surpreendera ninguém, porque, meses antes, a esperavam todos os partidos – proclamara a revisão do Código de 1822, a uns pareceu inútil, a outros inconveniente, mas a ninguém de boa-fé e desapaixonado podia parecer o ilegítimo e sacrílego atentado em que depois se quis arvorar pelos inimigos, não tanto dos princípios como das pessoas, e não tanto inimigos das pessoas como despeitosos pela popularidade que as seguia e lhes tinha fugido a eles.

Por outra parte, o Partido Liberal mais puritano não podia, nem devia em boa razão, achar vício de origem na Constituição de 1826: ela era a mesma Constituição de 1822, revista sim pelo Príncipe, mas aceita pelo povo, e para negar a incompetência do revisor era tarde, havia prescrição. Mas podia – e só agora podia, depois da prática e experiência – declarar a revisão imperfeita, e proclamar a necessidade de outra nova. Isso se fez; não disputo do modo, assevero o facto: e como tal aceitaram a revolução todos os que a aceitaram nas suas consequências.

O governo representativo estava decerto mal formulado para Portugal no Código de 1822, também o estava bastantemente mal no de 1826, também o estaria no de 1838. Não se disputam aqui esses pontos: enuncia-se o que é verdade evidente – que a origem de todos é a mesma.

Não havia, pois, no ânimo de um verdadeiro liberal, como era Vieira de Castro, repugnância de princípios à Carta, que ele tanto tinha defendido e pela qual tanto se

sacrificara. Mas detestava, como homem leal e honrado, a perfídia e desonestidade dos meios por que fora trazida uma reacção sem objecto possível mais que o interesse de poucos e obscuros intrigantes, especuladores na credulidade de alguns descontentes cujos *impossíveis* desejos lhes prometeram *fáceis e prontos*. Vão vendo o futuro, vão-se desenganando, se olharem para o passado, devem tremer.

Por muito tempo insistiu Vieira de Castro na tenção de se demitir do pequeno cargo que ocupava para se desobrigar dessa formalidade, a que chamaram reiteração do juramento à Carta. Decidiu porém aquiescer no contrário, pela resolução em que viu os seus amigos de seguirem em tudo o exemplo dele: não quis tomar sobre si a responsabilidade das consequências que para tanta gente, e para a causa pública ainda, o seu exemplo podia ter.

Começaram os trabalhos eleitorais no princípio do Verão, quando ele com tanto gosto e empenho projectava uma digressão por Inglaterra e França, em que razoavelmente esperava descansar o espírito e restabelecer o corno; mas teve de fazer o sacrifício deste seu tamanho gosto às conveniências políticas, ao alto lugar de confiança que no seu partido ocupava e que, por sufrágio universal, toda a opposição lhe deferia. Muito provavelmente a sua prematura morte se originou deste sacrifício. A antiga, íntima e cordial amizade de quem escreve estas linhas, a nunca desmentida e fraternal confiança com que sempre o tratou, lhe dão a dolorosa convicção de que o gérmen da enfermidade a que sucumbiu quando se desenvolveu tão aguda e violenta, principalmente se originara das inquietações de espírito e corpo, da inevitável irritação de sangue e nervos em que forçosamente traz à vida activa política, sobretudo aos de forte sentir e de coração generoso.

O Governo, presidido por um homem que tinha sido objecto da maior deferência e indulgência política de seus contrários, que nem quando em guerra aberta, com as armas na mão contra eles e contra a lei do Estado, recebera a mais leve injúria ou desatenção, devia ser um exemplar de tolerância. Quem diria que esse Governo havia de ter a cobardia de ir exercer sobre o homem mais generoso, mais conciliador e mais moderado de toda a opposição a sua ignóbil e regateira vingança! Pois um de seus primeiros actos foi demitir a Vieira de Castro do cargo de guarda-mor da Torre do Tombo.

Assim testemunhou o partido vencedor agora a gratidão que lhe devia pelo modo com que o ministro da Justiça de 1838 com ele se houvera quando partido vencido. Comentário eloquente à lei das reabilitações proposta em 38, ao sistema seguido depois das catástrofes de Belém e de Ruivães! E todavia não era, não é decerto o Partido Cartista o que de tais vergonhas pode ser acusado: não é esse o que hoje figura e manda.

Sentiram todos, menos ele, comemoraram todos, menos ele, as circunstâncias *únicas* deste monumento histórico que nunca mais será esquecido enquanto a imoralidade de seus mandões não acabar de delir os últimos vestígios do antigo carácter leal, generoso e cavalheiro desta nação. Pelo que o acto tinha de ministerial, Vieira de Castro o recebeu com satisfação e se horrou dele: sentiu-se contudo, é verdade e deve dizer-se, sentiu-se profundamente de ver tão facilmente aposta àquele diploma de baixeza ministerial a assinatura de uma Mão Augusta, que tantas vezes beijara com respeito e devoção, e que se dignara dar-lhe o raro, mas por ele bem merecido, testemunho de pessoal complacência e gratidão... Tanto pode a intriga atrevida e vilã; tanto mais pode do que a devoção sincera e desinteressada da pura lealdade!

O Governo levou as eleições quase todas de vencida; a opposição ganhou poucos deputados, o Partido Cartista ainda menos; pouquíssimos dos antigos caracteres parlamentares entraram no salão de São Bento em Julho de 1842 – uma imensa maioria da gente da nova facção. Mas entre os poucos, foi Vieira de Castro eleito pelo colégio da Estremadura, onde o tinham mandado, como eleitor seu, as freguesias reunidas do

Sacramento e Mártires de Lisboa.

Já o oprimiam os sintomas precursores de uma grave moléstia, quando as primeiras e memoráveis discussões da Câmara fixavam a atenção pública. Nelas tomou sua parte com a dignidade, concisão e força que sempre caracterizou a sua linguagem, breve mais impressiva, na tribuna.

Ia-se-lhe agravando o mal, e persistia em ser assíduo na Câmara, onde com razão julgava que a sua presença era por tantos motivos necessária. Finalmente nos últimos dias de Agosto o seu padecimento foi declarado grave e de dar cuidado. Não se pode descrever a consternação dos seus amigos, o desvelo com que lha encobriam, os extremos com que foi tratado. Dois dos mais eminentes facultativos da capital lhe assistiram constantemente, muitos foram consultados. A moléstia resistiu a todo o engenho da arte e a todos os empenhos da amizade. O Pátio da Quinta em Campolide, onde, por melhorar de ares, havia um mês tinha ido habitar, estava cheio das equipagens e cavalos dos que iam e vinham constantemente para saber novas de uma saúde que interessava a tantos. Nem faltavam as humildes visitas dos que iam a pé, porque em todas as classes e posses havia o mesmo interesse – havia talvez mais no quantioso número de desgraçados que viviam de sua generosidade e bom coração: número imenso que só por sua morte se pôde avaliar: tanta era a verdadeira virtude com que sempre encobriu o bem que fazia.

A sua moléstia era um tifo violento e que se declarou rebelde. Não houve ânimo para o avisar do perigo, mas conheceu-o ele, e fazendo com admirável sangue-frio as suas disposições testamentárias, pediu os sacramentos, e nos braços de um sacerdote seu amigo expirou sem grande angústia pelas oito horas da manhã do dia 20 de Setembro deste ano.

Por muito tempo insistiu Vieira de Castro na tenção de se demitir do pequeno cargo que ocupava para se desobrigar dessa formalidade, a que chamaram reiteração do juramento à Carta. Decidiu porém aquiescer no contrário, pela resolução em que viu os seus amigos de seguirem em tudo o exemplo dele: não quis tomar sobre si a responsabilidade das consequências que para tanta gente, e para a causa pública ainda, o seu exemplo podia ter.

Começaram os trabalhos eleitorais no princípio do Verão, quando ele com tanto gosto e empenho projectava uma digressão por Inglaterra e França, em que razoavelmente esperava descansar o espírito e restabelecer o como; mas teve de fazer o sacrifício deste seu tamanho gosto às conveniências políticas, ao alto lugar de confiança que no seu partido ocupava e que, por sufrágio universal, toda a opposição lhe deferia. Muito provavelmente a sua prematura morte se originou deste sacrifício. A antiga, íntima e cordial amizade de quem escreve estas linhas, a nunca desmentida e fraternal confiança com que sempre o tratou, lhe dão a dolorosa convicção de que o germen da enfermidade a que sucumbiu quando se desenvolveu tão aguda e violenta, principalmente se originara das inquietações de espírito e corpo, da inevitável irritação de sangue e nervos em que forçosamente traz à vida activa política, sobretudo aos de forte sentir e de coração generoso.

O Governo, presidido por um homem que tinha sido objecto da maior deferência e indulgência política de seus contrários, que nem quando em guerra aberta, com as armas na mão contra eles e contra a lei do Estado, recebera a mais leve injúria ou desatenção, devia ser um exemplar de tolerância. Quem diria que esse Governo havia de ter a cobardia de ir exercer sobre o homem mais generoso, mais conciliador e mais moderado de toda a opposição a sua ignóbil e regateira vingança! Pois um de seus primeiros actos foi demitir a Vieira de Castro do cargo de guarda-mor da Torre do Tombo.

Assim testemunhou o partido vencedor agora a gratidão que lhe devia pelo modo

com que o ministro da Justiça de 1838 com ele se houvera quando partido vencido. Comentário eloquente à lei das reabilitações proposta em 38, ao sistema seguido depois das catástrofes de Belém e de Ruivães! E todavia não era, não é decerto o Partido Cartista o que de tais vergonhas pode ser acusado: não é esse o que hoje figura e manda.

Sentiram todos, menos ele, comemoraram todos, menos ele, as circunstâncias *únicas* deste monumento histórico que nunca mais será esquecido enquanto a imoralidade de seus mandões não acabar de delir os últimos vestígios do antigo carácter leal, generoso e cavalheiro desta nação. Pelo que o acto tinha de ministerial, Vieira de Castro o recebeu com satisfação e se honrou dele: sentiu-se contudo, é verdade e deve dizer-se, sentiu-se profundamente de ver tão facilmente aposta àquele diploma de baixeza ministerial a assinatura de uma Mão Augusta, que tantas vezes beijara com respeito e devoção, e que se dignara dar-lhe o raro, mas por ele bem merecido, testemunho de pessoal complacência e gratidão... Tanto pode a intriga atrevida e vilã; tanto mais pode do que a devoção sincera e desinteressada da pura lealdade!

O Governo levou as eleições quase todas de vencida; a opposição ganhou poucos deputados, o Partido Cartista ainda menos; pouquíssimos dos antigos caracteres parlamentares entraram no salão de São Bento em Julho de 1842 – uma imensa maioria da gente da nova facção. Mas entre os poucos, foi Vieira de Castro eleito pelo colégio da Estremadura, onde o tinham mandado, como eleitor seu, as freguesias reunidas do Sacramento e Mártires de Lisboa.

Já o oprimiam os sintomas precursores de uma grave moléstia, quando as primeiras e memoráveis discussões da Câmara fixavam a atenção pública. Nelas tomou sua parte com a dignidade, concisão e força que sempre caracterizou a sua linguagem, breve mais impressiva, na tribuna.

Ia-se-lhe agravando o mal, e persistia em ser assíduo na Câmara, onde com razão julgava que a sua presença era por tantos motivos necessária. Finalmente nos últimos dias de Agosto o seu padecimento foi declarado grave e de dar cuidado. Não se pode descrever a consternação dos seus amigos, o desvelo com que lha encobriam, os extremos com que foi tratado. Dois dos mais eminentes facultativos da capital lhe assistiram constantemente, muitos foram consultados. A moléstia resistiu a todo o engenho da arte e a todos os empenhos da amizade. O Pátio da Quinta em Campolide, onde, por melhorar de ares, havia um mês tinha ido habitar, estava cheio das equipagens e cavalos dos que iam e vinham constantemente para saber novas de uma saúde que interessava a tantos. Nem faltavam as humildes visitas dos que iam a pé, porque em todas as classes e posses havia o mesmo interesse – havia talvez mais no quantioso número de desgraçados que viviam de sua generosidade e bom coração: número imenso que só por sua morte se pôde avaliar: tanta era a verdadeira virtude com que sempre encobriu o bem que fazia.

A sua moléstia era um tifo violento e que se declarou rebelde. Não houve ânimo para o avisar do perigo, mas conheceu-o ele, e fazendo com admirável sangue-frio as suas disposições testamentárias, pediu os sacramentos, e nos braços de um sacerdote seu amigo expirou sem grande angústia pelas oito horas da manhã do dia 20 de Setembro deste ano.

Por muito tempo insistiu Vieira de Castro na tenção de se demitir do pequeno cargo que ocupava para se desobrigar dessa formalidade, a que chamaram reiteração do juramento à Carta. Decidiu porém aquiescer no contrário, pela resolução em que viu os seus amigos de seguirem em tudo o exemplo dele: não quis tomar sobre si a responsabilidade das consequências que para tanta gente, e para a causa pública ainda, o seu exemplo podia ter.

Começaram os trabalhos eleitorais no princípio do Verão, quando ele com tanto

gosto e empenho projectava uma digressão por Inglaterra e França, em que razoavelmente esperava

descansar o espírito e restabelecer o corpo; mas teve de fazer o sacrifício deste seu tamanho gosto às conveniências políticas, ao alto lugar de confiança que no seu partido ocupava e que, por sufrágio universal, toda a opposição lhe deferia. Muito provavelmente a sua prematura morte se originou deste sacrifício. A antiga, íntima e cordial amizade de quem escreve estas linhas, a nunca desmentida e fraternal confiança com que sempre o tratou, lhe dão a dolorosa convicção de que o gérmen da enfermidade a que succumbiu quando se desenvolveu tão aguda e violenta, principalmente se originara das inquietações de espírito e corpo, da inevitável irritação de sangue e nervos em que forçosamente traz à vida activa política, sobretudo aos de forte sentir e de coração generoso.

O Governo, presidido por um homem que tinha sido objecto da maior deferência e indulgência política de seus contrários, que nem quando em guerra aberta, com as armas na mão contra eles e contra a lei do Estado, recebera a mais leve injúria ou desatenção, devia ser um exemplar de tolerância. Quem diria que esse Governo havia de ter a cobardia de ir exercer sobre o homem mais generoso, mais conciliador e mais moderado de toda a opposição a sua ignóbil e regateira vingança! Pois um de seus primeiros actos foi demittir a Vieira de Castro do cargo de guarda-mor da Torre do Tombo.

Assim testemunhou o partido vencedor agora a gratidão que lhe devia pelo modo com que o ministro da Justiça de 1838 com ele se houvera quando partido vencido. Comentário eloquente à lei das reabilitações proposta em 38, ao sistema seguido depois das catástrofes de Belém e de Ruivães! E todavia não era, não é decerto o Partido Cartista o que de tais vergonhas pode ser acusado: não é esse o que hoje figura e manda.

Sentiram todos, menos ele, comemoraram todos, menos ele, as circunstâncias *únicas* deste monumento histórico que nunca mais será esquecido enquanto a imoralidade de seus mandões não acabar de delir os últimos vestígios do antigo carácter leal, generoso e cavalheiro desta nação. Pelo que o acto tinha de ministerial, Vieira de Castro o recebeu com satisfação e se horrou dele: sentiu-se contudo, é verdade e deve dizer-se, sentiu-se profundamente de ver tão facilmente aposta àquele diploma de baixeza ministerial a assinatura de uma Mão Augusta, que tantas vezes beijara com respeito e devoção, e que se dignara dar-lhe o raro, mas por ele bem merecido, testemunho de pessoal complacência e gratidão... Tanto pode a intriga atrevida e vilã; tanto mais pode do que a devoção sincera e desinteressada da pura lealdade!

O Governo levou as eleições quase todas de vencida; a opposição ganhou poucos deputados, o Partido Cartista ainda menos; pouquíssimos dos antigos caracteres parlamentares entraram no salão de São Bento em Julho de 1842 – uma imensa maioria da gente da nova facção. Mas entre os poucos, foi Vieira de Castro eleito pelo colégio da Estremadura, onde o tinham mandado, como eleitor seu, as freguesias reunidas do Sacramento e Mártires de Lisboa.

Já o oprimiam os sintomas precursores de uma grave moléstia, quando as primeiras e memoráveis discussões da Câmara fixavam a atenção pública. Nelas tomou sua parte com a dignidade, concisão e força que sempre caracterizou a sua linguagem, breve mais impressiva, na tribuna.

Ia-se-lhe agravando o mal, e persistia em ser assíduo na Câmara, onde com razão julgava que a sua presença era por tantos motivos necessária. Finalmente nos últimos dias de Agosto o seu padecimento foi declarado grave e de dar cuidado. Não se pode descrever a consternação dos seus amigos, o desvelo com que lha encobriam, os extremos com que foi tratado. Dois dos mais eminentes facultativos da capital lhe assistiram constantemente, muitos foram consultados. A moléstia resistiu a todo o

engenho da arte e a todos os empenhos da amizade. O Pátio da Quinta em Campolide, onde, por melhorar de ares, havia um mês tinha ido habitar, estava cheio das equipagens e cavalos dos que iam e vinham constantemente para saber novas de uma saúde que interessava a tantos. Nem faltavam as humildes visitas dos que iam a pé, porque em todas as classes e posses havia o mesmo interesse – havia talvez mais no quantioso número de desgraçados que viviam de sua generosidade e bom coração: número imenso que só por sua morte se pôde avaliar: tanta era a verdadeira virtude com que sempre encobriu o bem que fazia. A sua moléstia era um tifo violento e que se declarou rebelde.

Não houve ânimo para o avisar do perigo, mas conheceu-o ele, e fazendo com admirável sangue-frio as suas disposições testamentárias, pediu os sacramentos, e nos braços de um sacerdote seu amigo expirou sem grande angústia pelas oito horas da manhã do dia 20 de Setembro deste ano.

A dor dos seus amigos foi daquelas dores profundas que não fazem alarde nem escarcéu; mostrou-se dela o que não foi possível ocultar. Mas o sentimento público foi clamoroso e impressivo, foi o de uma consternação por calamidade geral.

Conduzidos os seus restos mortais, na noite do mesmo dia 20 para a Igreja de São Sebastião da Pedreira por alguns amigos mais particulares, aí se lhe fez, na manhã seguinte, ofício de corpo presente, com a assistência de todas as pessoas notáveis de todos os partidos, e de um imenso número de cidadãos, de todas as jerarquias. Coches da Casa Real levaram e acompanharam o féretro para o Cemitério dos Prazeres, e alguns corpos de todas as armas da guarnição lhe fizeram as honras derradeiras.

Muito antes porém de chegar o cortejo às portas do cemitério, um grande número de pessoas de todas as classes, em que se contavam ministros da Rainha, deputados, pares do Reino e membros dos tribunais, quiseram dar à memória do seu amigo o último testemunho de saudade e respeito, tomando em suas mãos aqueles despojos modais para os levar ao jazigo. Tirou-se o caixão do coche real e, uns revezando os outros, o conduziram assim até o cemitério.

Jaz em sepultura separada, no extremo para o lado do sul, onde sua inconsolável família lhe está mandando levantar um monumento.

No dia 20 de Outubro, na Igreja do Sacramento celebraram solenes exéquias ao seu eleitor os cidadãos reunidos daquela freguesia com a dos Mártires. Ninguém foi convidado, os jornais anunciaram a solenidade e a igreja estava cheia.

Não coroarei a narração destes factos com nenhum epílogo de eloquência pretensiosa, ou affectadas expressões de sentimento.

Era um homem como sempre houve poucos, como já agora quase que os não havia nesta terra. A sua falta é irreparável, hão-de chorá-la todos os partidos.

DEDICAÇÃO
DA
CAPELA DOS SRS. MARQUESES DE
VIANA NO SEU PALÁCIO DE LISBOA

1846

Em meio deste fervor, desta mania de destruição que nos tomou e que há meio século se tem apoderado da Europa, sentimos todos uma ânsia, uma necessidade íntima de construir alguma coisa. Mas como, mas o quê, mas para quê?

A confusão de todas as ideias, a incerteza de todos os princípios, o vago e indeterminado de todas as aspirações fazem impotente o espírito e o braço.

Somos filhos de pais incrédulos, mas desejamos crer nós; somos herdeiros e sucessores dos que demoliram, e queremos edificar nós. Morrem porém os desejos e a vontade, porque nenhum vigor de princípios certos os acompanha à nascença. Este intervalo da destruição à construção, é um repouso inquieto da humanidade que o dedo de Deus suscitou em furor de guerra, que o dedo de Deus guiará um dia à serenidade da paz – que hoje abandonada dele, se revolve no meio das ruínas que fez, que não podia deixar de fazer. Aí está, pasmada do presente, temendo ainda do passado, e anelando por se pôr a caminho para um futuro que não sabe quando nem qual será.

A seu tempo, no tempo que só Ele sabe contar, há-de dizê-lo Deus aos homens. Temos disso fé viva; mas também cremos seguramente que primeiro nos quer deixar ver bem claro que não é a razão nem a ciência humana que, per si sós, podem achar o fim da humanidade. Abriu-nos os olhos para ver o erro, e combatemo-lo; ainda no-los não abriu para ver a verdade e nos abraçarmos com ela.

Por isso estamos assim, com os escapados do dilúvio: o que era, já não é, porque Deus o mandou destruir; o que há-de ser ainda não é, porque Deus o não mandou construir.

Esperemos.

E quando a vontade de Deus se manifestar, construiremos.

No entanto, já vemos que o corvo que saiu da arca não voltou; e que a pomba descobriu nos cimos das oliveiras os rebentos novos que prometem a paz desejada.

É a incredulidade velha e corrupta que se afogou em si mesma; e é a fé que promete renascer. Estas são as duas únicas verdades consoladoras que existem hoje na Terra. De que a isto, ao menos, chegaram os homens, são gerais, são constantes, são inquestionáveis os sintomas.

É a fé que há-de reconstruir o mundo.

O que pretendeu a filosofia soberba e não pôde, há-de fazê-lo a religião humilde que pode.

Da cruz veio a regeneração moral, e da cruz há-de vir a regeneração material e intelectual do mundo.

Foram estes pensamentos – ou mais exactamente, este era o sentimento íntimo da alma com que há pouco, em 14 de Dezembro deste memorável ano de 1846, assistia à mais rara e interessante solenidade em que ainda tomei parte: a dedicação de um novo templo.

Era no palácio dos marqueses de Viana. Todo o brilho da riqueza, toda a elegância das artes, todo aquele fino gosto que caracteriza o nobre marquês e as suas esplêndidas festas nos rodeava: a primeira sociedade de Lisboa ali estava, assistia o Sr. Patriarca, oficiava o Sr. Arcebispo de Mitilene: todas as grandezas e todas as atracções ali se

reuniam. Mas erguida sobre todas as pompas da igreja e da sociedade estava a cruz de Cristo, estava a imagem da Virgem. Símbolos de fé e de esperança alçados sobre todas as incertezas e agitações do século!

A invocação da Virgem é a de Nossa Senhora da Bonança; e a capela um voto feito pelos senhores marqueses, vendo-se em perigo de vida na altura do cabo de Finisterra quando regressavam de França a Portugal em 1843, no dia 30 de Outubro.

Naquele seu palácio, ao Rato, hoje o mais elegante de Lisboa, mora há muito com S. Ex.^{as} a elegância, a urbanidade e a perfeita grandeza. Seus esplêndidos salões amiudadas vezes se abrem a todas as distinções sociais sem exclusão de partido ou de opinião. Nunca se fez melhor uso do poder, da riqueza, da superioridade do nascimento e da posição social; nem se deu melhor documento do muito que valem reunidas, de quanto podem ser populares, e da benéfica influência que são chamadas a exercer numa época difícil como a nossa.

A erecção da elegante capela é um remate digno do palácio e do dono dele.

Escrevo aqui o que pensei e senti naquela ocasião, o que muitas vezes tenho dito: que o não tome o Sr. marquês por lisonja: não as sei dizer.

A sua festa foi completa. O sermão – coisa mais rara que nenhuma hoje em Portugal – tinha razão, estilo, elevação de pensamentos, e não lhe faltava unção cristã.

Recordarei sempre com satisfação a manhã do dia 14 de Dezembro de 1846.

NECROLOGIA

À MORTE DE D. LEOCÁDIA TERESA
DE LIMA E MELO FALCÃO VANZELER

Há famílias privilegiadas pela sorte, ou – digamos com mais verdade – abençoadas por Deus, nas quais a distinção se reúne à popularidade do nome. E tal é a verdadeira nobreza, que a mais democrática república não sabe nem pode, nem quereria abolir.

A duas destas ilustres famílias, ambas altamente estimadas entre nós, pertencia a Ex.ma D. Leocádia Teresa de Lima e Melo Falcão Vanzeler, que faleceu no dia 10 deste mês, com 82 anos de idade, e jaz depositada no Cemitério dos Prazeres.

Filha do contador-mor do Reino, e casa Lourenço Vanzeler, e da Sra. D. Maria de Lima e Meio Falcão de Gamboa Fragoso, era irmã do benemérito e honrado José Aleixo Falcão Vanzeler, de sempre saudosa e chorada memória para todos os que tiveram a fortuna de o conhecer, um dos mais nobres e dos mais puros caracteres que a revolução portuguesa deixará na história, imaculado da menor sombra, sincero como o desinteresse, e verdadeiro como o patriotismo – o patriotismo antigo dos Portugueses, cuja recordação é nosso dever gravar na memória e apontar de exemplo.

Casada em 31 de Março de 1795 com o vice-almirante Luís da Mota Feio, cuja nobreza e serviço são tão conhecidos: por estoutra família se honra e se ilustra não menos o seu nome.

No governo de Paraíba do Norte, e depois no reino de Angola em que seu marido foi sucessivamente capitão-general, o acompanhou sempre concorrendo por suas virtudes para o fazer amar dos povos, e honrar pelo soberano.

Boa esposa, boa mãe, esmoler, generosa e com todas as qualidades que fazem amar a mulher e estimar a senhora, deixa longa saudade em muitos corações – inextinguível no de seus filhos e netos.

Morreu tranquila e resignadamente, recebendo os últimos auxílios da igreja, e as bênçãos e lágrimas de sua numerosa descendência.

A amizade quase paternal que devia a seu irmão, e a que professo – e não é menor – a outros dos seus mais próximos que estão chorando, me faz escrever estas linhas consagradas à sua memória.

Lisboa, 22 de Maio de 1848

ALMEIDA GARRETT.

MEMÓRIA HISTÓRICA
DA EXCELENTÍSSIMA
DUQUESA DE PALMELA
D. EUGÉNIA FRANCISCA XAVIER TELES DA GAMA

Lisboa – 1848

Sei que faço um verdadeiro serviço à história do meu país escrevendo estas breves memórias de uma vida ilustre e por tantos títulos. Circunscrita, no que era da terra, ao círculo exclusivo das afeições e interesses domésticos, consagrada em tudo o mais às duas únicas virtudes em que o Evangelho se resume – a piedade e a caridade –, esta vida, toda da sua família e do seu Deus, foi, não obstante, e por singular destino ligada aos mais distintos caracteres e mais notáveis factos deste último meio século, tão cheio de história, tão aventuroso e tão extraordinário. É, além disso, um grande exemplar de moral social e cristão que tanto precisam os nossos tempos, abundantes de sublimes teorias, tristemente minguados na prática delas.

A duquesa de Palmela, D. Eugénia Francisca Xavier Teles da Gama, nasceu em Lisboa aos 4 de Janeiro de 1798. Foram seus pais a marquesa de Nisa e de Cascais, condessa de Vidigueira e de Unhão, D. Eugénia Xavier Teles da Gama, e D. Domingos de Lima, da casa dos marqueses de Ponte de Lima. Com o sangue de Vasco da Gama e de João das Regras, o nosso primeiro navegador, e o nosso primeiro publicista, corria portanto em suas veias o mais ilustre sangue de Portugal.

Não se verificando, pela morte prematura do prometido esposo, o casamento que desde o berço quase lhe estava justo com o conde de Assumar, filho do marquês de Alorna, veio a casar aos doze anos de sua idade com D. Pedro de Sousa e Holstein, depois conde e marquês, hoje duque de Palmela.

O destino, que chamava D. Pedro de Sousa a preencher os postos mais eminentes da diplomacia portuguesa nesta época tão memorável, começou então a manifestar-se, sendo escolhido para a difícil e importante missão de Espanha com o carácter de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Pariram poucos dias depois de casados para Cádiz, onde a esse tempo se achava estabelecido o Governo central daquele país.

Os primeiros anos da vida no mundo, que costumam ser anos de divertimento e de prazeres; ali os passou pois a jovem senhora no enfado e nas privações de uma cidade sitiada, no meio dos incómodos e sustos da guerra. E para que nada faltasse aos terrores da situação, veio agravá-la o flagelo da febre-amarela, que no ano de 1811 devastou Cádiz. Destinava-a Deus a ser consoladora de muitas desgraças; e de tão tenros anos lhe queria dar o espectáculo de todas as misérias humanas. Sua cunhada e íntima amiga, D. Catarina de Sousa (hoje condessa de Linhares), ferida da fatal epidemia, foi por ela velada e tratada tão carinhosamente que em breve se restabeleceu.

Aí lhe nasceu também o seu primeiro filho, D. Alexandre; e no Outono do mesmo ano, tendo seu marido, já então conde de Palmela, sido transferido da missão de Espanha para a de Inglaterra, onde o não podia acompanhar pelo adiantado estado da nova gravidez, voltou a condessa a Lisboa.

Foi longa esta primeira separação. Os negócios complicavam-se; a luta da Europa com o Império Francês apertava cada vez mais; aproximava-se a catástrofe de 1814. O nosso ministro em Londres tomou activa e não pequena parte nos negócios que ocupavam todos os gabinetes. A restauração dos Borbons o levou a França, e daí ao Congresso de Viena, cujas negociações somente vieram a terminar em Paris em 1815.

Na Primavera do ano seguinte voltou o conde de Palmela a Lisboa, e abraçou pela primeira vez sua filha D. Eugénia, que três anos antes lhe nascera. Póucos meses depois tornaram a separar-se, regressando o conde a Inglaterra, e deixando outra vez sua mulher grávida em Portugal.

No princípio de 1817, já mãe de outra menina, D. Isabel partiu com seus três filhos para se reunir ao marido em Londres. Mas nesta viagem a esperava a primeira desgraça grande da vida. Na véspera de chegar a Inglaterra, sua filha recém-nascida lhe morreu quase repentinamente: no dia seguinte os abraços do aflito pai tiveram de apertar o cadáver da filhinha que nunca vira, e que tão ansiosamente esperava.

Três anos residiu a condessa em Inglaterra; e no centro daquela mais apurada e, como se ali diz, mais *fastidiosa* sociedade da Europa, granjeou a estima, o respeito e a consideração geral. Falando perfeitamente a língua do país, a francesa, a espanhola, de um talento não vulgar, prendada pela Natureza, mais nobre ainda e gentil de maneiras que de sangue, a ingénua elegância de seu espírito e sentimentos era para ser avaliada ali, como foi.

Elevado já então o conde de Palmela à categoria de embaixador, sua alta posição na corte fez ainda sobressair as qualidades e virtudes da esposa, que por consenso unânime tanto contribuiu para ilustrar e honrar o seu nome e lhe conciliar a estima e popularidade geral de que hoje goza.

Entre outras, merece ser registada uma acção da jovem condessa naquela corte, onde ainda se observa todo o rigor da etiqueta e *punctílio*.

Era uma festa do paço: a embaixatriz de Portugal na sua chegada não achara assento destinado para ela no lugar que tinha direito de ocupar. Posto que tímida em razão da sua idade, e isenta de sentimentos pessoais de orgulho, que não poderiam conciliar-se com a religiosa modéstia que mostrava em todos os actos ordinários da vida, não hesitou contudo reivindicar, como pudera fazer a pessoa mais costumada a figurar em ocasiões públicas, o lugar que na qualidade de mulher do representante da Coroa de Portugal conhecia competir-lhe; e com uma presença de espírito que causou admiração e mereceu ali mesmo o aplauso da corte toda de Inglaterra, arrojou uma cadeira de outro sítio da sala, e tomou o lugar que lhe pertencia como quem era.

Esta altivez, que a propósito sabia ter com os grandes, e nos grandes lugares e ocasiões em que só lhe lembrava quem era, de quem vinha, e os encargos de honra e pundonor que tinha, não era todavia a feição dominante do seu carácter senão para aqueles que não tinham a fortuna de a observar no centro da sua família, rodeada de seus íntimos amigos, ou melhor ainda, desempenhando as modestas obrigações de uma religião que sempre foi a primeira ocupação e o principal cuidado de toda a sua vida. Então era toda humildade, toda a abnegação do Evangelho, desaparecia a senhora da corte, a fidalga puritana; e abatida na única igualdade prática verdadeira, a do cristianismo, os mendigos eram seus irmãos, e o seu sangue não se lembrava de outro ascendente senão do pai comum, de outra ilustração senão da recebida no baptismo.

Por esta época foi o nascimento de seus dois filhos, D. Domingos e D. Manuel.

Chegou o ano de 1820, e já a revolução nas duas penínsulas de Espanha e de Itália fazia pressagiar graves acontecimentos em Portugal, quando o conde de Palmela, que algum tempo antes havia recebido a nomeação de ministro de Estado para o Rio de Janeiro, obedecendo a esta ordem, embarcou com toda a família em Maio do mesmo ano, numa fragata inglesa que para ali seguia com escala por Lisboa. Mas apenas aqui chegado, a Revolução de 24 de Agosto mudou toda a face das coisas, e alterou os seus planos. Previu logo o novo ministro que a sua residência no Brasil não podia ser de longa dura; e deixando sua mulher na Europa partiu s(para o Rio.

É sabido como foram infrutuosos ,por mal ouvidos ou por mal executados, os

liberais e prudentes votos do conde de Palmela nos conselhos do senhor D. João VI. Triste e desanimado teve de acompanhar, no seu regresso à Europa, este derradeiro rei da antiga monarquia portuguesa, que parecia fechar assim o círculo imenso começando a descrever por nossas grandes descobertas e conquistas, voltando a sumir-se, no pequeno ponto donde partira, toda aquela glória que alumiara e dilatara o Mundo.

Os sentimentos verdadeiramente patrióticos, as opiniões prudentemente liberais do conde de Palmela, ou não foram conhecidos ou não podiam ser avaliados pelos que dominavam em Portugal à chegada de El-Rei. Confundido na desculpável suspeita que inspiravam os cortesãos do infeliz monarca, e na maquereação justíssima que muitos deles mereciam, foi retido a bordo por ordem das Cortes, e daí mandado residir em Borba, no Alentejo.

Tão contente e talvez mais orgulhosa pela imerecida desgraça do esposo do que por suas prosperidades, a condessa de Palmela o acompanhou preso, e o seguiu deportado, gozando no retiro e tranquilidade do campo aquela felicidade, por que sempre anelara, de uma vida íntima e sossegada de família, com seus filhos e seu marido, e na prática suave das santas virtudes que mais enchiam seu coração, e que menos exercitava como dever do que por necessidade e satisfação de sua alma.

Aumentada a sua família por uma filha (D. Mariana) que pouco antes lhes nascera em Lisboa, sem mais ambições, sem nenhuma saudade da turbulência do mundo, numa pequena terra de província onde todos a adoravam, e onde o seu nome ainda hoje é recordado com lágrimas e bênçãos – ali lhe teriam passado os melhores e mais felizes anos de sua vida tão agitada sempre, se a não assaltassem umas febres intermitentes que depois, complicando-se com o nascimento prematuro de outra filha (D. Marta), agravaram de carácter, e começaram talvez a predispor-la para a fatal moléstia que a destruiu na força da idade e no meio de uma vida que prometia por tudo o mais ser longa e afortunada.

No entretanto, e sem que os exilados de Borba tomassem a menor parte nas intrigas e conspirações da época, progrediu a reacção que veio a triunfar em Junho de 1823. D. João VI reassumiu o poder absoluto com a solene promessa de transigir e fazer concessões liberais. E o conde de Palmela, criado então marquês, foi chamado ao Gabinete como garantia dessas opiniões que então abraçava muita da nobreza e algumas das pessoas mais influentes da situação.

Não é deste lugar explicar o fio das intrigas que enredaram e contiveram a vontade de El-Rei, dos ministros e pessoas da corte que seguiam a sua causa, e a das concessões que pedia o tempo. Basta apontar os acontecimentos de 30 de Abril de 1824, e como neles foi proscrito o marquês de Palmela, conduzido à Torre de Belém e destinado à mesma sorte de todos os que estavam marcados pelo ódio da facção absolutista.

Neste perigo terrível, dobrou o ânimo, a energia e as forças à marquesa de Palmela. Os ministros daquele tenebroso interregno, os embaixadores de França e de Inglaterra a viram correr de porta em porta, a ouviram, não pedir misericórdia, mas bradar justiça, e clamar sem medo contra todos e perante todos os que decretavam a proscricção de seu marido ou a podiam anular. Nem foram inúteis os seus esforços: fez-se respeitar, fez-se temer a voz de uma senhora que não perdia ânimo no meio do terror geral: o marquês de Palmela saiu em breve da ominosa torre, e foi sua mulher que teve a satisfação de o ir soltar.

Desassombrado do poder dos facciosos, mas sem alma para os comprimir como pudera e devera, El-Rei voltou tristemente do seu refúgio estrangeiro para seu mais triste palácio: o marquês de Palmela foi novamente enviado para a Embaixada de Londres, e partiu com toda a sua família, acrescida neste intervalo por mais dois filhos, D.

Teresa e D. Rodrigo, para aquela corte em que pela terceira vez era acreditado, e onde o esperavam os mais difíceis e os mais penosos encargos de sua carreira diplomática.

Era o ano de 1825. Começaram a cruzar-se em Londres as intrigas de Lisboa, do Rio de Janeiro, de Viena, onde estava o infante D. Miguel, e de toda a parte. Por este tempo residiam ainda em Inglaterra alguns emigrados portugueses, que o não tirano, mas froixo Governo de El-Rei conservava todavia no exílio. Não há muito por que louvar os agentes do ministério de Lisboa a respeito desses foragidos liberais que, assim pelo número como por sua honrada pobreza e exemplar procedimento, pouca sombra podiam fazer ao meticuloso ciúme das autoridades absolutistas. Nessa ignóbil falta de generosidade não incorreu a Embaixada de Londres.

Naturalmente bom e indulgente, o ânimo do embaixador foi contudo realçado pelas zelosas diligências e solícita eficácia de sua mulher. Gloriam-se de assim o testemunhar os emigrados que por qualquer modo tiveram a fortuna de se aproximar dela.

Perdoe-me quem ler estas linhas, que escrevo na sincera efusão de minha alma, se aqui introduzo um parêntese necessário a mim que as escrevo, porque também tive a honra precoce de ser já, criança então, emigrado nessa época. Só três anos depois, e na segunda emigração, tive a fortuna de conhecer e apreciar a ilustre senhora de cujas virtudes e qualidades vi tantas provas, devi-lhe a ela, devo a seu marido, com cuja amizade me honro muitíssimo, não pouca benevolência e distinções, mas nem recebi nunca obséquios políticos, nem outros que possam fazer suspeitar de lisonjeiras as expressões que me dita a consciência, e que nascem da mais desinteressada admiração.

De certos actos diz a lei divina que até a esquerda deve ignorar quando os pratica a mão direita. Mas não se lhe opõe a lei humana da honra, que os manda apregoar por aquele que os recebeu. Da própria boca de um distinto emigrado que então se achava em Londres, ouvi o que muito me apraz de referir aqui, não menos em louvor de um que de outro.

O Sr. José da Silva Carvalho, reduzido por sua honesta pobreza a viver escassamente em Londres, caíra em grave enfermidade de corpo e de espírito no seu desamparo. Soube-o a duquesa de Palmela, e escondendo a mão generosa lhe fez ministrar todos os socorros ao seu alcance, chegando a mandar de sua própria mesa os caldos para o doente, e sem se lembrar, ou talvez porque se lembrava, que o enfermo era o mesmo que anos antes governara em Portugal quando seu marido fora exilado e proscrito.

Mas o que ela ocultava pôde sabê-lo o doente, e nunca cessou de o referir por glória sua e da marquesa; e desde então foi sempre um dos seus mais sinceros amigos e devotos admiradores.

Chegou em 1826 a concessão da Carta; redobravam as dificuldades políticas de Portugal com a abdicação do senhor D. Pedro e suas condições. A série de acontecimentos que trouxeram as calamidades de 1828 seguia o seu curso. Proclamada em Portugal a reacção contra o soberano e contra a lei jurada por todos, o marquês de Palmela não duvidou declarar-se, e protestar abertamente contra o que, por honra e por princípios, tinha obrigação de reconhecer como usurpação e perjuro. Era mais que arriscado o passo que dava; era certo que, por largo tempo ao menos, sacrificava ao dever todas as vantagens de fortuna e de situação. Talvez jogava a sua cabeça e a herança de seus filhos. Fora desculpável ter hesitado, na presença de uma mulher querida e delicada, de uma família numerosa, costumadas aos confortos da vida, afeitas à posição elevada em que tinham nascido. Não o fez, nem lho consentiriam os rogos e instigações da marquesa, que nessa ocasião solene o animou denodadamente, protestando que antes queria mendigar com seus filhos do que sofrer a menor quebra de

honra em seu nome.

Ainda estava de cama sobre o parto de sua última filha, D. Ana, quando partiu a infeliz expedição do Podo. Começavam a acorrer a Inglaterra os emigrados, voltavam com milhares deles os do Porto; e para todos os que chegavam à nossa Embaixada a marquesa de Palmela tinha uma palavra consoladora, para muitos, socorros eficazes e generosos, privando-se de comodidades suas, importunando seu marido, e fazendo aqueles prodígios que só pode operar a caridade verdadeira da fé, que é multiplicar infinitamente o pouco para acudir a muitos.

No entretanto, a esperança reverdecia no ânimo dos exilados com a chegada da Rainha à Europa. Não obstante a má vontade do duque de Wellington e do seu ministério, o marquês de Palmela contribuíra para fazer mudar o destino da viagem de S. M.; e que, em vez da corte de Viena, fosse em Inglaterra que se fixasse a sua residência provisora.

Não esqueceu, não esquecerá jamais a nenhum português que a presenceasse, a cena que na manhã do dia 7 de Outubro de 1828 viram os salões do Hotel Grillion em Londres. Foi ali que uma criança de dez anos, proscrita de seu reino e de seu trono, esbulhada por sua avó e por seu tio da herança que lhe adjudicara seu pai, e lhe confirmava seu povo, abandonada dos soberanos seus parentes e seus aliados, forte porém da sua inocência e de seu direito, firmado em princípios, robustecido pelos direitos de todos que afiançava; representante, no meio da Europa estacionária e retrógrada, representante ela criança, mulher, fraca e sem mais recursos do que Deus, a fidelidade e o entusiasmo dos seus – da santa causa da liberdade, do progresso, e da civilização das nações –, ali essa criança coroada recebeu a primeira homenagem dos seus súbditos, sem Pátria, como ela, pobres e proscritos, mas ricos de constância, fortes de consciência e certos de reconquistar, para quem lhe assegurava a liberdade e lhe prometia o regímen da lei, um trono que já não podia ocupar o despotismo.

Naquela cerimónia, a mais augusta e solene que nunca celebrou rei algum de Portugal, não apareciam galas nem grandezas. Toda a pompa do cortejo a faziam os sentimentos de alma, a comoção dos semblantes, e as lágrimas que custavam a reter. Tenho presente, como se fosse nesta hora, a figura, o gesto, a expressão intraduzível de alegria e de tristeza com que a marquesa de Palmela assistiu, no lugar que lhe competia próxima à Rainha, a esta grande cerimónia. Nos olhos que ao mesmo tempo riam e choravam brilhava toda a antiga lealdade portuguesa, o respeito de vassala à soberana aumentado pela devoção à desgraça, temperado por um como orgulhoso carinho de mãe por filha.

Estes sentimentos que dominavam todos os outros, e que sublimavam até à poesia a dedicação da velha fidelidade portuguesa, nunca me pareceu vê-los expressados assim como naquela ocasião.

O tempo que S. M. demorou em Inglaterra foi a marquesa de Palmela sua constante guia e companheira, velando com um interesse e com uma ansiedade verdadeiramente maternal na augusta Rainha, cuja tutela lhe havia sido, por assim dizer, deparada pela Providência, e a cujo serviço e educação ela de bom grado e inteiramente se consagrava.

Entre as recordações da emigração – que tantas são de saudade, que tantas vezes se têm feito ainda mais doces pelas subsequentes amarguras e desapontamentos da sorte –, conservo na memória a de uma manhã na nossa Embaixada de South Audley Street. Junto à marquesa de Palmela, cercada de suas filhas e sobrinhas, a jovem rainha de Portugal bordava a bandeira que em seu nome ia ser mandada ao leal batalhão 5 de caçadores... Escusado é dizer de quem foi a fina lembrança, e sabido é o entusiasmo que excitou. Serão pequenezes estas para os que pretendem de fortes pensadores; mas

grandes coisas do mundo se têm obrado por semelhantes pequenezes.

Essas poesias porém (chamemos-lhes assim) da emigração estavam a acabar, e a realidade material do abandono, das misérias e desesperanças do exílio vinha tremenda sobre nós. Já a expedição do general Saldanha tinha sido metralhada nas águas da Terceira pelos navios de guerra britânicos; já o conde de Vila flor, mais feliz, tinha conseguido iludir o bloqueio inglês e penetrar naquela ilha, onde governava como general; a Rainha era mandada voltar por seu pai para o Rio de Janeiro; a regência por ele nomeada tinha de ir instalar-se naquela ilha.

No princípio de 1830 partiu com efeito o marquês de Palmela com os outros membros da regência a bordo de uma pequena escuna cujo nome cómico – *Jack of the Lantern* – ficou memorável entre nós e terá de passar à história. Foi este para sua mulher um dos mais terríveis lances da vida e em que mais prova deu da fortaleza da sua alma. A ilha estava bloqueada pelas forças navais da usurpação, seu marido condenado a uma morte afrontosa em Portugal: o perigo era tremendo e para assustar os mais destemidos.

A estes sacrifícios, perigos e trabalhos veio juntar-se o de faltarem a todos os meios. A marquesa, obrigada como todos à mais severa economia, teve de desfazer o seu estabelecimento de Londres e de retirar-se para França.

Fixou a sua residência em uma pequena casa de campo em Passy, junto a Paris.

Tão limitados agora os seus recursos, não se limitava porém a sua caridade. Parentes, amigos, pessoas inteiramente estranhas eram socorridas, consoladas por sua inexaurível caridade.

A sua casa de Passy converteu-se em um colégio, um pensionato onde recolhia muitos filhos desses mesmos parentes; aí os educava com os seus, e com igual desvelo e carinho.

Neste amargoso período da sua vida todas as penas, todos os padecimentos humanos tinham de se lhe juntar. A comum causa de Pátria pouco esperançosa, o marido longe e em perigo, seus numerosos filhos privados de muitos dos confortos a que estavam costumados, não pareceram ainda à Providência angústias bastantes para a provar. Veio a doença e a morte de sua cunhada tão querida, e que lhe fora como segunda mãe, a condessa de Alva; a perda de dois filhos, D. Pedro e D. Maria; e para remate de tudo a enfermidade grave e assustadora de seu mais amado e estimável filho, o primogénito de sua casa.

O conde de Calhariz, D. Alexandre, contava então apenas 19 anos de idade; era para fazer o orgulho de qualquer mãe. De figura e fisionomia insinuante e inteligentíssima, cheio de talento, tão aplicado e proficiente já nos mais altos estudos, que obtivera os primeiros prémios na Universidade de Londres, e acompanhando tudo isto de uma modéstia, de uma candura, e de uma severidade de princípios admirável em todos os tempos; ninguém o conheceu e tratou que o não estimasse; e o que mais raro é, lhe não tivesse um respeito não fácil de granjear em tal idade. Em tudo, menos em seu ingénuo aspecto, parecia um homem feito em quem a experiência já tivesse amadurecido o estudo e os princípios.

Cresceram rapidamente os sintomas da doença, que era uma fatal afecção pulmonar; e com os rigores do Inverno se declarou assustadora. A arte já não sabia que fazer, quando seu pai, voltando à Europa por ocasião da chegada do imperador, veio encontrar nesse lamentável estado a melhor esperança da sua casa, o herdeiro do seu nome que tanto lhe prometia. E assim teve de o deixar em breve para partir logo na expedição de Belle-Isle, roubando-se aos cuidados próprios e de seu coração para se entregar aos da Pátria e da soberana a quem tudo sacrificava.

Ficou à aflita mãe a triste incumbência de acompanhar o filho quase moribundo à

ilha de S. Miguel para onde os médicos o mandavam tentar a mudança de ar, e mais benigna Primavera.

Foram em um pequeno e desacomodado navio; e quando aportava em S. Miguel o imperador, a sua expedição, e com ela o marquês de Palmela, aí encontraram recentemente chegados de França a desconsolada mãe com seu filho. Aí, quando medravam as esperanças públicas, mingravam de hora para hora as dos aflitos pais. Situação dolorosa como se têm visto poucas! Para todos sorria o futuro, menos para eles.

Aquela última revista que o imperador passou à brilhante divisão expedicionária – ainda assistiu numa sege, quase nos braços da mãe, mas com o seu uniforme de soldado de artilharia – o moribundo conde de Calhariz. Vida, já a não tinha senão nos olhos; mas nesses luzia ainda todo o fogo do patriotismo, todo o ardente desejo, que o não deixou senão no último suspiro, de ir baptizar a sua jovem espada nas guerras da liberdade santa que amava como jovem sincero de crenças e de fé – de ir ganhar, como seus passados, as esporas de cavaleiro numa campanha de lealdade pelo seu príncipe, de começar enfim a sua vida no mundo, ajudando com seu braço em uma luta a que se votara seu pai, seu pai que ele tanto adorava.

Dos que fizemos parte desta revista ou assistiram a ela como espectadores ninguém tirou os olhos daquele mancebo que agonizava em tão nobre mas tão falsa confiança, daquela pobre mãe que tão aflita se repartia entre suas dores e suas esperanças.

Foi a última vez que ele saiu; horas depois tinha desaparecido da terra a puríssima luz daquela alma, deixando os tristes pais, a inconsolável mãe sobretudo, nas sombras de uma tristeza que nunca se dissipou.

Tenho visto penas neste mundo, graças a Deus; tenho padecido eu mesmo – sei o que é sofrer; mas digo sem receio de exagerar que nunca vi dor como aquela dor.

Não me esquecerá jamais tão-pouco a resignação forte e contida do pai nessa hora terrível. Parte da noite o acompanharam unicamente seu íntimo amigo – que também já lá vai, e de bem aflita e desconsolada morte! – Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque – e eu. Muitos têm admirado o marquês de Palmela em outros momentos da sua vida – muitos mais o terão lisonjeado em diversas circunstâncias. Eu lembra-me muito bem que nada disse então, mas que o admirei deveras, e lhe fiquei consagrando uma afeição que nunca foi demonstrativa porque eu o não sou, mas que neste lugar me é impossível não manifestar.

Partiu a expedição para Portugal, a marquesa para França a reunir-se a seus outros filhos, e a esperar em novas ansiedades pelos resultados de uma tentativa tão nobre como arriscada – tão heróica por certo aos olhos do entusiasmo como parecia louca aos da razão.

Mas a razão é o espírito humano regularmente percorrendo dentro de seus estreitos limites – o entusiasmo, a aspiração, irregular embora mas sublime, dessa outra partícula divina que há no homem, disso que nele sente, não discorre – não o raciocina, adivinha. A alma tem instintos como os tem o corpo; e o instinto sente, não pensa.

Sentiram, não pensaram, os que nas praias do Mindelo, com 7500 homens mal armados e mal fornidos, vieram desafiar um exército de 80000. Todas as coisas do mundo estavam com estes. Com os foragidos era Deus e seu entusiasmo. No fim de um ano de luta, a capital e a maior parte do reino era deles.

Duas vezes neste intervalo foi o marquês de Palmela a Londres e a Paris para acudir, com seu valimento e influência naquelas cortes, aos apertos e dificuldades dos cercados; mas sua mulher apenas teve a consolação de o abraçar na segunda viagem.

Nesta época intrigas e desinteligências, que seriam longas de referir, difíceis de

explicar, e sobretudo impróprias certamente daqui – lhe tinham preparado a costumada retribuição de injustiças e injúrias com que tantas vezes são pagos os maiores serviços. O marquês de Palmela conseguiu preparar a expedição do Algarve, fazer partir para o Porto seu particular amigo o almirante Napier; e com este socorro poderoso apareceu de novo triunfante no Douro o que seus contrários, por não dizer invejosos, contavam ver humilhado e quase proscrito.

Novos sustos, novos sacrifícios, porém nova satisfação também para sua mulher, que assistia tão interessada a todas estas peripécias do grande drama da restauração.

Principal autor do arriscado projecto, confiou-se-lhe ao marquês a direcção política dele. O resultado foi maravilhoso. A pequena esquadra de Napier e a pequeníssima divisão do duque da Terceira libertaram em breves dias a capital. A rainha viu enfim o seu reino, sentou-se no seu trono; e daí em diante uma série de vitórias, a qual mais decisiva, concluiu rapidamente a miraculosa obra da reconquista da liberdade em Portugal.

O marquês de Palmela foi criado duque do mesmo título; seu filho, mais velho agora, D. Domingos, marquês do Faial, em memória da tomada daquela ilha, primícia de nossas conquistas liberais, que a instâncias e por direcção de seu pai se fizera.

Imediatamente regressou a Lisboa a duquesa de Palmela impaciente de ver seu marido e de abraçar enfim sua mãe, de quem há tantos anos estava separada. Foi por esta ocasião nomeada dama de honor de S. M. a Rainha.

Até o Verão do ano seguinte viveu a duquesa tranquilamente em Lisboa, interessada, bem como seu marido, no andamento dos negócios públicos, mas abstendo-se ele de toda a acção política, e do governo que ciosamente era guardado por pessoas, não direi de opostos princípios, mas de ideias mui diversas quanto ao modo de estabelecer, de tornar prático, de fazer amado e popular um sistema que todos queriam, assim o soubessem querer todos!

Neste estado de coisas se manifestou e cresceu rapidamente a doença do imperador, que para logo deixou pouca esperança de melhora, e em menos de três meses o arrebatou na flor da idade, e no princípio da melhor e mais gloriosa parte de sua vida.

Apenas tomou as rédeas do Governo a Rainha, chamou para presidente do Conselho o duque de Palmela.

As oscilações do Governo, as de uma opinião que em tais crises não pode deixar nunca de ser desvairada, a miúdo injusta, tantas vezes ingrata, flutuavam continuamente; e a duquesa sofria os martírios de uma verdadeira paixão quando essas injustas ou ingraticões a vinham ferir em seu marido.

Poucos meses depois da morte do imperador, a Rainha ficou segunda vez órfã pelo falecimento do príncipe Augusto, que, em tão breves dias de desposado, lhe faltou subitamente.

O ridículo tumulto das Chagas, que por esta ocasião teve lugar, e tomou nome daquele sítio onde então morava o duque, foi uma demonstração tão absurda como virulenta do ódio de seus inimigos, que vivamente feriu o coração da duquesa, mas em que ela deu novas provas da sua força de ânimo.

Naquela época de dúvidas, os partidos, as opiniões não extremavam ainda bem os seus amigos e inimigos. Metiam-se em meio as rivalidades e malquerenças pessoais que desatinam o povo.

Quem tanto tinha sofrido, de tanto servido, e nem por si nem pela Pátria colhera fruto de tantos labores, deitava a culpa para alguém. Esse alguém era o que as facções apontavam; e as facções nunca apontam justo.

Esta desculpa é legitimamente devida à maior parte dos erros e injustiças populares, senão que a todas. Mas pode esperar-se que a dê um coração de mulher

ferido? Invoco o testemunho dos que nesta ocasião, assim como em tantas outras, ouviram a duquesa em suas mais desafogadas expansões e desabafos: nunca lhe ouvi uma dessas palavras que tanto mais baixas são quanto vêm de mais alto; nunca foi vista declamar contra a *canalha*, como é vulgar em tais ocorrências. Ressentiu-se como mulher, como senhora e como esposa dos agravos que lhe faziam – mas não acusava senão os instigadores de má-fé; e toda a indulgência cristã ficava em sua alma para desculpar os que só erravam.

Nem podia ser de outro modo num coração que sempre ardeu de caridade, que fazia o bem por instinto, por necessidade, cujo maior prazer era dar, dar – socorrer os necessitados, consolar os aflitos. Esta qualidade predominante do seu carácter veio a estabelecer entre ela e as classes mais humildes da sociedade uma espécie de trato íntimo, de recíproca simpatia que não permitiam ressentimento de parte a parte, e que fizeram com que por fim os mais ciosos teóricos da democracia respeitassem e adorassem nela a escrupulosa prática de princípios que eles sim proclamavam, mas que ela executava na alegria e satisfação da sua alma.

Este sincero e puro liberalismo da duquesa, assim como à proporção que foi sendo conhecido a fez por extremo popular, respeitada e querida do Partido Liberal, assim lhe criou também depois os ciúmes e malquerenças de outras parcialidades.

Por então, como já observei, as opiniões andavam ainda confusas e mal seguras. Na Revolução de 1836 o duque de Palmela teve de emigrar outra vez e separar-se de sua mulher, que novamente ficava velando à cabeceira de outro moribundo, seu terceiro filho.

Nem teve de velar muito tempo. Em tudo parecido com seu irmão mais velho, muito na figura, muitíssimo no precoce talento e capacidade, D. Manuel de Sousa prometia tanto como ele, e faltou do mesmo modo.

As cruéis dores desta perda fizeram aparecer os primeiros sintomas da enfermidade que mais tarde se desenvolveu funestamente na duquesa. A triste mãe partiu para França a levar a seu marido o último adeus de um filho tão chorado.

Estava a este tempo contratado entre os duques de Palmela e a condessa da Póvoa o casamento do marquês do Faial com a filha desta, que apenas contava dez anos, e cuja tutela a duquesa assumiu a instantes rogos da mãe.

Celebrara-se o casamento de 1836 na capela do palácio do Rato em presença das respectivas famílias, e a duquesa partiu para Paris com a sua nora. Ali casou igualmente pouco depois sua segunda filha, D. Mariana, com Luís Brandão de Melo Cogominho, e nasceu o décimo terceiro filho, D. Francisco.

No entretanto se tinham dissipado as desconfianças políticas, e o duque de Palmela foi rogado pelo Governo para ir assistir, como embaixador extraordinário, à coroação da rainha Vitória de Inglaterra. Aceitou o duque, e acompanhado de sua mulher foi desempenhar a honrosa missão com que o Tesouro português nada despendeu.

De volta a Paris começaram as desinteligências sobre o casamento do marquês do Faial. Tinha falecido o filho varão do conde da Póvoa, e em sua irmã se acumulava toda a sucessão e herança daquela forte casa.

Fossem porém mais ou menos desinteressados os motivos que excitaram alguns membros daquela família e querer rescindir o contrato e pretender anular o casamento, subtraindo a jovem herdeira da tutela da duquesa, e tirando-se de seu poder, é certo que só o teriam conseguido violentando as simpatias da inocente, cujo afecto para sua mãe adoptiva era como de filha verdadeira.

Segura de sua consciência a duquesa suportou os muitos desgostos que lhe trouxe esta desavença; mas padeceu infinitamente com eles; nem, depois de ver ratificado o

casamento de seu filho, e tranquilo, este com sua mulher, pôde verdadeiramente descansar, enquanto a concórdia se não restabeleceu entre as duas famílias pelas importantes concessões com que o marquês do Faial a conseguiu largamente.

Serenada esta tempestade, outra muito maior para a sua alma não tardou em levantar-se. Sua mãe a marquesa de Nisa D. Eugénia, que ela por tantos títulos adorava, adoeceu gravemente. A duquesa, já muito minada da fatal moléstia que lhe ameaçava a vida, e adiantada em nova gravidez, não quis todavia abandonar sua mãe enferma. Velou dia e noite ao pé dela, matando-se evidentemente com aqueles cuidados e penas de corpo e alma – até que lhe fechou os olhos. Nasceu prematuramente o filho (D. Tomás) que trazia em suas angustiadas entranhas, e a saúde da mãe não fez senão declinar daí em diante.

Reanimou-se um tanto com a satisfação que teve nos casamentos de suas filhas D. Eugénia com o marquês das Minas, e D. Teresa com o conde das Alcáçovas. Mas junto a estas consolações veio logo a aflita morte de outro filho, D. Rodrigo, criança por extremo simpática e inteligente, que aos quinze anos em que faleceu anunciava já qualidades e talentos não vulgares.

O ano seguinte, de 1841, veio com mais faustos auspícios. O marquês do Faial lhe apresentou uma neta, primeiro fruto de seu consórcio; e pouco depois a duquesa deu felizmente à luz seu décimo quinto e último filho, D. Filipe.

Experimentada agora em todas as alternativas da sorte, ou por falar a linguagem que ela melhor entendia porque melhor cria, tão provada por Deus em todos os grandes extremos de felicidade e de desgraça, a duquesa cada vez contraiu mais a sua vida ao círculo doméstico e à prática das virtudes cristãs com que de tudo o mais se isolava.

Os grandes cabedais com que se tinha engrossado a sua casa e de seus filhos, não os considerava senão como meios que a Providência lhe prestava para exercer mais largamente sua inexaurível caridade. A avultada pensão que todos os meses recebia para seu bolsinho, não lhe parava dias nas mãos. Importunava seu marido, seus filhos com novos pedidos, que todos levavam o mesmo destino; e até das mesadas dos filhos menores, dos netos, conseguia persuadi-los a que cedessem uma parte para ter esse pouco que dar, para sempre dar. E assim duplicava suas boas acções, porque habituava de tenros anosos inocentes a privarem-se de algum supérfluo para acudir à necessidade.

Se as grandes riquezas do mundo se houvessem de destruir a quem melhor uso delas fizesse, para se equilibrarem assim pelos divinos preceitos do Evangelho as desigualdades aliás inevitáveis da sorte – a ninguém com mais justiça se houvera adjudicado a grande fortuna de que dispôs nos últimos anos de sua vida a duquesa de Palmela.

Diminuíam sensivelmente a saúde e forças do seu corpo, mas conservava-a a paz de espírito em que vivia, quando, ao principiar o ano de 1842, lha vieram quebrar os novos alvoroços políticos do reino.

Começava Portugal a descansar das revoluções, e a entrar em algum princípio de acerto o complicado mecanismo do regímen constitucional, quando apareceu a revolta militar do Porto em 27 de Janeiro, que, se não teve mais pecaminosos motivos, foi, pelo menos, desnecessária desordem. A restauração da Carta na sua letra e no seu nome – porque no mais não havia quase que restaurar – era o pretexto, ou seria o objecto (segundo a parcialidade dos que o julgarem) daquele movimento político.

Sem ofensa de nenhum português se pode dizer que o duque de Palmela tinha sido sempre o mais estrénuo propugnador da Carta; ninguém utilizava mais em preponderância de situação política com a sua restauração, ninguém portanto menos suspeito em declarar-se contra aquela insurreição militar.

Por esta opinião, que então sustentaram e lavraram e assinaram em públicos e

espontâneos documentos as principais pessoas do reino e da corte – e porque seu espírito conciliador e sua incontestável independência o faziam aceito a ambos os partidos –, o duque foi chamado à presidência do ministério que enfim, e depois de longas dilações, se organizou para sustentar a ordem existente.

De estudo evito renovar aqui memórias desagradáveis, e agravar injúrias reais ou supostas que então feriram os ânimos tão profundamente que a chaga ainda não sarou; aponto somente os factos capitais da história comum pelo que eles se ligam com a história de família que reconto.

Fossem as causas quais fossem, o movimento progrediu, e com ele as aflições da duquesa, que via seu marido envolvido num insolúvel complexo de dificuldades, traído por uns, mal servido de outros, e colocado em posição de que já começava a ser difícil sair com honra.

Foi de acordo com ele que se adoptou o decreto de 10 de Fevereiro: pensamento altamente conciliador e político naquela circunstância; mas tão vagamente redigido que pôde ser para logo sofismado.

Retirado da política activa, e quase neutral entre os partidos que agora contendiam com mais acrimónia do que nunca, passou o duque até à tentativa de revolução de Torres Novas de 1844, que desaprovou altamente, entendendo dever fazê-lo pelos mesmos motivos por que antes reprovava a do Porto. Haja ou não erro na comparação, é certo que a fez, e subsequentemente se viu que da melhor fé.

Por este tempo os afligiu cruelmente a perda de sua segunda filha, D. Mariana, que faleceu sobre parto. Com esta nova dor de alma se agravaram os padecimentos da duquesa, cuja saúde declinava cada vez mais.

Na esperança de atalhar, pele menos, o progresso, de a distrair e reanimar, empreenderam então uma viagem de há muito meditada. Toda a família passou a França e daí a Itália, que a duquesa tanto quisera sempre e nunca pudera visitar antes.

Percorreram todas as cidades, todos os pontos mais interessantes daquele país de maravilhas. Desde a sua propriedade e antiga casa de seus maiores no Piemonte a Milão, a Veneza, a florença, a Nápoles, enfim a Roma, viram e observaram tudo o que a História, as Artes e a Religião mais tem santificado na Terra.

Roma sobretudo, visitar Roma, a capital da cristandade, assistir às grandes solenidades da Igreja celebradas pelo seu chefe visível na Terra, devia ser, para uma senhora tão piedosa, de inapreciável consolação. Quanto mais sentia decaírem-lhe as forças do corpo, mais se lhe elevava o espírito às contemplanções da religião e às esperanças da eternidade. Foi como uma devota romaria a sua viagem.

No fim do ano de 1845 regressaram a Lisboa para celebrarem o casamento de sua filha D. Catarina, há muito contratado com o conde das Galveias D. Francisco.

Não podia vir com as mãos vazias quem voltava de tão santa romagem. Sempre piedosa, e solícita em seu ânimo e bem-fazer, a duquesa trazia arranjado de França o estabelecer aqui o verdadeiro instituto de S. Vicente de Paula, fundando e dotando uma congregação de irmãs da caridade.

Não quero, deliberadamente não quero, referir os estorvos acintosos que encontrou, as meticulosas e ridículas tergiversações com que por fim lhe conseguiram anular seu piedoso voto e santas intenções. Mas foi assim, e grande a mágoa que com isso teve; nunca se consolou de tão inesperado desapontamento.

Eram princípios do ano de 1846. Abertas as Cortes, o duque se declarou francamente em opposição ao Ministério, que, em sua opinião, levava a extremos perigosos, de fatais e prontas consequências, por um lado a repressão e resistência a todas as ideias liberais, por outro a descompassada latitude dada a operações de crédito, e a relaxação e abusos de todo o género tolerados a quantos tinham parte nestes

negócios ou nos eleitorais – únicos de que o Governo fazia cabedal.

Resumo nestas poucas linhas os memoráveis discursos que então fez. Não os julgo, e repito que não quero encetar aqui discussão alguma política, e nem sequer historiar, quanto mais avaliar o proceder de ninguém nestas nossas últimas e deploráveis lutas, em que o nome português, a própria existência da nação têm sido jogados. Indiferente quem pode sê-lo em tais contendidas? Mas o dia da história não chegou ainda. Nenhum partido, nenhuma facção tem os olhos feitos já para soletrar os severos caracteres com que um buril imparcial deve ir gravando em silêncio os espantosos factos desta época tremenda e única. Pode estar escrito o livro – mas deve estar, e está, fechado a sete selos. Por ora, e para aqui muito menos, nem uma linha dele. Se menciono um facto político, é como o algarismo de uma data: digo que em tal ministério foi isto, que em tal revolução sucedeu aqueloutro, como se dissesse na olimpíada quarta ou quinta, no consulado de Mânlio ou de Semprônio.

Tal era pois a situação política do duque de Palmela, e tais as suas previsões na Câmara, que não tardaram a verificar-se.

A revolução popular do Minho, contida em vão pelas autoridades, por leis excepcionais, combatida pelo exército, por todas as coerções morais, físicas, ordinárias e extraordinárias que é uso empregar entre nós em semelhantes casos – cresceu, exacerbou-se, e lavrou por todo o reino. O Ministério demitiu-se, e o duque de Palmela foi chamado a organizar uma nova administração.

Eram fins de Maio; toda a família se achava na sua quinta de Calhariz, gozando os últimos dias da Primavera, que ali é deliciosa, quando a inesperada nova veio assustar e afligir a duquesa, que naquele sossego, rodeada de seus filhos e de alguns amigos íntimos, procurava enganar os pressentimentos do mal que interiormente a consumia.

Nunca cedeu com mais violência à voz imperiosa do dever. O duque de Palmela era o nome que estava em todas as bocas. Com mais ou menos sinceridade de uns ou de outros, ninguém havia que o não chamasse, que não declarasse ser ele o único homem a quem podia incumbir-se o perigoso e difícil encargo de moderar e dirigir uma revolução, que pelos menos suspeitos era reconhecido não poder já combater-se.

A duquesa cedeu, fez calar os seus tenores, e impôs à sua alma este novo sacrifício, que bem antevia lhe tinha de custar mais que nenhum.

Criada e nutrida em todas as tradições, e digamos ainda, em todos os preconceitos da sua raça, sinceramente convencida de que a origem gloriosa da sua família, se lhe impunha maiores obrigações na sociedade, também lhe dava superiores direitos a um respeito e consideração, que o ciúme popular nem sempre nega, nem sempre concede – é ciúme, e como tal justo e injusto ao mesmo tempo –, a duquesa, como verdadeira fidalga, incomodava-se mais com que subissem até ela algumas mediocridades ambiciosas, do que lhe custava descer ela ao nível de todos. Não há superioridade verdadeira, aristocracia de nascimento ou de merecimento que assim não sinta. E para quem sente assim, não são as ideias de progresso que repugnam; não é a liberdade, não é a igualdade que são odiosas: o que os ofende é o falso liberalismo dos demagogos, desses Titãs da mitologia moderna, que põem o *Péllion* sobre o *Ossa* dos ciúmes e das iras populares para subirem eles, e eles sós, a um *Olimpo* que tão-somente odeiam enquanto lá não chegam.

Mas, além desse tão natural, e se precisa desculpa, tão desculpável sentimento – a duquesa era sinceramente cristã; e como tal, os princípios de liberdade, um governo para bem de todos e no interesse de todos lhe parecia o melhor governo. Fiel à monarquia, adida às tradições da sua classe, não compreendia, contudo, que as classes pobres houvessem, precisassem de ser condenadas ao abandono por isso; acreditava que o Evangelho podia ser realizado, que as leis do Crucificado podiam e deviam ser as leis

do mundo.

Pode dizer-se que a duquesa de Palmela acreditou que a Revolução do Minho era uma genuína efusão dos sentimentos do povo português. Liberal na mais nobre acepção da palavra suportou com paciência os infinitos desgostos que lhe trouxe o angustiador ministério de seu marido nos quatro meses que durou; depois na reacção de 6 de Outubro; e por fim na longa série de incómodos e de aflições que dessa época em diante teve de sofrer até o fim da vida.

Mandado sair peremptoriamente de Portugal, deixou o duque a sua mulher já em muito mau estado de saúde; mas estava longe de saber quão rápidos eram os progressos que o seu mal fazia. Quando por informação confidencial dos facultativos o veio a conhecer, já o rogo para que se fosse reunir a ele estava feito; já ela impaciente se tinha posto a caminho, apesar da estação que adiantava, e de seus padecimentos, que agravaram de dia para dia.

Tinha-lhe custado tanto esta separação pelas circunstâncias e injustiças que a motivaram; passara-se em tantos cuidados e desgostos aquele tempo, no meio da guerra civil, como espectáculo das misérias e desgraças, que a acompanham, diante dos olhos – vendo a morte e o sangue por toda a parte, a fome nas ruas da capital – batendo-lhe à porta sempre como à porta mais bem parada de Lisboa – tudo se juntava às saudades do marido para desejar partir, custasse o que custasse.

Não se foi contudo sem deixar, como sempre, os meios de acudir aos seus pobres, sem derramar muita esmola, muita caridade, muita consolação pelos necessitados de todas as classes e graduações que a ficavam chorando.

Os infelizes prisioneiros de Torres Vedras que inopinadamente, e sem nenhuns meios, tantos deles, eram mandados para o degredo de Angola, foram largamente providos de todo o auxílio que era possível dar-lhes.

Nenhum espírito de partido a animou: eram infelizes e perseguidos; tanto bastava. Se alguém fosse tão bárbaro – realmente o não creio – que lhe fizesse um crime da sua caridade, dar-lhe-ia, verdade seja, um motivo de mais para o ânimo independente e malsofrido da duquesa.

Depois do combate de Setúbal mandou repartir a roupa branca da sua quinta de Calhariz pelos feridos de um e outro lado.

Os alimentos que de contínuo distribuía em sua casa; as quantias maiores e menores com que acudiu secretamente a indivíduos e famílias, não têm número.

Em Julho partiu para Inglaterra e daí passou a França. Cada vez se sentia pior e diminuía as esperanças dos seus. Todo este tempo até princípios do Inverno se passou em consultas dos primeiros facultativos da Europa. Mas a arte não sabia que dizer já, e murmurava as suas últimas desanimadas palavras de melhoria de clima, de Inverno passado na ilha da Madeira.

Já a intervenção das potências tinha comprimido a guerra civil, e foi livre ao duque voltar com sua mulher a Lisboa para daqui seguirem à Madeira. Saíram com efeito de Inglaterra num vapor de guerra britânico, que fazia escala pelos dois pontos em sua direcção ao México. Demoraram-se poucos dias em Lisboa, e foram tentar esse derradeiro recurso dos que já não têm outro.

Saiu feliz a viagem, e os primeiros efeitos do benéfico ar da ilha pareceram animadores. Mas não era paz verdadeira, apenas tréguas do atraído mal, que a combatia. Acudiram e cresceram todos os piores sintomas do último período dessa cruel moléstia; e ao começar da Primavera estavam dissipadas as derradeiras esperanças de melhora.

Vir morrer na sua casa, dar o último suspiro no meio dos seus, abençoar na despedida a numerosa progénie com que Deus a abençoara, tal foi o último desejo da

duquesa.

Urgia o tempo e o mal, redobravam as dificuldades do transporte. Já o embarcar e desembarcar naquele estado era uma operação violenta e arriscadíssima. Tentou-se contudo, e quase moribunda a conduzirem em maca ao escaler, e dali, com mil perigos e dificuldades, a subiram ao navio, que felizmente a pôde trazer com vida ainda a Lisboa.

Seu triste desembarque, seu caminhar lento e quase funeral para a actual residência da família, ao Rato, foi um espectáculo de compungir os mais indiferentes. Levavam a maca alguns marinheiros; o duque com sua filha mais moça (a que só pudera acompanhar e velar sua mãe naquela derradeira jornada) a seguiam a pé. Logo os outros filhos e parentes mais próximos, e alguns amigos íntimos. O cortejo todavia era numerosíssimo, porque engrossava a cada instante com todos os pobres da capital, que acorriam a ver, a lastimar, a abençoar pela última vez a sua mãe. A sua mãe – assim lhe chamavam, assim bradavam por ela. «É a mãe dos pobres. A nossa mãe que vamos perder! Bendita ela seja! Em boa hora a leve Deus e se compadeça de nós!»

Eram as vozes que se ouviam ao passar a melancólica procissão. E este foi o seu maior, o seu verdadeiro elogio, fúnebre ainda em vida, em vida ainda desapaixonado e imparcial como um julgamento da posteridade. *Bossuet, Massillon* ou *Lacordaire* que subissem ao púlpito, e diante de seu féretro derramassem as mais suaves flores de consolação que podem cair do Céu sobre um ataúde – ou descarnassem as mais tremendas verdades que pulverizam em cinza, rojam pelo pó da terra as miseráveis grandezas do mundo, suas vãs pompas e ocas fortunas – nada poderiam dizer que falasse tão alto e tão claro que tanto dissessem ao espírito, ao coração, à própria imaginação como diziam aquelas andas em que a duquesa de Palmela caminhava moribunda para seu palácio, aqueles parentes que a seguiam a pé, e aqueles pobres que a abençoavam e choravam.

Três dias durou ainda; no último, recebido os sacramentos, pôde ainda achar força em seu grande ânimo para se despedir do marido e dos filhos, para dar a estes os seus últimos conselhos e os abençoar.

Teve a morte do justo, serena e resignada. No dia que mais santifica a Igreja, em uma Quinta-Feira Santa às seis horas da tarde – que neste ano de 1848 se contavam 20 de Abril, deu o último suspiro. E porque não seria mercê divina, sinal evidente da graça que ia receber, o ser chamada a contas em tal dia quem tão boas tinha que dar de si?

Esperemo-lo; e que seja esta esperança a melhor consolação de todos os que a choram.

Que nela se abrandem as dores dos seus até que insensivelmente se convertam naquela saudade, que Deus manda depois aos corações que bem amaram, não para que deixem de sofrer – seria impossível –, mas para que se tempere o padecimento, e se possa tolerar a vida.

A impressão que a sua morte causou em Lisboa foi geral e manifesta em todas as classes, e pode sem lisonja dizer-se que não houve excepção no conceito que ela deixou na memória de todos, nem adulação na maneira com que esse conceito se expressou.

A qualidade que na opinião geral mais a distinguia era a sua excessiva caridade, caridade realmente sem limites, e que além de ser nela uma virtude cristã, era também o efeito como que espontâneo e natural da generosidade de seu ânimo e da grandeza das suas ideias. Esta virtude portanto era exercida por ela sem custo, e talvez não fosse a mais admirável das que a adornavam.

Se se quiser bem apreciar entre tantas qual fosse a sua mais relevante virtude, custará a chegar a uma decisão, porque no exercício dos deveres de filha, de esposa e de mãe foi ela igualmente extremosa, e por certo nem uma só mancha deixou no seu manto de pureza. O que deve admirar mais é que ela começou a praticar sucessivamente estes

diversos deveres sem a menor quebra nem interrupção desde a idade quase infantil de doze anos, em que principiou a ser esposa, e de catorze anos em que pela primeira vez foi mãe.

A prática rigorosa das virtudes, não só usuais, mas ainda das mais custosas destes estados, tinha sido feito nela de uma espécie de intuição natural e da disposição ao mesmo tempo afectuosa e rígida do seu coração, ajudada pelos sentimentos religiosos, que a primeira educação de sua mãe lhe inculcou, que o bom exemplo e bons conselhos de suas cunhadas fortificavam, e que o seu progresso sempre seguido na estrada da devoção foi aumentando sucessivamente até à época da sua morte, fazendo-a chegar a um ponto de perfeição que raras vezes terá sido atingido por pessoas colocadas na classe elevada da sociedade em que viveu, e em que sempre ocupou o lugar mais distinto.

Como filha, pode dizer-se que idolatrava a sua mãe, e que sacrificou sua saúde e encurtou seus dias pelas aflições e trabalhos que experimentou no último ano de vida dela. Como esposa, foi exemplar até o mais alto grau de perfeição, objecto de respeito e admiração não só em Portugal, como nos países estrangeiros. Como sua mãe, consagrou-se sem limites e sem reservas aos cuidados que exigia a educação de quinze filhos, que teve com distância de trinta anos desde o nascimento do primeiro até ao último. Foi exemplar e superior a todo o elogio no cumprimento destes deveres, e gozou a consolação de ver coroados estes esforços e correspondidos os seus desvelos pelo afectuoso carácter e procedimento de todos os seus filhos sem excepção, podendo asseverar-se com verdade que de nenhum deles teve motivo de queixa, nem a sofrer outro desgosto mais do que a terrível dor que partiu o seu coração quando sobre ele se descarregaram sucessivamente os golpes da morte de sete filhos, quatro dos quais já eram adultos, e uma na idade em que começa a sair-se da infância.

De todas as tribulações que sofreu nesta vida, a primeira, a mais dolorosa e maior foi sem dúvida a morte de seu filho primogénito, com que Deus quis que ela comprasse a glória de que está gozando, e deixou o seu coração coberto de um luto de que nunca de desassombrou. Os seus desvelos, os seus trabalhos, a sua incansável assistência e ansiedades, fatalmente terminadas na morte de cada um de seus filhos, não podia deixar de destruir por fim a robusta saúde de que ela havia sido dotada pela Natureza.

Acrescenta-se a estas grandes e terríveis aflições morais, os trabalhos de uma vida agitada por frequentes viagens, por alternativas de fortuna, mais do que é dado ao comum das pessoas da sociedade experimentar ordinariamente neste mundo. Além disto os cuidados que tantas vezes teve de sofrer pela sorte de seu marido, com o qual tão terna e inteiramente se identificava, que a não distinguia da sua própria, senão para a sentir com uma veemência ainda maior. Todas estas excitações, que poderão avaliar-se reflectindo sobre a série dos acontecimentos que se acham sucintamente expostos nesta memória, influíram tanto mais na sua saúde quando recaíam numa constituição por extremo sensitiva e calorosa de sua natureza, não obstante os esforços com que a reflexão e a religião contribuíam para a reprimir, e para sujeitá-la com resignação, senão com paciência, às injustiças deste mundo. Os que conheceram a duquesa podem atestar que o seu carácter representava o mais singular contraste de vivacidade e de doçura, de modo tal que tomava até as desgraças de todos como se fossem suas próprias, as contrariedades mais comuns da vida como desgraças pungentes, ao mesmo tempo que se sujeitava aos golpes mais terríveis, e abraçava as resoluções mais árduas com heróica disposição e com a constância e impavidez de uma sã consciência. Outro contraste podia distinguir-se também nela, e era o da elevação das suas maneiras ao par das mais altas situações, a ponto de haver sido notada e admirada nas cortes estrangeiras, quando por outro lado a sua humildade era natural e extrema; e o pouco conceito que fazia de si mesma não era nem afectado nem falso, de modo que ficava patente que o seu

comportamento era inspirado pela convicção de que devia desempenhar uma obrigação que lhe era incumbida.

Procurei fazer justiça aos sentimentos da duquesa de Palmela apresentando em poucos traços as suas eminentes qualidades; não seria porém completo o retrato, se deixasse de fazer menção do seu engenho pronto, penetrante, guiado sempre por um senso recto, que lhe fazia entender claramente e apreciar com acerto os objectos de que se occupava. Nem poderá esquecer jamais aos que tiveram a fortuna de viver na sua familiaridade, a amabilidade do seu trato sempre isento de affectação, e frequentemente ornado de um brilho gracioso e improviso. Dotado de uma disposição jovial e amena, captava por isso facilmente os corações, e sarava as ligeiras ofensas que a sua inocente vivacidade podia às vezes ocasionar, pela extremosa bondade com que reconhecia qualquer pequeno excesso desta natureza, pela evidente e límpida pureza de suas intenções que não podia desconhecer-se. As tendências mais delicadas do carácter de senhora eram nela, por assim dizer, inatas, e sempre equilibradas pelo exercício das virtudes evangélicas e pela maior austeridade de princípios. Nenhum vivente prestou jamais tão religioso culto à verdade. Não consta que na sua vida ela a transgredisse uma única vez, não só pela falsidade nem pela mais leve dissimulação. Os seus actos eram sempre praticados à luz do dia, e não careciam de véu. O seu coração era transparente, e decerto que não levou nele pensamento ou segredo algum oculto de que tenha a dar conta perante Deus, que avalia os pensamentos e as acções humanas.

No dia 22 do mesmo mês de Abril, pelas duas horas da tarde, se fez o serviço fúnebre da duquesa de Palmela na freguesia da Encarnação. Os seus restos mortais, que por feminil pudor e por humildade cristã ordenou que não fossem embalsamados, estão depositados no jazigo da família no Cemitério dos Prazeres.

Que descanse em paz, e que a luz eterna sobre ela resplandeça!

NOTAS

Nota A

Foram seus pais..., e D. Domingos de Lima, da casa dos marqueses de Ponte de Lima ...

Do mesmo consórcio tinham nascido: D. Francisco Teles, que casou com o marques de Castelo Melhor, D. Afonso; D. Tomás Te/es, marquês de Nisa, herdeiro presuntivo da casa de sua mãe, e que casou com D. Tomásia de Meio, sendo pai do actual marquês de Nisa; D. Maria Telex, casada com o conde de Sabugo!, D. Manuel Mascarenhas; e D. Ana Teles. Os dois primeiros eram mais velhos do que a duquesa, eos dois segundos mais moços.

Nota B

depois conde e marquês; hoje duque de Palmela ...

D. Pedro de Sousa e Holstein, filho de D. Alexandre de Sousa e Holstein e de D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho, nasceu em Turim a 8 de Maio de 1871, 1.º conde de Palmela em 11 de Abril de 1812, 1.º marquês em 3 de Julho de 1825, e 1.º duque do mesmo título em 13 de Junho de 1833, conde de Sanfré no Piemonte, 13.º senhor do morgado do Calhariz, Monfalim e Fonte do Anjo.

Nota C

Aí lhe nasceu também o seu primeiro filho, D. Alexandre ...

D. Alexandre de Sousa e Holstein, conde de Calhariz, nasceu em Cádiz a 21 de Março de 1812.

Nota D

e abraçou pela primeira vez, sua filha D. Eugénia ...

D. Eugénia de Sousa e Holstein, marquesa das Minas, nasceu a 6 de Março de 1813.

Nota E

já mãe de outra menina, D. Isabel, partiu ...

D. Isabel de Sousa e Holstein. nasceu a 12 de Novembro de 1816 e faleceu a 15 de Junho de 1817.

Nota F

o nascimento de seus dois filhos, D. Domingos e D. Manuel ...

D. Domingos de Sousa e Holstein, marquês do Faial, nasceu a 28 de Junho de 1818.

D. Manuel de Sousa e Holstein nasceu a 11 de Outubro de 1819 e faleceu a 2 de Fevereiro de 1837.

Nota G

Aumentada a sua família por uma filha (D. Mariana) ...

D. Mariana de Sousa e Holstein nasceu a 25 de Março de 1821 e faleceu a 20 de Março de 1844.

Nota H

complicando-se com o nascimento prematuro de outra filha (D. Marta) ...

D. Maria de Sousa e Holstein nasceu a 27 de Setembro de 1822 e faleceu a 29 de Agosto de 1834.

Nota I

de todos os que estavam marcados pelo ódio da facção absolutista ...

O duque de Pamela não cooperou directa ou indirectamente para os acontecimentos que em Maio de 1823 destruíram a forma de governo constitucional, e

deve-se-lhe a ele e ao conde de Subserra ter prevalecido um sistema de moderação e de brandura em lugar de reaccionário e violento pelo qual propugnavam alguns dos outros ministros, apoiados por uma alta personagem. Se a promessa da outorga da Carta não foi cumprida, não foi à míngua de esforços, que muitos fez o duque para o seu leal cumprimento dentro e fora do reino. Não é este o lugar, nem o tempo ainda é apropriado para deslindar a história desse período. O duque de Palmela, achando-se embaixador junto da regência de Cádiz, tinha já manifesta numa respeitosa representação, dirigida para o Rio de Janeiro ao príncipe regente as suas ideias a favor de estabelecimento do regímen constitucional entre nós. Em 1823, quando em Borba foi convidado para assistir à aclamação do governo absoluto do senhor D. João VI, assinou o auto com uma referência bem explícita à promessa da Carta. Em Junho desse ano, sendo ministro dos Negócios Estrangeiros, escrevia a Mr. de Chateaubriand, ministro de Luís XVIII. o seguinte: *A carta que S. M. se propõe outorgar como um justo galardão da fidelidade e das virtudes patrióticas dos seus súbditos, bastará sem dúvida para satisfazer a opinião da parte sensata da nação, para curar gradualmente as feridas que a revolução deixou, e para manter uma tranquilidade duradoira*, Ignoramos qual foi a resposta de Mr. de Chateaubriand, mas será fácil adivinhá-la vendo-se o que este dizia em 12 de Julho a Mr. de La Ferronais, embaixador francês em Sampetersburgo: *Le comte de Palmela m'a écrit, il veut faire donner une constitution au Portugal... Je ne vois pas du tout dans l'état d'effervescence où se trouve encore le Portugal, pourquoi la commission de Lisbonne se presserait de publier un code politique fait au milieu du choc des passions et des intérêts*. Infelizmente prevaleceram as intrigas arteiramente empregadas para se não publicar a Carta; e nem o diploma régio de 4 de Junho de 1824, que anunciava a convocação das antigas Cortes, e a esperança de ser fixada regularmente para o futuro essa convocação, veio a ser executado, porque o duque e o conde de Subserra deixaram de ser ministros de El-Rei.

Nota K

e foi sua mulher que teve a satisfação de o ir soltar...

«Mr. Hyde de Neuville solicitou então a soltura do marquês de Palmela, que sendo-lhe prometida pelo infante, tirou fora de si a Rainha, que rompendo nesta ocasião o silêncio até ali guardado por ela, numa sala próxima donde espreitava tudo, exclamou: *se o soltam está tudo perdido*; e dizendo isto partiu logo para Queluz.» – Soriano, *Hist. do Cerco do Porto*, vol. I, 1ª ed., pág. 168.

Nota L

acrescida... por mais dois filhos, D. Teresa e D. Rodrigo...

D. Teresa de Sousa e Holstein, condessa das Alcáçovas, nasceu a 14 de Dezembro de 1823. D. Rodrigo de Sousa e Holstein nasceu a 13 de Dezembro de 1824 e faleceu a 25 de Abril de 1840.

Nota M

Ainda estava de cama sobre o parto de sua última filha, D. Ana...

D. Catarina de Sousa e Holstein, condessa das Galveias, nasceu a 22 de Agosto de

1826. D. Ana de Sousa e Holstein nasceu a 5 de Junho de 1828.

Nota N

e a cujo serviço e educação ela de bom grado e inteiramente se consagrava...

Seria grave omissão não declarar que a Sr^a D. Leonor da Câmara (hoje marquesa da Ponta Delgada) foi a pessoa a quem coube a honra de superintender regularmente a educação de S. M., de quem fora nomeada dama; e que esta senhora, que residia em Lisboa com a sua família, assim que lhe constou por via do marquês de Palmela a importantíssima missão que lhe era destinada, não hesitou em sacrificar o seu descanso e correr o risco de uma evasão da capital para obedecer às inspirações do seu coração e da sua lealdade.

Nota O

e que lhe fora como segunda mãe, a condessa de Alva...

A condessa de Alva faleceu em Paris a 28 de Abril de 1829.

Nota P

a perda de dois filhos, D. Pedro e D. Mano...

D. Pedro de Sousa e Holstein nasceu a 8 de Janeiro de 1830 e faleceu a 6 de Março do mesmo ano.

Nota Q

obtivera os primeiros prémios na Universidade de Londres...

Tendo oito para nove anos de idade começou o estudo do latim na Aula das Necessidades sob a direcção do professor padre Fernando Garcia. Este curso foi interrompido pelo desterro do marquês de Palmela em Borba no ano de 1821. Mi cuidou o marquês pessoalmente da educação de seus filhos, e teve a satisfação dever D. Alexandre fazer rápidos progressos no latim, em história, em geografia, nos princípios elementares das matemáticas, bem como no francês e no inglês. Desde 1823 até 1825, frequentou novamente a Aula das Necessidades. Em 1825 acompanhou seu pai a Inglaterra, e como se destinasse à carreira das armas, foi admitido no Colégio Militar de Sandhurst. Destinava-se a frequentar a Universidade de Coimbra em 1828, tendo assentado praça num corpo de artilharia de Portugal; mas os sucessos políticos o obrigaram a embarcar no Porto a bordo do vapor *Belfast* por ocasião da entrada das forças de D. Miguel nessa cidade. O nome do jovem conde (que contava então dezasseis anos) foi compreendido na famosa sentença da alçada miguelista; e condenado a degredo perpétuo para a Índia, visto (dizia a sentença) haver provas suficientes de que, pelo desenvolvimento da sua inteligência, estava ao facto da gravidade do crime que cometia. Desde então até ao fim de 1830 seguiu os cursos da Universidade de Londres; e limitamo-nos a copiar um extracto dos honrosíssimos certificados que obteve dos professores desse instituto, porque dão ideia cabal de seu mérito.

CERTIFICADOS DA UNIVERSIDADE DE LONDRES

– No exame dos estudantes de Filosofia Natural do curso de 1828-1829, que teve lugar a 9 de Julho de 1829, o conde de Calhariz foi colocado na primeira classe, e teve o primeiro prémio desta Faculdade. – (Assinados) *H. Brougham Lansdowne*, membros do conselho. – *D. Lardner*, lente da Faculdade. – *L. Horner*, cancelário.

– No exame dos estudantes de Filosofia Natural (divisão superior) do curso de 1829-1830, que teve lugar a 14 de Julho de 1830, o conde de Calhariz foi colocado na primeira classe. – (Assinados) *H. Hallam, J. L. Goldsmid*, membros do conselho. – *D. Lardner*, lente, etc. *L. Horner*, cancelário.

– No exame dos estudantes de Matemáticas Elevadas (divisão superior) do curso de 1829-1830, que teve lugar a 14 de Julho de 1830, o conde de Calhariz foi colocado na primeira classe. – (Assinados) *H. Hallam, Sandon*, membros do conselho. – *A. de Morgan*, lente, etc. – *L. Horner*, cancelário.

– Certifica-se que o conde de Calhariz frequentou assiduamente o curso de Química em 1828-1829, servindo este documento para manifestar a nossa aprovação pelo modo por que ele figurou nos exames públicos da Universidade. Teve a medalha de ouro da Universidade como o mais distinto estudante desta classe. – (Assinados) *H. Brougham Aukland*, membros do conselho. – *E. Turner*, lente, etc. – *Horner*, cancelário.

– No exame dos estudantes de Grego do curso de 1829-1830, que teve lugar a 14 de Julho de 1830, o conde de Calharia foi colocado na primeira classe, e teve o primeiro prémio. – (Assinados) *H. Hallam, Sandon*, membros do conselho. *G. Long*, professor – *L. Horner*, cancelário.

Em Paris frequentou como aluno externo vários cursos da Sorbona e do Jardim das Plantas no ano de 1831.

Estava justo a casar com sua prima D. Isabel de Sousa Botelho, filha dos condes de Vila Real; e pode dizer-se que só esta e mui inocente paixão experimentou duramente a sua curta vida; pois que, bem diferente da maior parte ou talvez de todos os mancebos da sua idade, conservou-se sempre imaculado, não obstante a sua livre e inteira comunicação com a sociedade, e a viveza e alegria natural do seu génio, despido igualmente de hipocrisia e de aspereza.

No Inverno do ano acima indicado partiu para a ilha de S. Miguel por causa da afecção pulmonar de que havia sido atacado; e agravando-se essa enfermidade, faleceu em Ponta Delgada aos 21 de Junho de 1832.

O Jornal dos Debates, de Paris, publicou logo depois desta funesta perda o seguinte artigo necrológico:

«D. Alexandre de Sousa e Holstein. conde de Calhariz, primogénito do marquês de Palmela, acaba de falecer na ilha de S. Miguel depois de uma prolongada e dolorosa moléstia. O jovem conde, que apenas contava vinte anos, fazia toda a ventura da sua família e era já um ornamento da sua Pátria, tanto pela cultura de seu espírito, como pela elevação do seu carácter e bondade do seu coração.

«Em 1828, tendo apenas dezasseis anos, partiu para o Porto a fim de reunir-se aos defensores da rainha D. Maria II e das liberdades portuguesas, afrontando os perigos, com a alegria própria da sua idade, e com sentimentos do homem feito.

«Regressando a Londres viu-se destituído da opulência em que fora educado. As privações que sofreu só pareciam tocá-lo por causa da sua família. Foi um dos primeiros alunos da Universidade de Londres, distinguindo-se entre os estudantes mais espirituosos e aplicados, e granjeando os primeiros prémios. Tendo concluído os seus estudos na Universidade de Londres veio estabelecer-se em Paris onde cultivou as ciências exactas

e as naturais com ardor tal que contribuiu muito para o pronto desenvolvimento da sua enfermidade.

O empenho em ser útil á sua Pátria sugeriu-lhe a ideia de reger um curso de Física e Química, admitindo nele alguns seus amigos e compatriotas então residentes em Paris, para que mais tarde se generalizassem em Portugal estes estudos, O jovem professor houve-se de um modo muito distinto, exprimindo-se com muita clareza e ao mesmo tempo com uma bem rara modéstia.

A moléstia fazia porém rápidos progressos. O conde de Calhariz saiu de Paris, e partiu com sua mãe para a ilha de S. Miguel, onde sucumbiu apesar dos esforços de hábeis facultativos e dos cuidados de seu pai e de sua mãe, de quem era idolatrado. Nomeio dos seus padecimentos nunca se mostrava ocupado de si, mas só de sua família e do porvir da Pátria.

Quando lhe anunciaram que devia receber os sacramentos respondeu candidamente:

«Já tinha pensado em cumprir esse dever, mas julguei que poderia esperar que partisse a expedição para não perturbar meu pai nas suas occupaões.» Esta linguagem é na verdade tocante, e bastava para fazer o elogio do jovem conde de Calhariz, cuja perda foi uma desgraça cruel para a sua família, e objecto de eterna saudade para todos os seus amigos.»

Nota R

O marquês de Palmela conseguiu preparar a expedição do Algarve...

Auxiliado pelos esforços patrióticos do seu amigo Luís António de Abreu e Lima (hoje visconde da Carreira), de Rodrigo da Fonseca Magalhães. e pelos meios pecuniários granjeados por Henrique José da Silva (hoje barão de Lagos), e pelo barão de Quintela (hoje conde de Farrobo).

Nota S

Foi... nomeada dama de honor de S. M. a Rainha...

No reinado antecedente havia sido nomeada dama de Santa Isabel. e tinha a Ordem espanhola de Maria Luísa.

Nota T

e nasceu o décimo terceiro filho, D. Francisco...

D. Francisco de Sousa e Holstein nasceu a 20 de Abril de 1838.

Nota U

Nasceu prematuramente o filho (D. Tomás)...

O. Tomás de Sousa e Holstein nasceu a 31 de Dezembro de 1839.

Nota V

O marquês do Faial lhe apresentou uma neta...

O. Maria de Sousa e Holstein nasceu a 4 de Agosto de 1841.

Nota X

*e pouco depois a duquesa deu felizmente à luz seu décimo quinto e último filho,
D. Filipe...*

D. Filipe de. Sousa e Holstein nasceu a 26 de Dezembro de 1841.

MEMÓRIA HISTÓRICA
DE
J. XAVIER MOUZINHO DA SILVEIRA

Lisboa – 1849

Intentou igualar a república e dar-lhe complemento:
tinha-o pela mais bela coisa, e o era.

PLUTARC., AGIS.

José Xavier Mouzinho da Silveira, da herdade da Silveira, do Conselho do Sr. Rei D. João VI, seu ministro da Fazenda; depois secretário de Estado da mesma Repartição e da Justiça, de S. M. I. o Duque Regente D. Pedro durante a expedição dos Açores e no cerco do Porto, deputado em Cortes em 1834 e 1840; nasceu em Castelo de Vide no Alentejo em 12 de Julho de 1780, morreu em Lisboa em 4 de Abril de 1849.

Mandou por testamento que o seu corpo tivesse jazigo na ilha do Corvo, nos Açores.

Nestas palavras simples, escritas sem nenhum aparato em um papel destinado a viver um dia – mas que Portugal e a sua história devem gravar naquelas tábuas perpétuas que sobrevivem às mesmas nações, está dita em seus principais capítulos a existência toda de um homem distinto, e que decerto foi muito superior a esses improvisados *grandes homens* vulgares de que a nossa época abunda.

Já que, nesta babel em que vivemos, tudo passa inapercebido no meio da confusão de todo o pensar e sentir; já que esta é a terra clássica da ingratição, regada pelo Lete do Desmazelo e do Não-se-me-dá da mais estupenda caducidade em que pode cair um povo – quero eu pôr sobre a sepultura deste bom patriota um *memento* ao menos, dos que em tantas sepulturas tenho posto, para que no dia em que os nobres sentimentos acordaram em Portugal, não suceda procurar-se onde jaz – e não o saber já ninguém.

Menos feliz do que o pobre puritano escocês de W. Scott, que andava avivando as inscrições obliteradas dos seus mártires, eu apenas posso ir pondo estas cruces de madeira tosca nas mal assinaladas covas dos bons portugueses que nos vão deixando. E devo de ser mais ridículo personagem: o caso é para isso, e o país também.

Demais que nem fanático sou: conheço os erros, discordo em doutrinas daqueles mesmos cuja memória venero e a desejo ver acatada, não como prosélito ou correligionário que seja, mas como português a quem dói o culposo descuido dos seus.

Seja qual for o juízo que deles se forme, e o sentimento com que se considerem os muito notáveis actos da vida pública de certos homens superiores, não é possível deixar de reconhecer neles essa superioridade que lhes fez criar uma época transformando a sociedade, e determinando, na vida de um povo, crises graves, donde lhe conheça nova existência.

Mouzinho da Silveira foi um destes homens. Primogénito de uma família considerada na sua província, herdeiro de um vínculo de alguma importância, dedicou-se às letras e seguiu a vida de magistratura. Depois de fazer os lugares de juiz de fora de Marvão e de Setúbal, onde seus ditos agudos e originais são ainda lembrados, achava-se no ano de 1820 provedor em Portalegre.

A reputação da inteligência e probidade que adquiriu no exercício destes cargos, sua instrução não vulgar, e a conhecida adesão aos princípios da reforma proclamada pela revolução daquele ano, lhe alcançaram muito grande consideração no partido que

então regia os negócios públicos, e de cujos membros mais influentes era, além disso, amigo pessoal e íntimo.

Para logo foi chamado à capital, e lhe confiaram o importante lugar de administrador-geral da Alfândega de Lisboa, onde então se requeria um homem de lei, magistrado experiente e consumado, que soubesse e desejasse julgar com acerto nas contínuas e difíceis pendências que ali se movem, e que não é para homem leigo, por muito hábil e zeloso que seja, decidir sem inconveniente. Juiz entre os interesses do fisco e os dos particulares, fomentador, não vexador do comércio, o chefe daquele vasto estabelecimento não pode ser um mero colector de tributos, um publicano: é também um magistrado protector do comércio, da navegação e da indústria nacional.

Assim entendia, e assim exercia Mouzinho o seu cargo: e nada perdeu o fisco, antes ganhou imensamente com a sua liberal administração, que fez render mais a Alfândega de Lisboa do que há muitos anos não produzia.

Absorvido por estas graves occupações, não tomou parte nas contentas políticas em que tudo então fervia; antes, seu espírito recto e eminentemente prático, naturalmente fugia daquelas supremas questões de teoria, daquelas lutas dogmáticas em que a revolução se gastava, tripudiando, para assim dizer, em torno da árvore dos preconceitos e dos abusos, que medrava e robustecia mais com esses tripúdios, enquanto – segundo ele – era mister tomar, de ambas as mãos, o machado de reforma, decepar e extirpar.

Fosse essa a causa ou fossem outras com ela, os primeiros meses do ano de 23 viram ir-se fundindo a revolução, evaporado seu calor sem nenhum efeito, e a contra-revolução levantando audazmente a cabeça por toda a parte.

Pelos fins de Maio, as Cortes pediram directamente a El-Rei a demissão do Ministério, e se improvisou novo gabinete, no qual deram a Mouzinho a pasta da Fazenda. Recusou a nomeação: mas El-Rei não quis aceitar escusas, e terminantemente lhe ordenou que entrasse no exercício de seu novo cargo.

Poucos dias, e quase se pode dizer, poucas horas, durou aquele gabinete, assim como a revolução que o produzira em suas últimas agonias.

A rebelião do regimento 23 de infantaria, a conspiração e a fuga do Infante foram em breve imitadas pelos outros corpos da guarnição de Lisboa, e enfim pelo mesmo Rei; a quem todavia, já não restava mais opção do que entre seguir e sancionar a revolta ou ser destronado por ela.

Todos os outros ministros abandonaram os seus postos e as suas pastas com a ausência de El-Rei: Mouzinho entendeu que a natureza especial do Ministério que lhe fora confiado não permitia que ele fizesse outro tanto.

Permanecer de guarda ao Tesouro Público, velar por que a anarquia não desbaratasse tudo numa capital deixada sem governo – pareceu-lhe que era seu principal dever. No tremendo impulso de furor com que vinha a reacção, o acto foi certamente audaz.

Muitos mui variadamente têm julgado da resolução do ministro constitucional que ousava sobreviver à Constituição. Como simples escrivão neste processo, eu narro os factos; e juntando os principais documentos, faço tudo concluso à opinião que deve julgar.

Tenho diante de mim a representação original do ministro a El-Rei, e a resposta deste, escrita à margem do próprio punho do monarca, registado tudo na Secretaria – segundo os antigos estilos de chancelaria que ainda então se usavam.

O documento pertence à história; vou transcrevê-lo por inteiro.

Representação

«Senhor, V. M. foi servido ordenar-me que aceitasse o emprego importante de ministro e secretário de Estado, dos negócios da Fazenda, e foram baldadas minhas súplicas, e meus motivos de escusa. V. M. ordenou; e eu obedeci como devia.

Colocado nesta situação, não me atrevo a largar meu posto sem receio de desagradar a V. M. e de acelerar os horrores da anarquia, e vou persistindo nele apesar do risco de minha vida.

Como não posso mandar coisa alguma, senão em nome de V. M., me limito a vigiar sobre a segurança e tranquilidade dos habitantes desta bela cidade: e fique V. M. na certeza de que nenhuma quantia sairá do Tesouro por ordem assinada por mim, ainda que a minha obrigação me exponha a perder a existência, salvo unicamente alguma indispensável para a conservação do todo, e da tranquilidade pública.

Não cuide V. M. por isso que eu pretenda afiançar a segurança da cidade, ou a conservação dos fundos públicos; pelo contrário julgo tudo arriscado se tardarem as providências do Trono. V. M. mandará o que for servido. – Lisboa, 31 de Maio de 1823. – *José Xavier Mouzinho da Silveira.* »

Resposta à margem do próprio punho de El-Rei

«Pela proclamação, que remeto, e que o Mouzinho fará já publicar, verá os princípios que tenho adoptado; e para executar as minhas ordens, virá pessoalmente recebê-las de mim.

Paço de Vila Franca em 31 de Maio de 1823.

Registado a folhas 80 do livro 7º de Decretos.»

Partiu em obediência a estas ordens; e cordialmente foi recebido do bom Rei, que o tratou sempre com a mais distinta benevolência.

«Senhor», disse o ministro ao Monarca logo nas primeiras palavras, «V. M. não tem que escolher senão entre dois caminhos, ambos extremos e ambos perigosos. Ou Tito ou Nero.» – «Já escolhi», respondeu o Rei, «quero ser Tito.» E é sem dúvida que o ânimo bondoso e indulgente daquele infeliz príncipe simpatizava com os que se atreviam a confortá-lo em sua natural disposição. *Atrever-se* é a palavra exacta: porque nos tempos odiosos e odientos de uma reacção é preciso grande audácia para falar em generosidade e indulgência.

Porque são tão vingativos os cobardes? Porque são tão zelosos e justiceiros os indignos? A resposta é fácil: e todos os dias no-la estão dando os factos.

Não era possível que o partido violento e exacerbado da reacção tolerasse muito tempo no Gabinete um homem cujos princípios tão conhecidos eram, e que timbrava de falar verdade ao Monarca infelicíssimo cuja coroa e cuja cabeça estavam proscritas nos conciliábulos da facção absolutista.

Acusado a El-Rei de *pedreiro-livre* pelo ministro da Justiça Marinho – confessou francamente que tinha pertencido a essa associação; mas sustentou que ela era inocente, e assegurou a El-Rei que, sob essa cor pretexto, os facciosos do dia o queriam privar de seus mais seguros amigos. Bem o conhecia o pobre do Rei: mas que valia conhecê-lo? Ele nunca fora menos Rei, nem tivera menos autoridade do que desde que lha pretendiam sustentar tão absoluta.

Mouzinho pediu a sua demissão, que prontamente lhe foi dada, mas com todas as considerações de forma e de benevolência com que o bom Rei quis distinguir o ministro de que o privavam. O decreto por que foi aceita a demissão é de 19 de Junho de 1823, que o manda voltar ao emprego de administrador-geral da Alfândega e lhe conserva as honras de ministro: distinção que naquele tempo não era ainda banal e de tarifa.

Por esta mesma ocasião lhe foi dado o título de conselheiro: notável atraso na civilização daquela época! No quarto de século ora decorrido temos andado um milénio! Pois então ainda passaram dois anos mais para lhe concederem o foro de fidalgo-cavaleiro, que tem no alvará a data de 8 de Agosto de 1825.

Parecerá incrível a qualquer dos nossos caixeiros da Baixa –e da Alta também: pois é verdade; Mouzinho da Silveira morreu sem nenhuma outra distinção. E é certo que as não despreza por princípios, nem se tinha em tanto que por demasia de orgulho as não quisesse.

A sua despedida de El-Rei no acto da saída do Ministério merece comemorar-se; e não posso fazê-lo melhor do que transcrevendo aqui um apontamento autógrafo do mesmo ministro em que a descreve naquela frase tão solta e original que era o seu estilo característico.

Memorando

No dia 19 por noite fui à Bemposta, levando a S. M. o decreto da mesma data criando um fundo de amortização; e quando ele acabou de assinar, eu que sabia da minha honrosa demissão, lhe disse: «Senhor, Deus sabe tudo, os homens nada sabem: e queira o mesmo Deus que V. M. tenha sempre, nos seus tempos felizes, homens que lhe digam a verdade com a mesma coragem com que eu a disse nos seus tempos desgraçados em defesa de

V. M., e dos direitos dos homens.» S. M. ouviu com agrado; e como fosse para assinar o decreto que me demitiu, eu, que estava sentado à direita, fui andando à roda da mesa para a esquerda, e quando ele acabou lhe dei muitos beijos na mão para indicar o meu agradecimento e prazer. Depois disse-lhe: «Estou sempre pronto para servir a V. M. em qualquer lugar ou emprego, seja em Cabo Verde ou na Europa, seja mais elevado, ou em alcaide; mas como V. M. me admitiu no seu Conselho, e nele me conserva, devo dizer a V. M. que nunca forme juízo de alguém pelo que lhe disserem, mas sim pelos factos que observar; que deixe a cada um as relações entre Deus e ele, porque só Deus pode ajuizar delas; que premeie as virtudes e que puna os delitos segundo as provas. Quanto a mim, servi com zelo nos tempos constitucionais, servirei com zelo nestes tempos, porque o homem de bem não cogita tanto da pessoa que governa, como do bem do público, governe quem governar.» Então beijei a mão a S. M. e me retirei.

Nas últimas palavras deste memorando está consignada a profissão de fé política de um homem que todavia mais serviços fez do que nenhum ao seu partido. Não sei como esse partido possa censurá-lo. Compreendo a acusação de revolucionário e de radical que lhe fazem outros; entendo que esses lhe chamem fanático de liberdade e de liberalismo. É certo que não declamava como Graco; mas a lei agrária fê-la ele sem gritaria.

Fez bem, fez mal? – Não quero responder eu, e sobretudo aqui. Os factos falarão, e já vão falando por si e por ele.

Não antecipemos.

Mouzinho voltou ao seu antigo cargo da administração da Alfândega, que serviu com todo o zelo e acrescentado proveito para a Fazenda. Honrado do Príncipe, respeitado na corte, e geralmente estimado ainda dos mesmos que, por mais facciosos e por adversos a seus princípios políticos, o temiam, viveu tranquilamente todo o tempo que decorreu desde então até ao famoso mês de Abril de espantosa memória.

Mas um homem que juntava, como ele, os dois imperdoáveis crimes de ser, ao

mesmo tempo, liberal e amigo do Rei, não podia deixar de ser proscrito pelos facinorosos da Abrilada. Fiado em que não tinha culpas, em que se tinha reduzido à inactividade política, ele esperava tranquilo em sua casa o desfecho da tempestade. Não tardou a aparecer-lhe um agente dos revolucionários para o prender. E Mouzinho resistiu, não se deu à prisão, protestando que sem licença do secretário de Estado não podia ser preso por seu privilégio de ministro honorário.

O magistrado que fazia a prisão hesitou, e acedeu por fim diante da energia a decisão que não esperava; mas depressa voltou armado da ordem da Secretaria, porque um dos principais conspiradores daquele dia era o ministro do Reino, e foi portanto fácil dar em nome de El-Rei todas as ordens que os facciosos queriam contra o Rei e contra seus amigos.

Foi preso Mouzinho, e permaneceu no castelo até que, posto El-Rei a salvo na nau inglesa *Windsor-Castle*, a conjuração deixou de ter objecto, os conjurados desanimaram; e restabelecido o predomínio da ordem legal, Mouzinho obteve, com as outras vítimas designadas, a liberdade.

Imediatamente se apresentou a El-Rei, que o recebeu com as mais vivas demonstrações de agrado e de consideração.

No resto do seu reinado, durante a regência da Senhora Infanta D. Isabel, viveu quietamente.

Seus modos francos e originaes, a transcendência de seu espírito e um honrado proceder lhe granjearam a amizade dos dois embaixadores que entre si dividiam toda a influência da época e da situação. Com o de França, Mr. Hyde de Neuville, era íntima e cordial a sua amizade. Ao de Inglaterra, Sir W. Accourt (Lorde Heytesbury) não devia menor estima. Neste círculo diplomático em que vivia se distinguiam também, entre outros, o barão de Palencia, ministro da Rússia, e aquele nosso bom, galante e de tão saudosa memória o cavalheiro Dalborgo, tantos anos encarregado de Negócios da Dinamarca na nossa corte, hoje residente na de Madrid, onde suas amáveis qualidades lhe obtiveram a mesma estima e afeição, e onde, pela generosidade com que, naquele país clássico das proscricções, estendeu a bandeira dos antigos reis dos mares sobre tanta vítima do fanatismo político, mereceu que a Rainha Católica o saudasse do bem-vindo título de barão do Asilo.

Merece referir-se, porque melhor faz conhecer o homem e avaliar seu carácter, que, ao mesmo tempo que assim vivia com o corpo diplomático e com as pessoas que então se podiam chamar do partido de El-Rei ou moderado, Mouzinho conservava sempre as suas antigas relações de amizade com muitos dos principais influentes no partido retrógrado, das violências, ou, para o definir melhor, do Infante. Sua velha e constante amizade com a então omnipotente família dos Guiões nunca foi alterada. Tão-pouco se mudou depois quando a fortuna a desamparou, e a maior parte dos outros amigos se lhe foi com ela.

Enfim, depois das longas e terríveis oscilações que fazem a palpitante história dos cinco anos decorridos de 23 a 28, Mouzinho teve de emigrar; e lá foi confundir-se, no exílio, com todos os diversos matizes de cores políticas que expulsava da Pátria a predominante e intolerantíssima bandeira vermelha da facção absolutista.

Paris, a pátria comum, e a capital da Europa pela inteligência, acolheu benignamente o illustre proscrito. Ali se fixou com a sua família, rodeado da simpatia dos muitos amigos que o souberam estimar e apreciar: simpatia que ele se fazia timbre de apregoar, lhe não foi estéril nas horas da abertura. Sobre todos principalmente se ligou com a família Sampaio ali estabelecida, ramo da que tão conhecida e estimada é entre nós, bem como em Inglaterra. Ao chefe daquela família, hoje falecido, António Sampaio, homem notável, de conhecimentos e carácter não vulgares, deveu obrigações

e favores que por toda a parte e com sua costumada franqueza engrandecia sempre.

Assim viveu, feliz quanto um desterrado pode sê-lo, na grata conversação de bons amigos, e estudando praticamente as instituições e os homens, lendo bastante, meditando mais, e fazendo, à guisa de todos os emigrados, projecto sobre projecto, plano sobre plano. Dos seus porém deve dizer a justiça que nenhum era de engrandecimento pessoal, que todos tinham por objecto a Pátria que deveras amou, e a liberdade da sua terra que sinceramente tinha no coração.

O Soberano, por cuja causa tanta e tão boa parte de um povo tinha sido obrigada a emigrar, não tardou a ver-se proscrito também, e a vir encontrar no exílio os que tanto tinham clamado por seu nome, e clamado em vão! – por que lhes acudisse.

Mas o surdo era o imperador do Brasil; e quem voltava à Europa era o duque de Bragança.

Este, apenas chegado, um dos primeiros portugueses que chamou aos seus conselhos foi Mouzinho da Silveira; e apenas resolveu pôr-se à frente da causa portuguesa, enviou-o à Inglaterra com amplos poderes para contrair empréstimos, prometer recompensas, estipular a diligenciar quanto fosse a bem da expedição que meditava contra o governo de Lisboa.

Daí a pouco, em 3 de Março de 1832, foi nomeado ministro da Fazenda de D. Pedro, que assumiu a regência em nome de sua augusta filha, e internamente encarregado da pasta da Justiça.

A expedição, com o regente à testa, saiu de França a organizar-se nos Açores: e Mouzinho, que inteiramente se tinha apoderado do ânimo de D. Pedro, aproveitou esta ocasião única, *certamente única*, e é preciso, para ser justo e poder avaliar devidamente as coisas, não esquecer a circunstância – aproveitou, digo, aquela ocasião certamente única, para fazer aceitar e converter em leis as suas reformas radicais e tremendas.

Devemos confessá-lo: tremendas. Tremendas para todo o país a que se apliquem, por maiores que sejam os bens que delas venham ou possam vir. Porque a terra, a indústria, a família, a governação, a administração, toda enfim a constituição material e social do reino foi revolvida de alto a baixo por essas leis formidáveis, que de uns escolhos negros de basalto do meio do Atlântico arremessava sobre a velha terra de Portugal o proscrito ministro do ex-imperador do Brasil.

Admirável concurso de circunstâncias, e que me parece não ter precedente na história das nações! Um Rei que abdicara duas coroas que tinha abandonado a pátria natural por outra de sua adopção; expulso agora da terra adoptiva e volvendo-se à que lhe dera o ser – e onde ao pé de seu berço tinha de vir achar tão precoce sepultura – um Rei que, alterando o que se chamava a ordem legítima, tinha fundado um império no mundo republicano – esse mesmo Rei, nos indecisos confins do Oceano, entre a América donde saía e a Europa onde ainda não voltara, arrojava em seus decretos, sobre o antigo hemisfério monárquico, tão fortes gérmenes de democracia, que nenhum plebiscito votado nos mais turbulentos comícios populares os conteve ainda tão poderosos.

Isto fez D. Pedro, duque de Bragança, ex-rei de Portugal, ex-imperador do Brasil, regente em nome da rainha D. Maria, sua augusta filha – nos Açores, e depois no Porto.

E enquanto seus outros ministros corriam com as dificuldades da diplomacia, da guerra – lutavam com o presente uma verdadeira luta de gigantes – Mouzinho pensava no futuro, e pela boca do Príncipe, cuja confiança alcançara, dava leis ao porvir.

Seja qual for o ponto de que se considerem, forme-se o conceito que se formar delas, é inquestionável que as Leis de 16 de Maio, de 30 de Julho e de 13 de Agosto de 1832 são um grande monumento, são o termo onde verdadeiramente acaba Portugal e de donde começa de novo.

Muito se tem feito – ou antes, muito se tem desfeito neste país desde a restauração até hoje; mas os golpes cêrceos no tronco velho e caduco foram aqueles. Se há futuro para nós, há-de vir por ali. Noutro não pensem, ninguém o espere que o não há.

Amigo íntimo, como fui, de Xavier Mouzinho, sabido, como é, em Portugal de toda a gente, a larga cooperação que tive em seus trabalhos, devo neste lugar público, devo à sua memória, e a mim mesmo, declarar solenemente que muitas vezes discordámos, em muito ponto disputámos, e que no modo especialmente, nas questões de circunstâncias e de tempo, nos detalhes de muita coisa eu fui quase sempre vencido, não tanto pela autoridade do lugar, quanto pela da pessoa. A deferência devida à idade, a serviços, a considerações tão superior me fizeram calar muitas vezes – e disso me arrependo profundamente – quando era meu dever falar, insistir principalmente com um homem com quem a razão podia tanto e que não temia a verdade.

Deus sabe, e sabe muita gente nesta terra que há bastantes anos eu tenho andado a fazer *versículos* – e *prosículas* também – de que nunca reivindiquei honras nem proveitos que outros se têm levado. Se faço aqui esta declaração, é para que me não atribuam méritos que não tenho; e por me acusar de uma falta grave que cometi, especialmente na redacção da lei dos forais que tantos males causou. Eu devia ter empenhado toda a amizade, toda a infinita consideração que devi ao ilustre autor daquele memorável plebiscito, para que a sua forma e sentença fossem elaboradas com uma clareza e individuação que realmente lhe faltam.

Outra consideração – e essa mais superior – convém fazer neste lugar. Da ordem de coisas, da ordem social, administrativa e económica que a ditadura de D. Pedro instituiu em Portugal sobre as minas da antiga constituição do reino, aquelas leis não continham nem podiam conter senão as bases. Apenas as promulgou, Mouzinho saiu do poder, perdeu todo ascendente no ânimo do Príncipe que as elas ligou o seu nome; e não voltou mais ter autoridade nem influência política em Portugal. A sua obra, apenas esboçada, arrebataram-lha das mãos, foi entregue a outros, que pela maior parte a não entendiam, que a detestavam alguns, que a menosprezavam muitos, que a não seguiu, que não pôde, ou não soube ou não quis seguir nenhum – nenhum sem excepção.

É certo, sim; hoje nos achamos entre um passado impossível depois daquelas leis – entre um futuro tremendo porque é obscuro, insondável e de nenhum modo preparado – e com um presente tão obscuro, tão desconexo, tão incongruente, tão quimérico, tão incongruente, tão quimérico, tão ridículo enfim, que se a perspectiva não viesse, como vem, tão cheia de lágrimas, seria para rir e tripudiar de gosto, ver como vivemos, como nos tributamos, como nos administramos, como somos enfim um povo, uma nação, um reino!

E vem não há dúvida, directamente vem daquelas leis o nosso estado. Sim, vem porque a abolição dos forais, a extinção dos dízimos, porque a divisão da autoridade fiscal, administrativa e judicial queriam outra ordem de política, de governo, de tudo. Queriam emendas e melhoras progressivas no sistema, queriam simplificadas as forma, queriam severidade na vigilância, rigor nos métodos, e coerência, sobretudo, mais que tudo, acima de tudo, coerência, concordância, lógica e harmonia nos diversos ramos da governação do Estado. E nós temos andado às apalpadelas na obscuridade, descrevendo o mais vicioso dos círculos, entre o velho e o novo, entre o Deuteronomio e o Evangelho; maus judeus e maus cristãos, nem na circuncisão nem o baptismo nos salva.

Circunvagamos a aridez do deserto, corremos após miragem e miragem – água para esta sede não há, nem para esta fome. Aarões, de má ou de boa-fé, nos tiraram os anéis dos dedos, e as arrecadas das orelhas, para fazer bezerras de ouro, diante dos quais nos prostramos por nosso mal. Mas dos erros em que, por estas causas, temos vagado no deserto das inovações, terá porventura a culpa o Moisés que nos fez sair do Egipto

do antigo regime, onde nos era impossível demorar mais, que nos fez atravessar a pé enxuto o mar Vermelho das guerras civis, que nos deu as Tábuas da Lei, que nos trouxe aos confins da Terra Prometida, e que caiu de fadiga e cansaço antes de completar a sua obra?

D. Pedro IV e a sua Carta, D. Pedro Regente e as suas leis não fizeram, não podiam fazer mais do que *proscrever o passado, e indicar o futuro*. Poder-se-á dizer que fizeram de mais. Alguém o sustenta; e não questiono aqui a razão, nem a sinceridade, nem o desinteresse com que o possam dizer. Que fizeram de menos: não pode dizê-lo ninguém de boa-fé.

Demorei-me nestas considerações que parecerão graves e ponderosas de mais aos que esperassem ver, na biografia de um homem de Estado, as pequenezas da existência individual envolvidas nos vãos franjados de frases académicas. Não sei como isso se faz, nem o faria quando soubesse.

No primeiro de Janeiro de 1833 Mouzinho da Silveira foi demitido. Nas dificuldades em que se achou o Tesouro do Regente, era necessário recorrer a meios que ele não queria nem sabia adoptar. A sua demissão foi necessária. Têm querido atribuí-la a intrigas. Pode ser que as houvesse: mas é certo que não era com o rigor dos princípios, que ele exagerava até os extremos da inocência, que o Porto podia ser salvo, nem fornecida a caixa militar da expedição.

Nomeado daí a poucos dias director-geral de todas as Alfândegas do Reino, obteve licença para ir a França; e deixou o Porto em Março de 33.

Em fins do ano seguinte voltou para Lisboa a exercer seu importante cargo, e a tomar assento na Câmara dos Deputados pela sua província do Alentejo.

Mouzinho não era orador: todas as partes lhe faltavam para isso. Mas um homem de coração e inteligência, ainda que não brilhe na tribuna, marca sempre o seu lugar nessas grandes reuniões em que geralmente tudo é pequeno. Nas duas questões verdadeiramente graves que ocuparam aquela assembleia, a das indemnizações e a dos bens nacionais, distinguuiu-se pela estrénuo defesa da verdade e dos interesses públicos contra a cegueira das opiniões facciosas e contra a rapacidade dos interesses pessoais.

Na questão das indemnizações triunfou a boa razão e a política esclarecida; alguns oradores distintos lhe deram seu apoio: e Portugal foi salvo de uma vergonha e de um flagelo.

Com a dos bens nacionais não houve tão feliz sorte. Malbaratados em desgraças vendas, quase nada produziram para o Estado; e os empenhos da guerra da restauração, que Mouzinho queria pagar com eles, aí têm crescido de juros em juros, de fatais em fatais operações, até chegarem a ser, como hoje são, o pesadelo de feno deste desgraçado país, que o não deixa, nem deixará jamais acordar de seu torpor mortal. Porque, sue ele quanto sangue tem sob a pressão dos tributos, não dá nem pode dar bastante para pagar os juros da dívida e acudir à despesa corrente.

Além de que, e essa é a maior calamidade que resultou de se não remir logo a dívida estrangeira com os bens nacionais – Portugal não enviando ao mercado exterior bastantes produtos para ter ali valores com que suprir suas obrigações, é consequência inevitável ter de exportar numerário, com que se dessangra mais e mais, até chegar ao estado de consumpção em que o vemos, sem esperança nem quase possibilidade de remédio.

Com serem espantosas, são nada as misérias do Tesouro, comparadas com a penúria e abjecção de um país que não pode fazer vinte léguas de estrada, que não tem postas, que não tem um canal, que não fez navegável um só de seus rios, que não possui duas braças de carril-de-ferro, que não tem barco de vapor para longa navegação.

E este país está na Europa, e situado, a respeito do mundo civilizado, em tal

posição geográfica, que podia ser o centro dele – e Lisboa o empório, a Constantinopla do Mundo Novo.

É que se esforça, em contínuas convulsões, a miserável ambição de tanta gente para governar uma coisa que não tem, que não pode ter, a que eles não querem, e sobretudo não sabem dar governo!

Mouzinho cometeu o crime que eu não sei se cometi já também – o crime que os Romanos puniram com tanto rigor: desesperou da causa da Pátria. Compreendo que em Roma –quando ela era aquela Roma cujo nome só ainda faz bater os corações – semelhante crime fosse punido. Aqui, onde está a mão para se levantar e acusar? E quem – quem ousará sentar-se ao julgamento?

Pelos meados de 1836 a dependência de ânimo em que se achava fez com que Mouzinho recusasse a nomeação de par do Reino que lhe foi oferecida pela administração Palmela. Erro ou acerto, não acreditou que a instituição fosse útil nem sustentável no estado do país – no estado em que ele, com seus decretos radicais, tinha colocado o país: não quis fazer parte dela.

Em breve apareceu a Revolução de Setembro desse ano. Parecia que vinha dar-lhe razão: mas também não simpatizou com ela. Demitiu-se do seu cargo; e depois dos acontecimentos de Belém, foi viver para França, onde residiu até que em 1839 a eleição da sua província o tornou a chamar à Câmara dos Deputados.

Já não era porém o mesmo homem que nos voltava. Sem idade para estar velho, a moléstia de fígado que padecia, os trabalhos públicos, e desgostos particulares também, lhe tinham consumido a energia, e atenuado a lucidez de sua bela razão.

Assim explicamos todos os seus amigos vê-lo inconsideravelmente envolvido em questões de grande mas privado interesse que não era o seu, e nas quais, por cegueira de amizade, todavia se lançou além dos limites de sua habitual prudência.

Pouco permaneceu na Câmara. Ali disse ainda algumas altas verdades, e fez algumas tremendas profecias que o tempo se encarregou de realizar mais prontas e mais terríveis do que as ele pressagiara.

Isto sucedeu em 1840: e esse foi o seu último ano de vida pública. Os derradeiros nove de existência quase inteiramente os dedicou à sua família e aos seus amigos: e ora em Paris ora em Lisboa, filosofando sempre, sempre ocupado das mais transcendentas questões sociais, não o mostrava todavia senão no estreito círculo de intimidade que se tinha feito, e do qual não saía.

Os males da sua terra sentia-os com verdadeiro coração de Português. Nenhum com mais sinceras e piedosas lágrimas assistiu a este espectáculo horrendo e vergonhoso que estamos presenciando, de ver cair em desprezada e desprezível caducidade a nossa infeliz terra.

A cada escárnio do estrangeiro, a cada mofa dos indiferentes, a cada uma das brutais risadas com que celebram as pequices indecentes desta pobre velha pátria, na estulta simplicidade de sua segunda infância, ele sentia rasgar-se-lhe as entranhas, e toda a antiga energia de sua alma acordava do aparente letargo. Então rompia naquelas exclamações tão originais e tão vivas que tantas vezes lhe ouvimos e que recordaremos para sempre todos os seus amigos: porque realmente foi único e admirável este homem no modo original de expressar seus pensamentos, assim como na filiação muitas vezes obscura, mas sempre lógica dê suas profundas ideias. Filiação, que, se me permitem a frase, direi que as mais das vezes era *criptogâmica*, por difícil e enredada de seguir, mas legítima sempre, e nunca híbrida, nunca abastardada pelo sofisma nem adulterada por especiosidades sedutoras.

Dias antes de falecer, e quando todos o julgávamos no seu ordinário estado de saúde, ele sentiu e guardou consigo o aviso íntimo da proximidade da morte. Fez

testamento em que se despediu de sua família e de seus amigos, mas principalmente de seu filho único e adorado, jovem das maiores esperanças a cuja perfeita educação tinha consagrado o melhor de seus cuidados e de seu haver.

Nesse testamento, original como tudo o que era seu, e obscuro por alusões de que a ninguém deu a chave, mandou que o seu corpo fosse transportado à ilha do Corvo para ali ser sepultado, e que ao pároco daquela ilha se desse de esmola uma peça de ouro (valor actual de 8\$000 réis) com a efígie do Senhor Rei D. João VI.

A pequena ilha do Corvo, a mais ocidental e a mais insignificante dos Açores, é um escolho no meio do Atlântico, notável pelas tradições fabulosas que de sua confrontação se inventaram no princípio nossas viagens e descobertas em que o espírito aventureiro e romanesco de nossos avós tudo poetizava.

E que bem se saíam, e que bem de coisas grandes faziam com suas poesias aquela gente de altos pensamentos e ousadas empresas! A descarnada razão material dos netos faz as sórdidas chatezas que vemos.

«Não vive só de pão o homem.» Hei-de morrer com esta teima: precisa de alimento o espírito, precisa o coração: e não são os *merceeiros* que lho podem dar; não é sob o reinado dos que compram e vendem, não é sob o regímen do côvado e da balança que uma nação pode ser grande nem feliz.

Mercadora foi Cartago, e foi depois Florença e foi Veneza; mercadora é Inglaterra e mercados fomos nós nos tempos da nossa glória: mas república de chatins, nem monarquia de chatins não há.

Que será onde tudo o que é nobre, grande, generoso, ilustre, capaz de pensar alto e de sentir elevado é feito hilota na sua terra, para haver de servir – povo e nobreza, ilustração e saber – escravos enfeudados de meia dúzia de «argentários» obscuros que enriqueceram da substância pública e insultam as misérias que causaram!...

O Corvo é um pequeno rochedo de basalto, nos interstícios de cujas pedras negras crescem, pelas fendas vulcânicas, abundantes pastos verdejando sempre com a humidade da atmosfera, e na feracidade prodigiosa daquela pouca mas preciosíssima terra vegetal que mantém a perpétua primavera dos Açores.

Ali, até 1823 viviam ignorantes do mundo, e também ignorados dele, e de tudo, senão das más leis que os oprimiam, não chega a cem colonos que pasciam seus gados, espremiavam seus queijos e tosquiavam suas lãs. Mas não para si o faziam os infelizes, porque em tudo dependia do senhor donatário cujos eram, eles e seu ganhado e suas ervas e seus rochedos. Autoridade pública que os protegesse, não a tinham; juiz que lhes fizesse direito, não o havia em seu ilhéu, recurso de qualquer vexame, só para o juiz de fora quando o havia na ilha das Flores, que o mais do tempo lá não estava. Não formavam concelho, não tinham municipalidade; não entravam na antiga constituição da Monarquia; da nova se lá tinha chegado o nome, era para lhes dizer que eles eram os últimos deserdados filhos desta mãe-pátria, sempre má e esquecida mãe.

Enfim, em 1832 houve um ministro português que atentou no que era essa pobre ilhazita, que se condeou de sua triste condição e quis que o nome do Príncipe libertador aí ficasse bendito para sempre. A carta de alforria da ilha do Corvo foi assinada na de S. Miguel a 14 de Maio daquele ano. Mouzinho propôs, D. Pedro aceitou o benéfico decreto da redenção da *última Tule* portuguesa. Já os navios da expedição estavam de verga de alto, já o vento da liberdade fazia tremular a bandeira azul e branca. Esta foi das últimas, das menos extensivas providências, mas não das menos belas com que Mouzinho ilustrou o nome do seu Príncipe e o seu.

Lembra-me como fora hoje esse dia 14 de Maio – vi-o sair triunfante do despacho como se trouxesse para si – como outro traria para si – um ducado. O imperador sorriu de o ver tão feliz do que a outro parecia tão pouca coisa. Fazer homens, fazer cidadãos

com hilotas do Corvo!

Que miséria para os homens de Estado!

D. Pedro não era desses homens de Estado felizmente –nem o seu ministro.

Toda a vida Mouzinho se recordou com a mais pura satisfação deste dia em que resgatou os seus cem homens do Corvo. E quando antes de partirmos para o continente uma deputação daquela pequena ilha veio agradecer ao imperador e ao ministro o imenso benefício que receberam, com as lágrimas nos olhos e cheio de justa ufania se deixou abraçar pelos deputados e os abraçou.

Era para ficar na alma – de quem a tenha de homem – uma impressão desta ordem. Não se lhe apagou nunca a ele: e nas últimas horas da vida lhe apareceu consoladora a imagem verdejante da sua ilha.

Creram os Antigos que as santas almas de Harmódio e Aristogíton foram habitar a eterna primavera das ilhas afortunadas. Mouzinho não podia crer que a sua alma tivesse de ir senão reunir-se a Deus na eternidade; mas quis que seu corpo fosse repousar na ilha do Corvo e dissolver-se ali nos elementos por que se renova a Natureza.

Lá receberão e darão piedosa sepultura a seus ossos aquela boa e singela gente: e que lhe gravem nesse último rochedo, que sobreviveu à destruição da Atlântida, um sincero epitáfio de agradecimento e saudade.

Não o saberá Portugal talvez: e é melhor.

NECROLOGIA
DA EX.MA SR.A
D. MARIA TERESA MIDÓSI E MAZARÉM

Setembro de 1850

Desparzam rosas sobre o seu jazigo porque ela era bela de alma e de corpo! E as palmas da virtude que lhas ponham também aí, porque as mereceu numa vida pura e recatada repartida toda entre o amor de seus pais que a adoravam, do esposo a quem fez tão feliz, e dos filhos seu maior e cuidado.

Trinta anos viveu e trinta anos se lhe passaram nisto: sobrado tempo a outras para acumular desvários, e percorrer toda a carreira dos vícios e das leviandades. Para ela foram escassos dias, porque os aproveitou todos assim.

O mundo conheceu-a pouco; os seus, muito – Deus ainda mais. Ele saberá premiá-la, consolar também os que choram.

Era a filha primogénita do conselheiro Paulo Midósi e de sua mulher, D. Mariana Midósi; chamou-se D. Maria Teresa Midósi e Mazarém porque casou com o Sr. Joaquim Luís Mazarém, filho do distinto facultativo deste apelido. Tinha nascido em Lisboa em 14 de Agosto de 1819, e em Lisboa faleceu a 13 de Setembro deste ano de 1850.

Todas as qualidades de uma senhora exemplar se davam nela: religiosa sem hipocrisia, amável sem afecção, instruída sem pretensões. Falou, como a sua, as línguas inglesa e francesa, teve uma completa e aproveitada educação; pudera brilhar como poucas pelos dotes de alma e pelas graças do corpo: escolheu viver para si, entregar-se às modestas ocupações do lar doméstico.

Domum mansit lannam fecit.

Brilho no centro de sua família porque para mais nada viveu. Consumiu-a a moléstia em seus últimos anos, padeceu muito (!) e veio por fim a morrer dolorosamente de uma febre tifóide que a ciência não pôde vencer.

Em prémio de tanta abnegação e sofrimento tem hoje decerto a bem-aventurança numa vida melhor, sem termos e sem dores. E nesta, ficará perpetuada a sua boa memória entre quantos a conheceram, e inextinguível a saudade dos que lhe pertenceram.

Quem escreve estas linhas andou com ela ao colo – e galantíssima criança que então era! Nunca pensou viver para ter de escrevê-las!

Deus reparte a vida e a morte segundo lhe apraz. Benditos os que morrem com Ele.

NECROLOGIA
DA EX.MA SR.A
D. HELENA FEIO DE SOUSA E MENESES ARANHA

Janeiro – 1859

Um momento só – e voltaremos ao cansado tumulto dessa vida afadigada em que nos gastamos. Mas um momento, para deixar cair estas flores de saudade, e dizer duas palavras de despedida a esse pequeno túmulo onde acabam de sumir-se dezanove anos de graça e de gentileza, um coração de ouro e a mais querida esperança de toda uma família.

Os fastos de um país, que verdadeiramente quer civilizar-se e enobrecer-se, não têm de gravar somente em suas tábuas os nomes dos grandes capitães e dos grandes escritores. Há ilustrações que se não cortam à espada, nem escrevem à pena. Aquela matrona romana que ficou tão imortal como os maiores homens de Plutarco – no seu memorável epitáfio, o que se dizia dela? Que esteve em casa e que ficou na roca. E que na vida, e sobretudo na vida feminina, à modesta sombra das paredes domésticas floresce abrigada e tranquila mais glória que nos campos de batalha, do que no foro e na academia.

Gravemos pois aqui, sobre esta pedra singela, tão molhada das lágrimas maternas, das do esposo, dos irmãos, dos amigos que a adoravam todos, o nome de D. Helena Feio de Sousa e Meneses Aranha. Ponhamos ao pé o da inconsolável mãe D. Maria da Conceição de Lima Feio; o de seu honrado pai, Manuel Bernardo Cota Falcão Aranha. – Mencionemos o do aflito marido Luís Mendes de Vasconcelos. Todos eles dizem a nobreza da família a que pertenceu; e recordam as poucas, mas santas épocas de uma vida simples, que principiou em 22 de Abril de 1829, que se fixou por um casamento de extremosa afeição em 4 de Julho de 1846, e terminou com angustiado padecer em 13 de Janeiro deste ano de 59, às três e meia da tarde.

Boa e amante de coração, generosa e caritativa por instinto, desde pequenina o seu maior prazer era dar quanto tinha aos pobres. Sob a aparência da saúde e da frescura, começou todavia a padecer desde a idade de 5 anos, mas sem que positivamente se determinasse moléstia grave alguma.

Um ano depois de casada acompanhou seu marido à Holanda, onde viveu dois meses, estimada e obsequiada de quantos a conheceram. Igual acolhimento encontrou em Bruxelas, onde passou o restante do Inverno, de 47 a 48, e de onde voltou a Portugal já gravemente doente.

As inquietantes saudades que nesta ausência devoravam as entranhas de sua mãe eram – parecia – o pressentimento do mal que a ameaçava, e que logo se começou a confirmar apenas abraço tão mudada, tão transtornada a sua querida filha.

Os ares pátrios e o afago dos seus mostraram, ao princípio, querer restaurar a perdida saúde da enferma. Porém foi enganosa a promessa, os maiores desvelos nada puderam: em poucos meses a medicina desesperou.

Apenas se julgou o perigo iminente recorreu-se aos remédios espirituais. O núncio de S. Santidade, bem vizinho e amigo daquela estimável família, celebrou o augusto sacrifício junto ao quarto da enferma e lhe administrou o Sacramento.

Sofreu resignadamente seus cruéis padeceres, passou com ânimo admirável por todos estes transes, sem queixumes, sem ânsias de espírito, com uma paciência e conformidade angélica.

Assim chegou aos últimos instantes da sua vida! O derradeiro suspiro do anjo, que

o recebessem os anjos do Céu. E que de lá venham a Esperança e a Fé consolar as mágoas dos seus, dar algum alívio às inconsoláveis saudades da mãe.

Obra digitalizada e revista por Deolinda Rodrigues Cabrera. Actualizou-se a grafia.

© Projecto Vercial, 2000

<http://www.ipn.pt/literatura>
